



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Telma Patrícia Gaifém Faria

**O Centro Educativo como agente de reinserção
social de jovens em internamento**

Telma Patrícia Gaifém Faria **O Centro Educativo como agente de reinserção social de jovens em internamento**

UMinho | 2018

outubro de 2018



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Telma Patrícia Gaifém Faria

O Centro Educativo como agente de reinserção social de jovens em internamento

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Estudos da Criança

Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças,
Jovens e Famílias

Trabalho efetuado sob a orientação da

Doutora Ana Maria Carneiro da Costa e Silva

DECLARAÇÃO

Nome: Telma Patrícia Gaifém Faria

Endereço eletrónico: telmagaifemfaria@gmail.com

Número do cartão de cidadão: 14095777 4 ZY3

Título da dissertação:

O Centro Educativo como agente de reinserção social de jovens em internamento

Orientadora: Doutora Ana Maria Carneiro da Costa e Silva

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Estudos da Criança, Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 31 de outubro de 2018.

(Telma Patrícia Gaifém Faria)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora por toda a disponibilidade, por todas as palavras de motivação e encorajamento, mas também por todo o conhecimento e críticas construtivas que partilhou comigo ao longo deste tempo e que muito me ajudaram na produção de conhecimento científico.

Agradeço à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, na pessoa do Dr. João Agante Batista, pelas respostas céleres e positivas que me foram dadas de toda a investigação.

Uma palavra de agradecimento a todos os profissionais do Centro Educativo de Santo António, por me terem recebido tão bem. Em particular, gostaria de agradecer ao Dr. António Viana, por ser sempre tão prestável e cuidadoso, e pela partilha de pontos de vista e experiências, todos os dias. Gostaria também de agradecer aos profissionais que partilharam perspetivas pessoais e profissionais nas entrevistas, que foram fundamentais para a presente investigação. Aos jovens participantes, por tudo o que me transmitiram, por tudo o que me ensinaram e pelo contributo essencial para o estudo, o meu muito obrigada.

Aos meus pais, por serem a minha base, por estarem sempre na minha retaguarda, por todo o amor e por tudo o que me ensinaram, por tudo o que me transmitiram, por terem feito de mim a pessoa que sou hoje e por serem os meus maiores exemplos.

Ao meu irmão, por ser o respirar fundo de que tantas vezes precisei, preciso e precisarei.

Ao Zé, pela inesgotável fonte de amor, de compreensão, de companhia, de motivação e de abrigo. Por ter acreditado sempre. Por me mostrar tantas vezes o caminho.

À minha amiga Isabel, pela força tremenda que chega à distância, em todos os momentos. Aos meus amigos de sempre.

Às minhas colegas de mestrado, por todas as partilhas ao longo deste percurso.

RESUMO

A presente investigação insere-se no âmbito da delinquência juvenil, em específico sobre os jovens a cumprir medida tutelar educativa de internamento. O estudo tem como objetivo conhecer a intervenção realizada em Centro Educativo e perceber em que medida é que esta intervenção capacita os jovens para se reinserirem na sociedade após o término da medida.

A adolescência caracteriza-se por ser um período marcado pela instabilidade desenvolvimental, emocional e comportamental. Este contexto de instabilidade, em conjunto com a ação de determinados contextos e fatores de risco, pode levar a que o jovem se envolva em comportamentos delinquentes e antissociais (Carvalho, 2013; Ferreira, 1997; Trentin, 2011). Esta delinquência é considerada normal, não patológica e transitória (Benavente, 2002; Ferreira, 1997). No entanto, caso as respostas a esta delinquência não existam ou não sejam adequadas, esta pode evoluir para padrões delinquentes mais graves e, no limite, persistentes (Benavente, 2002). É neste contexto que se insere a intervenção tutelar educativa.

A investigação decorreu num Centro Educativo, com recurso a metodologias qualitativas, nomeadamente a entrevista semi-estruturada a jovens, Técnicos de Reinserção Social e Direção do Centro Educativo, e a pesquisa documental dos processos individuais dos jovens. A amostra total é composta por dez jovens, em regimes semiaberto e fechado, e por dois profissionais. Os dados da investigação mostram que a reinserção dos jovens na sociedade é um processo complexo, que é trabalhado de forma progressiva, do interior para o exterior da instituição, ao longo de toda a medida, não só através da intervenção adequada em determinados aspetos e necessidades dos jovens, como também pela articulação com instituições comunitárias, que possam reintegrar o jovem na saída.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil, Reinserção Social, Centro Educativo.

ABSTRACT

The present investigation refers to juvenile delinquency, specifically to the juveniles who are serving guardianship educational measure of internment. This study aims to know the intervention done in Educational Center, and to understand in which way this intervention enables the youngsters to reintegrate into society.

Adolescence is characterized as a period marked by developmental, emotional and behavioral instability. This context of instability, among with the effect of certain contexts and risk factors may lead to delinquent and antisocial behavior (Carvalho, 2013; Ferreira, 1997; Trentin, 2011). This delinquency is considered normal, non-pathological and transitory (Benavente, 2002; Ferreira, 1997). However, if the responses to this delinquency don't exist or aren't appropriate, it can evolve to more serious and, in the limit, persistent delinquency patterns (Benavente, 2002). It's in this context that the educational guardianship intervention is inserted.

This research took place in an Educational Center, using qualitative methodologies, through semi-structured interviews to youngsters, a professional and a Direction member of Santo Antonio Educational Center, and through documentary research of individual processes of the youngsters. The final sample is composed by ten youngsters, in semi-open and closed system, by one professionals and by a Direction member. The results show that the reintegration process of juveniles into society is a complex process, worked in a progressively way, from the inside to the outside, and throughout the measure, not only through intervention in certain aspects and needs, but also by the articulation with community institutions, in order to reintegrate the juvenile when he leaves the Center.

Key-words: Juvenile Delinquency, Social Reintegration, Educational Center.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1. Contextualização da delinquência juvenil	3
1.1. A adolescência como etapa de desenvolvimento	3
1.2. A delinquência juvenil	4
1.3. Teorias associadas à delinquência juvenil	6
<i>Criminologia Desenvolvimental e do Life-Course</i>	6
<i>Teoria Geral do Crime ou Teoria do Autocontrolo (Gottfredson & Hirschi, 1990)</i>	9
<i>Teoria da Anomia (Merton, 1949)</i>	10
<i>Teoria da Associação Diferencial (Sutherland, 1939)</i>	11
<i>Teoria da Etiquetação (Becker, 1963)</i>	12
2. Fatores de Risco e Fatores de Proteção.....	12
3. A delinquência juvenil em Portugal.....	16
3.1. Enquadramento legal da delinquência juvenil.....	16
<i>Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo</i>	18
<i>Lei Tutelar Educativa</i>	20
3.2. A Medida Tutelar Educativa de Internamento	22
<i>Os Centros Educativos</i>	22
<i>A intervenção em Centro Educativo</i>	24
<i>A reintegração do jovem na sociedade</i>	27
3.3. Estatísticas oficiais da delinquência juvenil em Portugal.....	28
4. Prevenção na delinquência juvenil.....	30
METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	33
5. Problemática da investigação	33
6. Objetivos da investigação	33

7.	Caracterização do estudo	34
8.	Amostra.....	35
8.1.	Procedimentos e critérios de seleção da amostra	35
8.2.	Breve caracterização da amostra	37
9.	Instrumentos de recolha de dados	38
9.1.	Pesquisa documental.....	38
9.2.	Entrevista semi-estruturada	39
10.	Estratégias de análise de dados.....	41
10.1.	Análise de conteúdo	41
11.	Credibilidade e consistência na investigação.....	43
12.	Considerações éticas	44
	DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS.....	45
13.	Descrição das trajetórias familiares, escolares e sociais e caracterização psicológica e comportamental antes da entrada no Centro Educativo	45
13.1.	Trajetoórias familiares	45
13.2.	Trajetoórias escolares.....	47
13.3.	Trajetoórias relacionadas com grupo de pares	49
13.4.	Caracterização dos traços pessoais dos jovens, ao nível psicológico e comportamental	50
	<i>Trajetoórias delinquentiais.....</i>	<i>50</i>
	<i>Caracterização dos traços psicológicos e comportamentais.....</i>	<i>53</i>
14.	Fatores de risco: perspetivas dos profissionais e dados do instrumento de avaliação de risco ...	54
15.	Contextualização da medida tutelar educativa de internamento, da equipa de trabalho do Centro Educativo e da integração dos jovens no mesmo.....	57
15.1.	A medida de internamento	57
15.2.	Integração dos jovens em Centro Educativo.....	58
15.3.	Constituição da equipa de trabalho do Centro Educativo.....	59
16.	A intervenção realizada em Centro Educativo.....	60

16.1.	Plano de Intervenção Imediata, Projeto de Intervenção Educativa e Plano Educativo Pessoal	60
16.2.	Estruturação da intervenção	61
16.3.	Atividades e programas formativos, terapêuticos e educativos implementados.....	62
16.4.	A intervenção: objetivos, meios/estratégias e atividades de rotina	64
16.5.	Dificuldades de intervenção.....	68
17.	Reintegração do jovem na sociedade.....	69
17.1.	Processo e dificuldades de reintegração	69
17.2.	Sucesso da intervenção	70
	CONCLUSÃO/DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	72
	BIBLIOGRAFIA.....	80
	ANEXOS	84
	ANEXO 1: Autorização da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para divulgação do nome do Centro Educativo onde foi feita a recolha de dados.....	85
	Anexo 2: Grelha de registo documental dos processos dos jovens	86
	Anexo 3: Guião de entrevista semi-estruturada aos jovens.....	89
	Anexo 4: Guião de entrevista semi-estruturada à Direção do Centro Educativo	91
	Anexo 5: Guião de entrevista semiestruturada ao Técnico Superior de Reinserção Social	94
	Anexo 6: Consentimento Informado (Jovem)	96
	Anexo 7: Consentimento Informado (Direção)	97
	Anexo 8: Consentimento Informado (Técnico Superior de Reinserção Social)	98
	Anexo 9: Categorização dos dados dos jovens.....	99
	Anexo 10: Categorização dos dados da Direção	102
	Anexo 11: Categorização dos dados dos Técnicos Superiores de Reinserção Social	104

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização dos jovens participantes no estudo.....	37
Quadro 2: Categorias de análise de conteúdo.....	42

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tipologias dos ilícitos.....	51
Gráfico 2: Características psicológicas e comportamentais dos jovens.....	54

INTRODUÇÃO

O fenómeno da delinquência juvenil não é um problema novo, exclusivo das sociedades contemporâneas, sendo transversal a todos os grupos sociais (Carvalho, 2013). No entanto, alguns autores, como Nardi & Dell'Aglio (2010) afirmam que este fenómeno tem aumentado nos últimos anos, na generalidade dos países. Em Portugal, Carvalho (2013) afirma que esta problemática não aumentou, ao contrário da sua exposição e visibilidade, o que promove a imagem de ser um fenómeno recente. Também Benavente (2002) questiona este aumento aparente, atribuindo responsabilidade aos media, que muitas vezes transmitem informações com pouco rigor científico. Atualmente, com o desenvolvimento dos estudos longitudinais prospetivos, a criminologia desenvolvimental e o aperfeiçoamento de instrumentos como os inquéritos de delinquência autorrevelada, a delinquência juvenil tem sido amplamente investigada e o conhecimento científico tem sido amplamente difundido. Para isso, contribuíram os estudos longitudinais que acompanham o indivíduo da infância à idade adulta, como é o caso do Estudo de Cambridge (Cullen, 2011).

A discussão sobre a reação social formal relativamente aos jovens que cometem delitos assenta numa preocupação social de primeiro plano (Carvalho, 2013). Segundo Ferreira (1997), quando as instâncias de socialização não são capazes de conter o surgimento de comportamentos desviantes, outras estruturas de controlo social intervêm no processo educativo dos jovens, como é o caso do controlo social formal e o sistema de justiça juvenil. Os jovens estão numa fase de formação e consolidação da personalidade, pelo que se afigura crucial que estes sejam alvo de uma intervenção eficaz e adequada às necessidades individuais, que os permita ter uma trajetória de vida social e juridicamente responsável.

Em Portugal, a idade da imputabilidade penal está fixada nos 16 anos. Antes desta faixa etária, quando um jovem comete um ato qualificado como crime pela lei penal, só lhe poderão ser aplicadas medidas educativas ou de proteção (Carvalho, 2013). As medidas tutelares educativas são orientadas pela Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro), e têm como finalidade a educação para o direito e a interiorização de valores jurídicos e sociais (Azevedo & Duarte, 2014). A presente investigação tem como ponto de partida as medidas tutelares educativas. A importância destas medidas, segundo as mesmas autoras, reside no facto do investimento na reeducação, orientada para a reinserção social sem reincidência futura. Deste modo, considera-se fundamental um entendimento acerca da reação formal no nosso contexto,

designadamente, no caso deste estudo, em relação aos jovens sujeitos a medida tutelar de internamento e à intervenção de que são alvo no seio do Centro Educativo.

A presente investigação tem como objetivos conhecer a intervenção realizada em Centro Educativo com jovens em execução de medida tutelar educativa de internamento e perceber de que forma esta intervenção promove a reinserção social.

Como introdução à problemática, é feito um enquadramento da delinquência juvenil, que parte da adolescência como uma etapa de desenvolvimento pessoal instável, passando depois para uma abordagem conceptual e teórica da delinquência juvenil, apresentando definições e teorias associadas ao fenómeno. Posteriormente, para enquadrar o menor delinquente, e como base para o estudo, é apresentado um conjunto de fatores de risco e de fatores de proteção que podem condicionar a manifestação de comportamentos delinquentes ou desviantes na menoridade. Depois deste enquadramento, é necessária uma contextualização da problemática em Portugal, partindo do enquadramento legal, explorando a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) e a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro), em particular a medida tutelar educativa de internamento (Art.º 17.º da Lei Tutelar Educativa). Em seguida, são apresentados alguns dados estatísticos oficiais dos últimos anos e, como conclusão, é feita uma abordagem à prevenção da delinquência juvenil. Posteriormente, apresenta-se a metodologia da investigação, principais resultados e a discussão dos mesmos.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Contextualização da delinquência juvenil

1.1. A adolescência como etapa de desenvolvimento

Durante a adolescência, os jovens passam por um período de transformações influenciadas por uma série de fatores, que culminam na consolidação de uma autonomia e identidade sólidas (Carvalho, 2013). É a altura em que o jovem alcança uma definição de si próprio, constrói o seu “eu”, a sua identidade e personalidade. Durante este período, a família passa a assumir um papel menos central na vida do jovem, e a vinculação aos pares aumenta, aumentando também a importância atribuída aos amigos e ao grupo (Ferreira, 1997). O desenvolvimento cognitivo durante a adolescência é marcado por um desfasamento individual, nomeadamente no processamento de informação e raciocínio lógico e abstrato, e no processamento cognitivo em “situação” (Castro, 2012). Steinberg (2008) afirma que mesmo quando o jovem se desenvolve ao nível de maturação emocional e cognitiva, e as suas capacidades cognitivas se aproximam das dos adultos, o processo de tomada de decisão será diferente das dos adultos, devido à imaturidade psicossocial, ao nível emocional e social, o que faz com que, mesmo em idades tardias da adolescência, se possam envolver em comportamentos desviantes.

Há fatores que exercem uma grande influência nos processos desenvolvimentais dos jovens. Estes fatores estão relacionados com a influência dos pares (Ferreira, 1997; Castro, 2012), e as características individuais, como o baixo autocontrolo/impulsividade, a labilidade emocional, a sensibilidade a recompensas imediatas, em detrimento das recompensas a longo prazo, a procura de sensações e a propensão para o risco (Castro, 2012). A adolescência é caracterizada, segundo Trentin (2011), por ser uma fase marcada por uma grande instabilidade, uma vez que o adolescente passa por etapas de desenvolvimento muito específicas e abruptas, em que os sentimentos e sensações tendem a ser vividos ao extremo. É nesta fase da vida que os jovens procuram a sua identidade, a sua independência e autonomia, procuram experimentar sentimentos e situações novas, ao mesmo tempo que lidam com conflitos internos, como a frustração e a ansiedade. Todo o período da adolescência é atravessado por mudanças entre o controlo e a responsabilidade, e a autonomia e a independência. Estas mudanças são acompanhadas por novas visões e aberturas em relação ao mundo, além de uma natural desvinculação social e emocional em relação à família, desvinculação esta característica do processo normal de crescimento e maturação (Ferreira, 1997). É neste contexto de instabilidade

emocional e desenvolvimental que, em conjunto com a ação de determinados contextos e fatores de risco, que o jovem se pode envolver em comportamentos delinquentes e antissociais (Trentin, 2011).

1.2. A delinquência juvenil

Os termos “delinquência juvenil” e “criminalidade juvenil” têm sido usados, erradamente, para se referirem à mesma situação (Castro, 2012). Porém, estes dois conceitos remetem para realidades diferentes, apesar de um dos termos poder abranger o outro. Assim, por “delinquência” entende-se todos os comportamentos desviantes, antissociais, que violam a norma social implícita, nos quais se pode incluir comportamentos considerados crime à luz da lei penal. O termo “criminalidade” restringe-se à definição legal, aos comportamentos ou condutas considerados crime pelo Código Penal (Castro, 2012). De acordo com Ferreira (1997), o termo “delinquência juvenil”, num sentido amplo, engloba todos os delitos cometidos durante o período da infância ou juventude. Pode existir um paralelismo entre delinquência e adolescência, sendo que a delinquência, segundo o mesmo autor, é fundamental para o desenvolvimento e socialização. A importância desta transgressão relaciona-se com as estratégias de resolução de problemas e de adaptação. Contraditoriamente, mesmo que a delinquência assuma um caráter ilícito, pode ser considerada normativa e ser entendida como uma forma de expressar autonomia. Esta delinquência é, por norma, esporádica e transitória, podendo assumir um papel positivo, relacionado com a clarificação dos limites, das leis, e das consequências das suas ações (Ferreira, 1997). A mudança da relação com os pais, a necessidade de corte com a família levam os jovens a procurarem testar os limites, o que pode conduzir à delinquência não patológica e transitória, fazendo parte do processo de socialização (Benavente, 2002; Ferreira, 1997). No entanto, caso as respostas a esta delinquência não sejam adequadas, esta pode evoluir para delinquência persistente e patológica (Benavente, 2002). Segundo a mesma autora, importa relativizar a manifestação de condutas delinquentes, devendo atender-se à intensidade, à persistência e à gravidade das mesmas. Estes fatores podem ser indicadores de uma eventual delinquência mais grave. A dimensão do controlo é, segundo Ferreira (1997), central na análise da delinquência. Os jovens podem ter níveis de autonomia e autocontrolo adequados mas, por outro lado, existem jovens que cometem atos delinquentes devido à ausência de controlo nas suas vidas, seja a falta de autocontrolo, seja a falta de supervisão parental, aliados à identificação com valores

delinquentes. Os delinquentes crônicos representam uma pequena percentagem, sendo que, para a maior parte dos jovens, a delinquência é limitada no tempo (Moffitt, 1993).

A atividade delinvente atinge o pico na fase da adolescência, entre os 15 e os 19 anos, decrescendo a seguir, à entrada na vida adulta (Farrington, 1992; Moffitt, 1993; Sampson & Laub, 2005). O início, segundo Farrington (1992), tende a acontecer entre os 8 e os 14 anos. De acordo com Moffitt (1993), uma idade de início precoce pode prever uma trajetória criminal relativamente longa. Os processos de desistência ocorrem à entrada para a vida adulta, entre os 20 e 29 anos (Farrington, 1992; Moffitt, 1993). Ferreira (1997) defende também esta tendência geral de decréscimo da atividade delinvente com a aproximação da vida adulta. Para além da idade de início precoce, existem outros indicadores que podem prever a persistência ou desistência da atividade delinvente, como a frequência dos comportamentos, a gravidade e versatilidade dos mesmos e características individuais de personalidade e temperamento (Farrington, 1993, 2003; Moffitt, 1993; Sampson & Laub, 2005; Thornberry, 2005).

Durante o período de adolescência é fundamental desenvolver intervenções nos diferentes contextos de vida, para prevenir ou atenuar as consequências negativas que possam advir da delinquência (Castro, 2012), pelo que deve existir uma aposta na investigação na área da prevenção e intervenção na delinquência juvenil (Trentin, 2011). Loeber & Farrington (2012), recomendam a abolição das políticas de “tolerância zero” e o aumento da idade da responsabilização penal para os 21-24 anos, de modo a reduzir o contacto com o sistema penal, tendo em conta que os 16 e os 18 anos, dependendo do ordenamento jurídico, não correspondem a nenhuma alteração relevante no desenvolvimento maturacional, que não está concluído nessa idade.

As instâncias de socialização sofreram mutações ao longo do tempo. As mudanças na família, escola e a crescente influência dos média na infância, tornam imperativo proceder a reajustamentos e à adequação das respostas aos novos desafios e exigências relativamente aos jovens com trajetórias delinquentes (Carvalho, 2013). De acordo com Qvortrup (1995 cit in Sarmiento & Pinto, 1997), vivemos em sociedades marcadas por uma ambiguidade entre o conteúdo dos discursos públicos, que aludem ao ideal romântico da infância e do seu papel na família e as políticas económicas e sociais em torno desta população – o chamado “paradoxo da infância”.

Ao longo deste estudo, apesar das inúmeras definições e abordagens conceptuais de “delinquência juvenil”, o termo é utilizado com referência ao disposto na Lei Tutelar Educativa,

que se reporta a indivíduos de idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, que praticaram facto(s) qualificado(s) como crime à luz da lei penal.

1.3. Teorias associadas à delinquência juvenil

Algumas das tendências atuais no campo teórico da delinquência juvenil são a Criminologia Desenvolvimental e do *Life-Course*, a Teoria do Autocontrolo. A seguir apresenta-se um pequeno sumário de cada um destes referenciais teóricos, entre outros que foram surgindo na literatura revista e se coadunam com os resultados obtidos nesta investigação.

Criminologia Desenvolvimental e do Life-Course

A Criminologia Desenvolvimental estuda os processos e trajetórias delinquentiais individuais, as alterações intra-individuais ao longo desse processo e o papel da delinquência ao longo do desenvolvimento humano. Tem como eixos centrais o desenvolvimento das ofensas e do comportamento antissocial ao longo do ciclo de vida, a influência dos fatores de risco e de proteção ao longo das várias faixas etárias e os efeitos dos acontecimentos de vida. Recorre à análise e descrição de alguns parâmetros-chave, como início, frequência, versatilidade, ativação, desaceleração e desistência, para além de trajetórias, fatores de risco e proteção e o papel de acontecimentos de vida marcantes, com recurso a estudos longitudinais e experimentais-longitudinais (Castro, 2012). Neste âmbito, um dos temas fulcrais destas perspetivas é o da continuidade ou descontinuidade do comportamento ao longo do ciclo de vida, que se reveste de importância na definição e planeamento de políticas e ações de prevenção e de controlo da delinquência (Castro, 2012).

A idade de início tem sido considerada um fator de grande importância na determinação dos padrões de continuidade e desistência do comportamento antissocial e delinvente ao longo da vida. A investigação mostra que indivíduos cuja idade de início de comportamentos antissociais e delinquentes é mais precoce (antes dos 8 anos), têm uma maior probabilidade de ter uma carreira delinvente relativamente longa, em comparação com os jovens que iniciaram mais tarde (Farrington, 1992, 2005, 2006; Moffitt, 1993). Estes jovens desenvolvem, tendencialmente, condutas antissociais mais graves, versáteis e frequentes, mais duradouras e com padrões de desistência tardios, para além de apresentarem um maior número de contactos com o sistema de justiça (Moffitt, 1993).

Moffitt (1993), na sua taxonomia desenvolvimental, distingue dois tipos de delinquentes qualitativamente diferentes, os “delinquentes limitados à adolescência” e os “delinquentes persistentes”. A primeira tipologia, a delinquência limitada à adolescência, é a mais comum e resulta da adaptação do indivíduo à fase da adolescência e ao reconhecimento social do estatuto de adulto, que desencadearia comportamentos percebidos socialmente como característicos da vida adulta, como o consumo de álcool e drogas e a associação a pares desviantes – *maturity gap*, termo que se reporta à incapacidade de serem vistos como adultos e de serem recompensados como tal. Estes delinquentes desistem quando são vistos como adultos, desempenham esse papel e conseguem alcançar os seus objetivos enquanto adulto de forma legítima. Este tipo de delinquência caracteriza-se por ser transitória e não problemática, uma vez que os motivos subjacentes aos comportamentos desviantes tendem a atenuar-se ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo até à fase adulta, com os novos papéis e novas responsabilidades na vida dos jovens, além do facto de não manifestarem défices neuropsicológicos de relevo, por norma. A autora alerta, no entanto, para alguns riscos, nomeadamente as consequências que esses comportamentos poderão ter nas trajetórias de vida, como é o caso do percurso escolar e dos laços familiares, que podem ficar enfraquecidos e afetados com eventuais contactos com a justiça, abandono escolar, medidas de internamento ou privativas de liberdade, que podem tornar o processo de desistência mais lento ou até mesmo impossibilitando-o (Farrington, 2005; Moffitt, 1993). Pelo contrário, os delinquentes denominados “persistentes” são, por norma, aqueles que tiveram uma idade de início mais precoce, e aqueles que evidenciam uma elevada frequência de comportamentos delinquentes. Estes indivíduos apresentam uma maior probabilidade de terem crescido em famílias vulneráveis, de terem défices de temperamento, relacionamentos problemáticos, entre outras questões, como absentismo, abandono escolar e consumo de álcool e drogas (Farrington, 2005; Moffitt, 1993). Estes jovens apresentam uma trajetória delinvente contínua, iniciada muito precocemente e continuada na vida adulta. O início precoce, associado a determinados fatores de risco, vai contribuir para o padrão de continuidade e persistência. Estes jovens são motivados por questões utilitárias, materiais. Além da idade precoce, a frequência dos comportamentos no período da infância é também um importante fator a considerar nos processos de continuidade (Farrington, 1992; Moffitt, 1993). Por norma, indivíduos que praticam mais atos na infância têm uma probabilidade acrescida de incidência de atos delinquentes na adolescência e na idade adulta (Farrington (1992). Os fatores relacionados com a desistência, como arranjar um trabalho e casar não são equacionados nas trajetórias destes indivíduos, uma vez que, de

acordo com Moffitt (1993), estes jovens estão demasiado envolvidos num estilo de vida delinvente. De acordo com a autora, os fatores de risco como déficits neuropsicológicos e práticas parentais deficientes são os que mais contribuem e condicionam o desenvolvimento de um padrão delinvente de continuidade e persistência. Devido ao estilo de vida delinvente, estes indivíduos têm mais dificuldades de desistência, pois podem ter o acesso limitado a oportunidades que poderiam desencadear pontos de viragem positivos na sua vida, resultando na inversão da trajetória delinvente (Moffitt, 1993).

O facto de existirem padrões de persistência, ainda que ocorram em menor percentagem, corrobora a existência de múltiplas trajetórias e padrões desenvolvimentais (Sampson & Laub, 2005; Thornberry, 2005). Apesar da importância atribuída à idade de início como potencial preditor de trajetórias criminais de continuidade e persistência, este indicador deve ser relativizado, assim como as tipologias descritas por Moffitt (1993). Devido a estas limitações à taxonomia desenvolvimental, surge uma nova perspetiva, também inscrita na Criminologia do *Life-Course*, que entende que as trajetórias delinventas são produzidas ao longo do tempo, através de influências sociais. As fases de transição da vida são tidas em conta, assim como os acontecimentos de vida, nomeadamente aqueles que na fase adulta podem desencadear *turning points*, inflexões nas trajetórias delinventas e, ainda desistência da delinquência (Sampson & Laub, 2005; Thornberry, 2005). Os fatores de desistência depois dos 20 anos são o casamento, uma vida profissional satisfatória, mudar-se para um meio mais normativo, sem contextos de marginalidade associados (Sampson & Laub, 2005).

Atualmente, atribui-se um papel de relevo aos processos de *state dependence* e “desvantagens cumulativas” (Sampson & Laub, 2005). O *state dependence* corresponde ao facto de um indivíduo que cometa atos desviantes ter uma probabilidade acrescida de voltar a cometer atos de cariz semelhante no futuro. Por outro lado, as “desvantagens cumulativas” consistem nas consequências negativas que os comportamentos antissociais podem gerar, podendo reduzir e limitar oportunidades de uma trajetória de vida normativa, podendo perpetuar ou prolongar padrões de continuidade da delinquência, ao limitar os laços sociais e convencionais, dificultando o processo de desistência (Sampson & Laub, 2005).

Todos os autores concordam que é possível identificar, em idades precoces, crianças em risco de se tornarem delinventas persistentes graves. É possível identificar atitudes/comportamentos nessas idades que podem ser indicadores de uma propensão criminal mais grave, como é o caso da crueldade com os animais, *bullying* e comportamentos disruptivos.

De acordo com Moffitt (1993), as intervenções com os delinquentes limitados à adolescência devem orientar-se para a limitação do contacto com os pares delinquentes.

A intervenção no geral deve pautar-se pelo o reforço dos laços à família, à escola e à comunidade (Sampson & Laub, 2005). Estes autores defendem que, para se intervir, “*Never too early, never too late*”, ou seja, nunca é muito cedo para se prevenir, nem muito tarde para se intervir na redução dos comportamentos delinquentes. É imperativo que se criem e apliquem programas não só para atuarem precocemente, ao nível das crianças em risco, mas também à entrada da idade adulta, para prevenir a delinquência em adultos, para prevenir padrões de continuidade e promover padrões de desistência (Sampson & Laub, 2005).

Teoria Geral do Crime ou Teoria do Autocontrolo (Gottfredson & Hirschi, 1990)

Michael Gottfredson e Travis Hirschi pretenderam construir uma teoria que abrangesse toda a criminalidade e que se focasse nas características individuais para determinar a propensão para a delinquência. Assim, elaboraram a Teoria Geral do Crime, na sua obra *A General Theory of Crime*, em 1990. Esta teoria aborda o autocontrolo como a característica que determina a propensão individual para o crime.

Para os autores, os indivíduos têm uma tendência natural para a busca dos seus propósitos e interesses egocêntricos, a menos que, através de processos de socialização primária, aprendam a controlar essa tendência. Os baixos níveis de autocontrolo são a principal causa para a delinquência. Nesse sentido, indivíduos com baixo autocontrolo têm tendência a procurar a satisfação imediata das suas necessidades e prazeres, não considerando as consequências negativas que poderão advir a longo prazo, cedendo a oportunidades repentinas e momentâneas, procurando a gratificação imediata. O crime é o resultado destas propensões e tendências imediatas, é uma combinação de oportunidades-relâmpago e do baixo autocontrolo do indivíduo, traduzido em atos levados a cabo com o propósito único do interesse próprio. O baixo autocontrolo manifesta-se em atitudes impulsivas, orientadas para o confronto físico e comportamentos de risco, egocentrismo, indiferença e insensibilidade perante o sofrimento do outro (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Gottfredson e Hirschi estabelecem uma relação entre a família e a delinquência. Sendo a família a principal instância socializadora, é também responsável pelos níveis de autocontrolo, impulsividade e de imediatismo da criança, que estabilizam por volta dos 8 anos. Se a socialização familiar for positiva, o grau de autocontrolo será estabilizado para níveis adequados e, portanto,

menor será a propensão para atividades e condutas delinquentes destes indivíduos. A família é, por este motivo, a instituição social fundamental para a prevenção da criminalidade. A educação, as práticas educativas parentais e a negligência parental contribuem para os níveis de autocontrole nas crianças. As crianças que crescem em situação de abuso ou abandono terão uma maior probabilidade de cometer crimes, em relação àquelas que são educadas em ambiente familiar onde a punição adequada é consequência do mau comportamento, pelo que estas terão níveis mais estabilizados de autocontrole e, por isso, menor propensão à conduta criminosa (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Teoria da Anomia (Merton, 1949)

De acordo com Merton, todas as sociedades podem ser analisadas do ponto de vista de uma estrutura cultural e de uma estrutura social. A estrutura cultural refere-se a todos os objetivos, interesses, propósitos socialmente impostos aos membros da sociedade, que devem atingi-los através de meios legítimos, socialmente aceites e normativos. A estrutura social reporta-se às oportunidades reais, que condicionam a possibilidade de os membros alcançarem os seus objetivos culturais, respeitando os meios e normas legítimos. Os objetivos culturais socialmente enraizados, como a realização pessoal, profissional e económica, são tidos como legítimos e desejáveis para todos os membros da sociedade. No entanto, os meios de alcançar tais objetivos são limitados, têm de ser legítimos e normativos, segundo as regras sociais e penais. Nem todos os membros da sociedade conseguem alcançar esses objetivos culturais através de meios legítimos, criando um conflito ou tensão entre objetivos e meios, ou oportunidades reais de alcançar esses objetivos pelos meios legítimos. Esta tensão entre as metas e os meios aponta para um conflito entre as normas sociais e os valores de cada um, o que pode conduzir à anomia. A delinquência resulta desta tensão, desta anomia, ao tentar alcançar os objetivos por meios não legítimos. A anomia é o sobreinvestimento nos objetivos, em detrimento das normas, dos meios legítimos. Esta primazia dos objetivos em relação aos meios pode levar a diversas formas de adaptação por parte dos indivíduos, designadamente o conformismo, o ritualismo, a evasão, a rebelião ou a inovação. No conformismo, o indivíduo alcança os objetivos através dos meios socialmente impostos. O indivíduo que se adapta de forma ritualista, não aceita os objetivos, mas aceita os meios legítimos. Na evasão, os indivíduos não aceitam objetivos nem normas. O indivíduo que se pauta pela rebelião, não reconhece os objetivos nem meios, e cria os seus próprios. Por último, na inovação, o indivíduo adere em absoluto aos objetivos sociais, mas só consegue atingi-

los através de meios não legítimos. É esta última forma que pode dar origem à criminalidade (e.g. crimes de fraude, furto, desvio de fundos). Esta solução, segundo o autor, é mais frequente em estatutos socioeconómicos mais baixos, onde existem menos meios legítimos para atingir os objetivos sociais (Merton, 1949).

Teoria da Associação Diferencial (Sutherland, 1939)

Edwin Sutherland dedicou-se ao estudo do crime de colarinho branco. Para este autor, o crime é um comportamento aprendido por meio da socialização, através da interiorização de comportamentos específicos baseados na interação com os pares, cujos modelos comportamentais e normativos são orientados para a delinquência e desviância. As bases da conduta humana têm as suas raízes na experiência quotidiana, o comportamento é modelado pelas socializações e interações da vida quotidiana e rotineira. A criminalidade, para Sutherland, não resulta de défices individuais, de imaturidade, mas sim da aprendizagem num determinado meio social, com pessoas com determinado tipo de condutas ou orientações. Ao estudar o crime de colarinho branco, o autor conclui que a delinquência não resulta necessariamente de défices de competências ou de inteligência, nem de baixos estatutos socioeconómicos, mas sim da aprendizagem desses valores criminais, transversais ao contexto social e estatuto socioeconómico. A delinquência surge devido a processos de aprendizagem de definições favoráveis à violação e desrespeito pelas leis. Estas trocas interpessoais permitem ao indivíduo adquirir técnicas de execução dos delitos, atitudes, racionalizações e motivações para o crime. A criminalidade conhecida das autoridades situa-se nas classes mais baixas. No entanto, os crimes cometidos por classes sociais altas não são detetados, o que enviesava os resultados das estatísticas. Este facto, segundo o autor, pode ser analisado através do exemplo do crime de colarinho branco, que é cometido por um indivíduo socialmente respeitável, que ocupa um elevado posto de trabalho e comete o crime no decurso das suas funções. Este crime não é explicado pelas teorias que se focam nas etiologias relacionadas com o estatuto socioeconómico. Um indivíduo torna-se delinquente quando tiver sido exposto mais frequentemente e mais intensamente a valores e orientações favoráveis ao crime, em detrimento dos valores e orientações favoráveis à lei. O crime é um efeito mecânico de um excesso de interpretação desfavorável do respeito à lei (Cusson, 2002).

Segundo Cusson (2002), esta teoria pode ser amplamente aplicada à delinquência juvenil. A quase totalidade dos jovens delinquentes tem amigos que, por sua vez, possuem orientações e

valores antissociais e pró-delinquenciais. Quanto maior for o número de amigos delinquentes, maior será a tendência do adolescente para cometer delitos, devido à aprendizagem e desenvolvimento das técnicas, valores e orientações delinquentes, mas também pela ausência ou contacto reduzido com orientações favoráveis à lei. O melhor indicador preditor da delinquência, depois do número de delitos cometidos, é a associação com pares delinquentes (Cusson, 2002).

Teoria da Etiquetagem (Becker, 1963)

A teoria da etiquetagem (ou rotulagem) analisa o crime como resultado de um subproduto do controlo social. O indivíduo que cometeu crime é percecionado como criminoso porque a sociedade o vê como tal, coloca o rótulo/etiqueta de criminoso. Segundo Becker (1963, p. 9), “o desvio não é uma qualidade do ato cometido por uma pessoa, mas antes a consequência da aplicação, por outros, de normas e sanções a um transgressor”. É a sociedade que cria o desvio, ao criar as normas, cuja infração constitui o desvio. O indivíduo desviante é aquele a quem o rótulo foi colocado com sucesso, sendo que o comportamento desviante é aquele a quem a sociedade atribuiu essa etiqueta. O desvio é fruto da interação entre a pessoa que comete o ato e a sociedade que reage a esse ato. De acordo com esta teoria, a criminalidade é resultado de um processo de estigmatização, em função do rótulo atribuído socialmente.

O indivíduo a quem o rótulo de criminoso foi aplicado com sucesso cria uma imagem de si próprio condizente com o rótulo. Este indivíduo começa a orientar e a gerir as suas condutas conforme o rótulo que lhe foi aplicado. Por outro lado, o indivíduo que é visto como desviante, que foi preso e cumpriu a sua medida ou pena, quando essa medida cessa, regressa à sociedade com o intuito de se integrar socialmente, a nível laboral, escolar, familiar, entre outros. O que acontece é que encontra barreiras na sociedade intransponíveis, que dificultam e condicionam o processo de reinserção, perpetuando o estigma e o rótulo aplicado, existindo probabilidade de esse indivíduo continuar a ver-se segundo o rótulo e voltar a delinquir (Becker, 1963).

2. Fatores de Risco e Fatores de Proteção

Ao longo do ciclo de vida e do desenvolvimento do indivíduo, vão surgindo diferentes fatores de risco que atuam com maior influência em determinada fase da trajetória do mesmo (Farrington, 2003; Moffitt, 1993; Sampson & Laub, 2005; Thornberry, 2005). A evidência científica acumulada ao longo do tempo tem permitido o estabelecimento de um conjunto consistente dos fatores de

ordem individual, familiar e social que podem aumentar a probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes. Por outro lado, essa mesma evidência científica tem também permitido identificar um conjunto de fatores de proteção que inibem a ocorrência de comportamentos problemáticos na presença de fatores de risco (Nardi & Dell'Aglio, 2010). Os fatores de risco, de forma isolada, dificilmente determinam a propensão para a delinquência, devendo ser considerados em conjunto, de acordo com o contexto e em simultâneo com os fatores de proteção (Nardi & Dell'Aglio, 2010). Quanto maior for o número de diferentes fatores de risco, maior a probabilidade de envolvimento em atos delinquentes (Castro, 2012).

Os fatores de proteção podem diminuir a influência dos fatores de risco (Nardi & Dell'Aglio, 2010). Ao nível individual, os fatores de proteção são a autoestima, autonomia, inteligência e a orientação pró-social. Relativamente aos fatores de proteção familiares, estes são a ação adequada da família, práticas educativas parentais positivas, o estabelecimento de vínculos familiares positivos, a coesão familiar e relações familiares pautadas pela comunicação e afeto. Em relação ao grupo de pares, constituem fatores de proteção a associação com pares positivos, que realizem atividades lícitas e normativas, promotoras de bem-estar e normalidade social. Os fatores ao nível escolar têm a ver com os vínculos à escola e a obtenção de bons resultados académicos. Os últimos fatores de proteção estão relacionados com a disponibilidade de sistemas externos de apoio, designadamente a presença de recursos na comunidade que integrem os jovens, e aqui inserem-se os vínculos à escola e à comunidade (Nardi & Dell'Aglio, 2010). Estes fatores relacionam-se de forma negativa com a delinquência (Ferreira, 1997; Nardi & Dell'Aglio, 2010).

Farrington (2003) compilou um conjunto de fatores de risco que atuam no início precoce dos comportamentos delinquentes ou antissociais, sendo estes de ordem individual, familiar, socioeconómica, pares, escolar e vizinhança. Os fatores de risco ao nível individual envolvem hiperatividade, impulsividade, baixo autocontrolo, baixa capacidade de gestão de emoções, baixo QI, episódios de abuso físico, comportamento delinvente ou antissocial passado, comportamentos disruptivos, problemas de saúde física e mental, abuso de álcool e drogas, gravidez precoce, propensão para o risco, baixos níveis de empatia, atitudes de confronto às normas e à autoridade, atitudes legitimadoras do comportamento desviante ou delinvente, falta de competências sociais e intelectuais (Farrington, 2003; Nardi & Dell'Aglio, 2010; Sampson & Laub, 2005). Relativamente aos fatores de risco familiares, estes englobam pobre supervisão parental, práticas parentais desadequadas, baixos níveis de envolvimento parental, monoparentalidade, conflitos familiares, pais com comportamentos antissociais e delinquentes,

vulnerabilidades intergeracionais (como a pobreza), estilos parentais permissivos ou autoritários, fraca vinculação aos pais, negligência, abandono, maltrato físico e/ou psicológico, desestruturação e instabilidade familiar, família numerosa, pais ou cuidadores física ou afetivamente ausentes, violência familiar (Farrington, 2003; Sampson & Laub, 2005; Trentin, 2011). A família é a instância a partir da qual a criança inicia de forma natural o seu processo de desenvolvimento, é o primeiro e principal agente de socialização e, devido a esta importância de primeira linha na vida do indivíduo, é alvo de vários programas de intervenção. O contexto familiar tem uma ação fundamental na formação da criança, pelos valores e educação que transmite, podendo atuar como um travão nas influências e orientações desviantes, orientando o jovem de acordo com as normas sociais. Existem evidências da relação entre as características dos pais ou cuidadores, as respetivas dinâmicas familiares e o comportamento antissocial ou pró-delinquencial futuro, sendo que, quando estes não têm a capacidade de supervisionar os comportamentos dos filhos ou não a têm, a probabilidade de estes se envolverem em atos ilícitos aumenta (Ferreira, 1997; Trentin, 2011). Por outra perspetiva, a família pode atuar como um agente inibidor de comportamentos desviantes, para além do exposto anteriormente, devido aos laços familiares e à preocupação dos adolescentes em defraudar as expectativas dos progenitores em relação a eles. Quando os pais reprovam a criminalidade, a probabilidade de os filhos adotarem condutas delinquentes diminui, se estiverem presentes alguns fatores, como os vínculos parentais. Assim, a família constitui a instância através da qual o adolescente pode interiorizar valores pró-sociais desde idades precoces (Ferreira, 1997).

No que concerne aos fatores de caráter socioeconómico, aqui inserem-se o baixo nível socioeconómico, as desigualdades sociais, situação de rua, desemprego e a baixa qualificação profissional, assim como pais ou cuidadores não inseridos socialmente, constituindo fatores que tendem a condicionar o percurso de vida do indivíduo, diminuindo as oportunidades de integração social (Farrington, 2003; Nardi & Dell'Aglio, 2010; Sampson & Laub, 2005; Trentin, 2011). A criminalidade juvenil é transversal a classes sociais, mas tem uma maior prevalência nas classes mais desfavorecidas, de fraco suporte e enquadramento familiar (Trentin, 2011). De acordo com Heimer (1997), os aspetos socioeconómicos podem influenciar a delinquência, nomeadamente através do seu reflexo nas práticas educativas. Segundo esta perspetiva, os progenitores aprendem valores e padrões relacionais no seu contexto social ou de trabalho, que vão generalizar e aplicar em outros contextos, como é o caso das práticas parentais. Deste modo, as crianças que experienciam práticas punitivas, serão mais favoráveis ao uso da força, de estratégias coercivas e

violência. Além disso, segundo Ferreira (1997), os progenitores de baixo estatuto socioeconómico têm uma maior propensão a exercer menor supervisão sobre os filhos, não controlando a relação destes com contextos e pares de orientação antissocial e pró-delinquencial.

Quanto aos fatores relacionados com os pares, a associação com pares delinquentes, a rejeição pelos pares e baixos níveis de popularidade junto dos pares são fatores de risco para o comportamento delinvente (Farrington, 2003; Sampson & Laub, 2005). Dada a influência do grupo de pares nesta faixa etária, a associação com pares delinquentes é um fator de risco com um grande peso na delinquência, uma vez que aumenta a probabilidade de aquisição de valores e definições delinquentes (Ferreira, 1997).

Nos fatores escolares, podemos inserir o insucesso escolar, absentismo e abandono escolares, a frequência de escolas com altas taxas de delinquência, fraca integração e vinculação à escola, adoção de comportamentos antissociais em contexto escolar, mudanças frequentes de escola (Farrington, 2003; Nardi & Dell'Aglio, 2010; Sampson & Laub, 2005). A escola é o local privilegiado para a formação de grupos da mesma faixa etária, que poderão, em função dos interesses comuns, adotar condutas anti ou pró-sociais (Ferreira, 1997). Por outro lado, se o jovem não tiver vínculos associados à escola, aos professores, à aprendizagem, se tiver um baixo rendimento e envolvimento nas atividades, isto cria um afastamento e desvinculação à escola, promovendo o abandono, o absentismo e a associação com pares em igual situação, que se rejam por valores antissociais, o que pode aumentar a probabilidade de delinquência nestes jovens (Ferreira, 1997).

Por último, em relação aos fatores relacionados com a vizinhança, viver em zonas com grandes níveis de criminalidade e vulnerabilidades associadas (e.g. pobreza, consumo de drogas) é um fator de risco para o comportamento delinvente, assim como o acesso relativamente simples a drogas e armas de fogo e a exposição a violência (Castro, 2012, Farrington, 2003; Nardi & Dell'Aglio, 2010; Sampson & Laub, 2005).

De acordo com Castro (2012), fatores como deficientes condições de saúde, do desenvolvimento cognitivo e do funcionamento socioemocional manifestam-se cedo, e estando associadas a desvantagens de carácter socioeconómico, podem condicionar o acesso destas crianças e jovens a oportunidades que podem constituir pontos de viragem na sua trajetória. São, segundo a autora, estas crianças que mais provavelmente transitam entre os sistemas de proteção e de justiça juvenil, o que demonstra a existência de um conjunto de necessidades mais ou menos permanentes.

Segundo Farrington & Welsh (2007) a relação causal da grande parte dos fatores de risco é desconhecida. É importante perceber e determinar os mecanismos causais entre os fatores de risco e os seus efeitos, o que seria possível através de estudos longitudinais que, ao estudar e comparar o indivíduo consigo próprio ao longo do tempo, permitem o estabelecimento de relações causais entre os efeitos dos fatores de risco no comportamento. Além disso, é necessário perceber a importância e influência dos diferentes fatores de risco nas várias fases do desenvolvimento, assim como dos fatores de proteção, bem como a sua ação nos diferentes parâmetros das trajetórias delinquentiais (como o início, a frequência, a desistência ou a persistência) e perceber a ação dos fatores biológicos nas condutas delinquentes.

3. A delinquência juvenil em Portugal

3.1. Enquadramento legal da delinquência juvenil

Durante décadas, as crianças e jovens não eram alvo de interesse ou de estudo, nem eram vistas como diferentes dos adultos, sem qualquer tipo de necessidades especiais reconhecidas, sendo até tratadas com alguma indiferença e crueldade. As crianças eram consideradas “adultos em miniatura”, não eram vistos como seres com necessidades diferentes, que necessitavam de um tratamento diferenciado dos adultos, quer a nível educativo, quer a nível afetivo (Ferreira, 1997; Martins, 2006). Estas crianças andavam lado-a-lado com a família, em contexto de trabalho, de promiscuidade, nas ruas e nas cadeias (Martins, 2006). Paulatinamente, esse paradigma foi ultrapassado e, hoje em dia, o entendimento em matéria de infância e juventude é muito diferente, passando a encarar-se as crianças e os jovens como objeto de proteção e direitos próprios (Ferreira, 1997; Martins, 2006; Sarmiento & Pinto, 1997).

Na Idade Média, a infância enquanto período crucial e vulnerável no desenvolvimento como pessoa não tinha relevância social. As crianças eram percebidas como pequenos adultos, com obrigações laborais. A diferenciação entre a infância e a fase adulta era delineada pelo momento em que a criança deixava de depender de cuidados primários por parte dos progenitores ou cuidadores e passasse a integrar-se com os adultos (Trentin, 2011). Progressivamente, com a passagem para a Idade Moderna introduziu-se uma noção de infância distinta, em que a criança seria um ser diferente dos adultos, com necessidades específicas, passando a assumir um lugar de destaque na família e na educação (Trentin, 2011). É nesta altura que é criada uma visão ideal de infância (Ferreira, 1997). Segundo esta visão, a criança deveria ser obediente, trabalhadora e cumpridora dos seus deveres educacionais, devendo ser protegida e afastada dos riscos. No

século XIX, existiu um aumento de filhos ilegítimos, abandonados e marginalizados, o que revelava que a família não era uma instância de proteção para estas crianças. As crianças desfavorecidas viviam em situações de pobreza extrema, precariedade, abandono, negligência, vivendo do que conseguiam na rua. Estas crianças eram vistas como potenciais delinquentes precoces, verificando-se a necessidade de resolver o problema, através do internamento em estabelecimentos para o efeito, com a finalidade de as regenerar. Estas questões levaram à criação de instituições de assistência e educação destinadas a estas crianças (Martins, 2006).

Este paradigma de proteção no âmbito da infância e juventude continua no século XX, devido a uma visibilidade mediática das crianças e jovens, denúncias de situações de abandono e maltrato infantil, assim como um aumento da investigação em torno da criança e do jovem (Sarmiento & Pinto, 1997). Em Portugal começam a nascer documentos legais fruto deste sentido de proteção à criança. O facto de nem todas as crianças corresponderem à visão “ideal” avançada por Ferreira (1997), envolvendo-se em comportamentos desviantes e transgressivos, alerta para a necessidade de se criarem respostas adequadas às suas necessidades. Resultado do pensamento de que a infância é um estado especial no ciclo de vida, começou a considerar-se que, nos casos de crianças que cometem crimes, a responsabilidade penal não deve ser equiparada à dos adultos (Ferreira, 1997). Surge, deste modo, a criação de um sistema legal distinto dos adultos. Antes do modelo atual, tivemos dois documentos legais principais em Portugal, a Lei de Proteção à Infância, em 1911 e a Organização Tutelar de Menores, em 1962. A Lei de Proteção à Infância opõe-se ao modelo de justiça, desresponsabilizando os menores das práticas de ilícitos, considerando que estes resultam essencialmente da exclusão social e carência afetiva (Candeias & Henriques, 2012), e tem enfoque na educação dos menores. A Organização Tutelar de Menores engloba todas as situações de proteção de menores dando primazia à aplicação de medidas de carácter protetor, assistencialista e educativo, em detrimento de medidas penais e de correção (Martins, 2004).

Esta nova visão culminou na Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989 e na sua ratificação pelo nosso país, em 1990. Este documento consagra um conjunto de direitos fundamentais que devem ser respeitados e salvaguardados pelos países-membros (Unicef, 1989). Segundo Ferreira (1997) e Martins (2006), as crianças e jovens que praticam delitos têm necessidades específicas que, do mesmo modo, requerem respostas específicas e adequadas, diferentes das medidas ou respostas previstas para os adultos. Segundo as normas internacionais

da Organização das Nações Unidas e do Conselho da Europa¹, as medidas aplicadas aos jovens devem respeitar e promover os Direitos da Criança, que estabelecem a educação, a reabilitação e a educação como vetores fundamentais. A justiça juvenil deve pautar-se por esses princípios e deve ser orientada para a prevenção da reincidência e promoção da reinserção social (Carvalho, 2017).

A construção do sistema atual culminou na separação e diferenciação entre menores em perigo e menores que cometeram ato qualificado como crime pela lei penal, através da definição de um modelo claro de proteção e um modelo de justiça (Neves, 2007). Anteriormente, o objetivo da intervenção relacionava-se com a promoção do bem-estar das crianças e jovens que sofreram maltrato e educar aquelas que haviam praticado ou se encontrassem em risco de praticar delitos. Esta não distinção culminava na institucionalização destas crianças e jovens no mesmo espaço, perpetuando condições de reprodução de delinquência juvenil (Pedroso, 1998).

Atualmente o nosso modelo é regulado pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) e pela Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

O modelo de proteção tutela os menores em perigo e tem como pedra basilar de intervenção a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Este modelo é focado na prevenção, em que o Estado assume um papel de supervisão e vigia à margem do sistema penal, sendo que os menores são olhados como vítimas, de acordo com Neves (2007, 2008). A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo visa promover e salvaguardar os direitos das crianças e jovens, tutelando situações e contextos que possam colocar em causa a segurança, saúde, formação e educação ou o desenvolvimento da criança e do jovem, cuja proteção é assegurada pelo Estado (Martins, 2004). Esta lei sofreu várias revisões, sendo a última datada de 2017. O termo “crianças e jovens em risco” é substituído por “crianças e jovens em perigo”, que contempla crianças ou jovens (em casos excecionais, até aos 25 anos), em situação de maltrato ou risco de maltrato (Martins, 2004), salvaguardando os seus direitos em casos cujos pais, cuidadores ou responsáveis legais

¹ Regras Mínimas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), Nações Unidas (ONU, 1985); Convenção sobre os Direitos da Criança, ONU, de 1989 e Observação Geral N.º 10: os Direitos das Crianças nos Sistemas de Justiça de Menores, ONU, 2007; Diretrizes para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riade), ONU, ambas de 1990; as Recomendações do Conselho da Europa Rec(2008)11 sobre as 'Regras europeias para os jovens alvo de sanções ou de medidas por motivo de delinquência', e a Rec(2003)20 sobre 'Novas formas na abordagem à delinquência juvenil e o papel dos sistemas de justiça juvenil'.

sejam incapazes de assegurar a saúde, educação e desenvolvimento ou de as proteger face a outras situações de perigo causadas por parte de terceiros ou pela própria criança ou jovem (Martins, 2004). A lei (Art.º 3º da LPCJP) considera que a criança ou jovem se encontra em perigo quando se verificam, de uma forma geral, situações de abandono, negligência, maltrato (físico, psíquico ou sexual), a criança estar ao cuidado de terceiros, em simultâneo com o não exercício das funções parentais por parte dos pais, obrigação de trabalhos ou atividades inadequadas à idade, desenvolvimento ou dignidade; exposição a comportamentos desajustados; comportamentos antissociais, desviantes ou desadequados e prejudiciais, sem que os pais se oponham. No Art.º 4.º da LPCJP, são consagrados os princípios orientadores da intervenção em processos de promoção e proteção: Interesse Superior da Criança; Privacidade; Intervenção Precoce; Intervenção Mínima; Proporcionalidade e Atualidade; Responsabilidade Parental; Primado da Continuidade das Relações Psicológicas Profundas; Prevalência da Família; Obrigatoriedade da Informação; Audição Obrigatória e Participação; Subsidiariedade. A atuação das entidades competentes em matéria de infância e de juventude pressupõe o consentimento dos pais e a não oposição dos jovens maiores de 11 anos. Quando a intervenção destas entidades falha ou se revela inadequada, o processo segue para a instância superior, o Tribunal de Família e Menores. Em ambos os níveis da intervenção, o objetivo é colocar termo à situação de perigo, bem como assegurar condições para o desenvolvimento saudável da criança ou jovem, assim como a sua recuperação em casos onde tenham ocorrido situações de maltrato ou abuso.

No que respeita a medidas previstas, estas dividem-se em medidas em meio natural de vida e medidas de colocação (Art.º 34º e ss da LPCJP). Assim, as medidas previstas em meio natural de vida são o apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para autonomia de vida. Por outro lado, as medidas de colocação são o acolhimento familiar e acolhimento residencial. No caso da medida de confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção, esta é uma medida que engloba implementação em meio natural de vida e em regime de colocação. Se a criança ou jovem for confiado a pessoa selecionada para adoção, a medida considera-se cumprida em meio natural de vida; se, por outro lado, a criança ou jovem for confiado a família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção, a medida é aplicada em regime de colocação (Art.º 35º, n.º3 da LPCJP).

Lei Tutelar Educativa

O modelo de justiça tem um cariz aproximado, mas não semelhante ao direito penal, considerando os menores responsáveis pelos seus atos, não podendo, no entanto, aplicar penas ou medidas de segurança penais, apesar de manter a vertente punitiva. Este modelo é regulado pela Lei Tutelar Educativa. Neste modelo, segundo Neves (2007), as garantias processuais dos jovens estão salvaguardadas, como o direito ao contraditório, o direito a fazerem-se representar por um advogado ou defensor, ou ainda o facto de as medidas tutelares educativas aplicadas terem um início e um termo previstos. De acordo com Agra & Castro (2007 cit in Carvalho, 2013), o nosso sistema de justiça juvenil é um sistema particular, diferente da maioria dos modelos dos restantes países da União Europeia, uma vez que o ato praticado não assume uma importância central, ao contrário da necessidade do jovem de ser educado para os valores normativos formais e informais da comunidade que o facto colocou em causa. O modelo português está situado entre o modelo de proteção e o sistema penal, constituindo uma terceira via, devido à salvaguarda do interesse do menor, à finalidade essencialmente educativa da intervenção, mas, ao mesmo tempo, responsabiliza o menor, apesar de ser uma responsabilidade não penal (Carvalho, 2013).

As medidas tutelares educativas aplicadas têm como princípio fundamental a “educação para o direito” (Art.º 6.º, n.º 4 da Lei Tutelar Educativa), princípio este que tem como base a reabilitação, a cidadania ativa e os direitos dos jovens.

A Lei Tutelar Educativa é redigida no sentido de regular as situações de factos qualificados como crime cometidos por indivíduos entre os 12 e os 16 anos, entra em vigor em 2001 e é revista em 2015. Este documento legal tem como finalidade a educação para o direito e a inserção das crianças e jovens na sociedade, de forma responsável (Art.º 2.º da LTE). A intervenção designa-se de tutelar educativa, uma vez que reúne as duas dimensões: a dimensão tutelar, ao zelar pelos menores a cargo do Estado, e a dimensão educativa, porque promove e estimula nestes indivíduos o respeito, a interiorização e a prática de valores normativos essenciais à vida em sociedade como a educação para o direito (Carvalho, 2013). O Estado deve assegurar o desenvolvimento da personalidade dos jovens e a sua efetiva integração na comunidade, conforme o Art.º 7º da Constituição da República Portuguesa. Além disso, deve também assegurar as exigências comunitárias de segurança e paz social (Centro de Estudos Judiciários, 2015). Esta intervenção deve ser levada a cabo apenas nos casos em que, à data de aplicação da medida, as necessidades especiais de correção da personalidade se mantenham.

Relativamente às medidas previstas na Lei, estas visam proteger os direitos, liberdades e garantias dos jovens, e têm como finalidade última a reinserção do jovem na sociedade de modo social e juridicamente responsável, garantindo a salvaguarda da segurança e dos valores indispensáveis à convivência em sociedade (Carvalho, 2013). Pode, portanto, afirmar-se que a intervenção tem um cariz, também, preventivo (Martins, 2004). Ao nível da prevenção geral, pretende prevenir delitos nos outros jovens em geral; já ao nível da prevenção especial, pretende prevenir a reincidência do indivíduo. Ao atuar em menores de 16 anos, pretende salvaguardá-los do sistema penal, altamente estigmatizante, uma vez que se considera que estes indivíduos não têm ainda a personalidade formada antes desta idade, no sentido jurídico-penal (Centro de Estudos Judiciários, 2015). A aplicação de uma medida tutelar educativa pressupõe que existam factos, ou indícios suficientes para meio de prova e que exista a necessidade de educação para o direito em relação ao jovem (Carvalho, 2013).

As medidas previstas pela LTE são a admoestação (Art.º 9º), privação do direito de conduzir (Art.º 10º), reparação ao ofendido (Art.º 11º), prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade (Art.º 12º), imposição de regras de conduta (Art.º 13º), imposição de obrigações (Art.º 14º), frequência de programas formativos (Art.º 15º), acompanhamento educativo (Art.º 16º) e internamento (Art.º 17º). Esta última medida será o foco na investigação, consistindo no afastamento temporário do menor do seu meio natural de vida, com o objetivo de interiorização de valores normativos, assim como aquisição de conhecimentos e capacidades que lhes permitam integrar-se na sociedade de forma responsável e normativa. Esta medida aplica-se em uma de três modalidades de internamento: aberta, semiaberta ou fechada. O regime semiaberto aplica-se a jovens que tenham praticado crime contra as pessoas a que corresponda uma pena máxima abstrata superior a três anos de prisão, ou ter cometido um ou mais factos qualificados como crimes de pena máxima abstrata superior a três anos. A modalidade fechada requer a cumulação de dois pressupostos, nomeadamente a prática de facto qualificado como crime correspondente a uma pena máxima abstrata de cinco ou mais anos de prisão e ter 14 ou mais anos de idade no momento da aplicação da medida. A medida de internamento tem limites temporais mínimos e máximos dispostos na lei (Art.º 18º). Assim, em todos os regimes, a duração mínima é de seis meses, enquanto que a duração máxima é de dois anos. No entanto, no regime fechado a medida pode ter uma duração máxima de três anos nos casos em que o indivíduo tenha praticado facto qualificado como crime punível abstratamente com uma pena máxima superior a oito anos, ou

tenha praticado dois ou mais factos qualificados como crime contra as pessoas puníveis abstratamente com um máximo superior a cinco anos de prisão.

3.2. A Medida Tutelar Educativa de Internamento

Os Centros Educativos

Os Centros Educativos destinam-se ao internamento de jovens entre os 12 e os 16 anos de idade que tenham praticado facto qualificado como crime, sendo que a execução da medida de internamento pode prolongar-se até aos 21 anos. Para além da medida tutelar educativa de internamento, os Centros Educativos destinam-se também à execução da medida cautelar de guarda, ao internamento para perícia sobre a personalidade, ao cumprimento de detenção e ao internamento em fins de semana (DGRSP, 2010). Estes organismos estão tutelados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e podem intervir no processo em fase pré-sentencial, no apoio à tomada de decisão, na fase sentencial e na fase pós-sentencial (na execução da medida) (Cóias, 2012). Esta investigação foca-se nos jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento, situando-se, por isso, na fase pós-sentencial.

Como já abordado anteriormente, existem três regimes de execução da medida tutelar de internamento, sendo que, em todos os regimes, os jovens residem e são educados no Centro Educativo. No entanto, existem diferenças e especificidades quanto ao contacto com o exterior entre os regimes. No regime aberto, os jovens podem frequentar aulas ou atividades formativas e/ou de tempos livres no exterior, podendo sair em fins de semana e férias. No regime semiaberto, os jovens frequentam as atividades formativas e/ou de tempos livres no Centro, sendo que numa fase mais avançada do Projeto Educativo Pessoal podem frequentar estas atividades no exterior. Na última modalidade, o regime fechado, os jovens frequentam todas as atividades no Centro, sendo as saídas reduzidas ao estritamente necessário (e.g. cumprimento de obrigações judiciais, questões de saúde ou outros motivos excepcionais) e sempre acompanhadas (DGRSP, 2010).

Segundo a DGRSP (2010), a medida tutelar educativa de internamento tem como objetivo a interiorização de valores e princípios conformes ao direito, e dotar os jovens de competências e recursos que lhes permitam “conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável” (Art.º 17, n.º 1 da Lei Tutelar Educativa). Todos os jovens a cumprir medida tutelar de internamento têm um Projeto Educativo Pessoal, que é um documento elaborado em conjunto com o jovem, onde se estabelecem os objetivos a alcançar, a duração, prazos, fases e meios de realização. Este

documento tem uma função de orientação, para que o jovem e os técnicos possam situar e avaliar a evolução do jovem, em função dos objetivos e metas propostas.

Todos os Centros Educativos estão sujeitos a um Regulamento Interno, que é um documento onde estão reguladas as regras orientadoras do funcionamento do Centro, a cumprir por todos os profissionais e por todos os jovens (DGRSP, 2010). Estes organismos têm como finalidade a educação, e qualquer ato desenvolvido no seu interior é considerado como educativo, orientado para a educação para o direito (Neves, 2008). Segundo o mesmo autor, a definição deste termo não está plasmada na Lei Tutelar Educativa, mas existe referenciada na Proposta de Lei n.º 36/VII, de 11 de março de 1999, no seu ponto 7. Assim, “a densificação do que seja a necessidade de educação para o direito não se pode reconduzir a um manual de procedimentos (...) Trata-se de corrigir uma personalidade que apresenta deficiências de conformação com o dever-ser jurídico mínimo e essencial (corporizado na lei penal) e não meras deficiências no plano moral ou educativo geral” (Neves, 2008). Para o autor, esta referência estabelece uma relação entre a necessidade de educação e a necessidade de correção da personalidade, estabelecendo como base da intervenção a adequação dos comportamentos à conformidade jurídica.

Esta investigação foi conduzida no Centro Educativo de Santo António² que, de acordo com Neves (2007), reúne características de instituição total, segundo o conceito de Goffman. De acordo com este autor, as instituições totais caracterizam-se por três fatores centrais. O primeiro, é que todas as atividades da vida quotidiana são realizadas dentro do mesmo espaço e supervisionadas sob a autoridade de uma entidade, o que acontece nos Centros Educativos, à exceção do regime aberto. O segundo aspeto prende-se com o facto de todas as atividades serem realizadas em conjunto e cada elemento desse conjunto ser tratado de forma igual e dividir tarefas de forma equitativa e equilibrada com os outros. O último aspeto relaciona-se com o planeamento rigoroso das atividades, em horário definido, sendo esse planeamento feito “de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários” (Goffman, 1999 cit in Neves, 2007). No espaço do Centro Educativo existe uma abundância de marcadores defensivos, compostos pela equipa técnica e de segurança, que estabelecem limites ao comportamento dos educandos, de forma ao cumprimento do disposto no Regulamento Interno do Centro Educativo (Neves, 2008). Existem também marcadores defensivos no espaço físico, dos quais se destacam os altos muros, as redes de arame, os portões constantemente trancados, as grades nas janelas, as portas de acesso ao exterior fechadas à chave, os dispositivos de comunicação utilizados pelos profissionais

² Comprovativo da autorização da DGRSP para a divulgação do Centro Educativo onde foi realizado o estudo, no Anexo I.

da equipa técnica e de segurança e direção, que são usados para localizar os educandos e obter informações sobre a condição e integridade dos mesmos e dos profissionais. Além destes, o facto de os educandos deslocarem-se sempre com o acompanhamento e vigilância de membros da equipa também pode ser considerado um marcador defensivo (Neves, 2008).

A intervenção em Centro Educativo

A intervenção com jovens delinquentes em contexto de internamento em Centro Educativo é baseada na avaliação e gestão do risco, potenciando os fatores de proteção (Azevedo & Duarte, 2014). A avaliação de risco é realizada através de instrumentos de avaliação de risco, designadamente o YLS/CMI – *Youth Level of Service/Case Management Inventory* (Hoge & Andrews, 2002), adaptado e validado ao contexto Português pela DGRSP. Para potenciar os fatores de proteção e dotar os jovens de competências facilitadoras da reinserção social, são aplicados programas socioeducativos, terapêuticos e formativos (Azevedo & Duarte, 2014). O YLS/CMI avalia as necessidades em termos de: 1) Delitos ou medidas anteriores; 2) Família; 3) Educação/Emprego; 4) Relação com pares; 5) Consumo de substâncias; 6) Tempos Livres; 7) Personalidade/Comportamento; 8) Atitudes/Orientação; 9) Outras necessidades.

De acordo com a DGRSP (2009 cit in Azevedo e Duarte, 2014), a intervenção configura um modelo conceptual integrativo com matriz relacional. É considerado integrativo, no sentido em que compreende abordagens cognitivo-comportamentais, desenvolvimentais, e abordagens sistémicas e ecológicas. A delinquência é encarada como um fenómeno multifatorial, atuando ao nível da família, do jovem e do meio, em articulação com as instituições comunitárias que possam integrar o jovem em determinados níveis. O caráter relacional tem a ver com a valorização das relações entre Técnico e o jovem, e o desenvolvimento de padrões relacionais positivos. Neste sentido, os Técnicos (Superiores e Profissionais) intervêm com os jovens sem os julgarem, sendo perseverantes e compreensivos na intervenção, de forma a facilitar o processo de mudança (Azevedo & Duarte, 2014). Neste sentido, a intervenção em Centro Educativo é individualizada, planificada, adequada aos riscos e necessidades dos jovens, promovendo os fatores de proteção, o envolvimento da família e da comunidade, e os vínculos a instâncias socializadoras positivas. Além disso, pauta-se pela responsabilização e mudança do jovem ao nível das atitudes e comportamentos (DGRSP, 2009 cit in Azevedo & Duarte, 2014).

Os jovens, quando chegam ao Centro Educativo, são vistos como potenciais focos de instabilidade. Quando dão entrada, recebem o *Guia do Educando*, documento onde consta uma

lista de direitos, deveres e regras de funcionamento da instituição, que também lhes são explicados verbalmente (Neves, 2007). Nas primeiras horas (24 a 72 horas), o jovem recebe um tratamento individualizado, precisamente por poder ser uma fonte de instabilidade que se possa alastrar aos outros jovens residentes no Centro. Este período é fundamental também para que se possam avaliar as necessidades e a situação do educando (Neves, 2007). De acordo com o mesmo autor, o facto de o educando ser desprovido de objetos pessoais à exceção de um, que pode levar para o quarto, aponta para uma desindividualização do mesmo, sendo que, simultaneamente, há uma tentativa de proteção do jovem, ao não ser permitida a sua entrada repentina no grupo de jovens em internamento.

O Centro Educativo assegura todos os cuidados básicos aos educandos, desde condições de alimentação, higiene, saúde e escola, sendo que numa grande maioria dos casos, têm acesso em quantidade e qualidade superiores àquelas que tinham no exterior (Neves, 2008).

A estruturação da intervenção em Centro Educativo inicia-se com a avaliação de risco, através do YLS/CMI. Posteriormente à avaliação do risco, é elaborado um projeto de intervenção de acordo com as necessidades e fatores de risco identificados em cada caso, apoiadas em programas específicos, intervenções em grupo e individuais e tutorias (reuniões de gestão do caso). A frequência a cada programa deve ter em conta os fatores e necessidades identificadas, devendo estes programas dirigir-se a jovens com elevado risco de reincidência, que tenham comportamentos ou atitudes antissociais, relacionados com o crime, baixa capacidade de resolução de problemas, manifestação de violência, abuso de substâncias, impulsividade, competências cognitivas limitadas, fracas competências para o trabalho e para adotarem atividades de tempos livres ajustadas (Cóias, 2012). De acordo com o mesmo autor, as técnicas que se revelam mais eficazes na redução do comportamento delinvente são o desenvolvimento de novas competências, o envolvimento ativo do jovem através de dinâmicas de grupo e atividades de *role playing* de situações de vida real, treino de competências, técnicas cognitivo-comportamentais, de aprendizagem e a implementação de programas dirigidos a mais do que uma problemática.

A intervenção em Centro Educativo centra-se num sistema de faseamento e progressão, que se distribui por quatro fases evolutivas, desde que o jovem ingressa no Centro Educativo até ao momento em que regressa à comunidade (Cóias, 2012). A passagem do jovem para cada fase é conseguida através de aquisição de competências e comportamentos desejáveis socialmente.

As fases são, por ordem crescente de evolução, 1) Integração; 2) Aquisição; 3) Consolidação; 4) Autonomia (Cóias, 2012).

Existem programas destinados à escolaridade obrigatória, à formação profissional³, ao tratamento do comportamento delincente, à intervenção psicoterapêutica. (Cóias, 2012). Tendo em conta a finalidade da reabilitação, os Centros Educativos apostam em programas e atividades que capacitem os jovens de competências e conhecimentos para a integração na sociedade de forma normativa e responsável.

A organização e previsibilidade na estruturação do quotidiano são essenciais para a definição clara de rotinas. Aquilo que, num primeiro olhar, pode parecer um excesso de regulação e rigor na regulação das rotinas dos jovens, serve o propósito da educação para o direito (Carvalho, 2013). Dado o carácter dos Centros Educativos, as questões associadas à segurança, quer dos jovens, quer dos profissionais, constituem uma questão central que obriga a cuidados e procedimentos específicos, que são também assegurados através da organização e previsibilidade dos procedimentos do quotidiano.

A variável “tempo” é essencial neste contexto. Por vezes, as medidas demoram muito tempo a serem aplicadas, pelo que não terá um efeito imediato de associação entre o facto ilícito praticado e a respetiva medida, o que leva muitos jovens a questionar a intervenção tutelar educativa (Carvalho, 2013). O tempo é crucial também no planeamento da intervenção, sendo necessário ponderar os objetivos que poderão ser alcançados a curto, médio e/ou longo prazo. A intervenção, tal como a execução da medida, deve ser temporalmente mais próxima possível ao facto (Carvalho, 2013).

Segundo Carvalho (2013), muitas vezes a medida tutelar educativa fica comprometida pela escassez de recursos humanos especializados, de respostas sociais na comunidade, afirmando que existem situações em que a execução de uma medida tutelar educativa fica condicionada pela inexistência de programas formativos, de entidades disponíveis para a realização de tarefas na comunidade ou para a colaboração em acompanhamento educativo.

³ Em regra, opta-se por cursos de formação de dupla certificação, Cursos EFA (Cursos de Educação e Formação de Adultos), adaptados à população de jovens para uma idade média de 16 anos. Estes cursos abrangem a formação escolar e profissional e são organizados e promovidos pelo Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça (Cóias, 2012).

A reintegração do jovem na sociedade

De acordo com Castro (2012), os contactos com o sistema de justiça juvenil podem desencadear um conjunto de processos de reforço de atitudes e comportamentos antissociais e delinquentes que dificultam o processo de desistência.

O *Cambridge Study in Delinquent Development* é um estudo longitudinal que estudou o desenvolvimento do comportamento antissocial, numa amostra de 411 indivíduos do sexo masculino, e teve início em 1961, quando os indivíduos tinham entre 8 e 9 anos, prosseguindo até 2011. O estudo mostrou que os indivíduos que tinham sido sujeitos a medida judicial entre os 14 e os 16 anos revelam níveis de delinquência autorrevelada posteriormente, o que não acontecia com indivíduos com trajetórias delinquentiais, mas sem contacto com o sistema de justiça (West & Farrington, 1977). Nos indivíduos cuja primeira condenação foi entre os 18 e os 21 anos, os resultados foram semelhantes. Perante esta evidência, é possível identificar a necessidade de reduzir um eventual impacto negativo da intervenção judicial, privilegiando medidas menos severas em termos de duração e intensidade, intervenções diferenciadas, baseadas na evidência científica e na avaliação de necessidades dos jovens, e promovendo uma efetiva educação para o direito (Castro, 2012).

Em 2012, realizou-se um estudo de follow-up focado na reinserção social de jovens que terminaram as medidas tutelares educativas em 2010, entre as quais a medida de internamento. Os resultados mostram que, dos 95 jovens da amostra, a maioria (62%, o que corresponde a 59 jovens) não tinha reincidido à data do estudo. Destes jovens, 55% estão totalmente integrados, sendo que 40% estão integrados apenas ao nível familiar ou laboral. É importante referir que não foi possível obter dados para 17 destes jovens. Existem ainda jovens que, apesar de não revelarem reincidência, estão em situação de risco, dado que não se encontram integrados em nenhuma dimensão. Dos jovens que estão inseridos no mercado de trabalho, a grande maioria exerce funções nas áreas da construção civil, restauração, indústria e supermercados (Cóias, 2012).

De acordo com Carvalho (2013), o processo de reinserção divide-se num duplo processo de interação positiva entre quem foi excluído da sociedade e da sociedade que pode aceitar ou não a reinserção desses indivíduos. A reinserção do jovem é um processo de investimento pessoal, trabalhado em rede, ao nível individual, familiar e ao nível do Estado, de políticas e estruturas de oportunidades. Além disso, devem ser conjugadas cinco dimensões indissociáveis entre si para uma reintegração positiva, nomeadamente a adaptação, a socialização, a autonomia, a participação e a integração (Carvalho, 2013).

A passagem progressiva para o exterior tem de ser trabalhada de dentro do Centro Educativo para fora, sendo preparada ao longo de toda a execução da medida. Deve respeitar as restrições legais, e a qualidade desse trabalho depende do empenho e da importância atribuída por quem trabalha no contexto institucional (Carvalho, 2013). A eficácia da intervenção só poderá ser alcançada através de programas que sejam adequados e dirigidos às necessidades de cada jovem. A mesma autora defende a importância de acrescentar na execução da medida de internamento uma fase de inserção familiar, educativa ou socio laboral do jovem no meio de origem, sempre com supervisão. Além disso, o recurso ao sistema de proteção seria uma mais valia, pela medida de promoção e proteção de apoio para a autonomia de vida. O regresso do jovem ao meio de origem levanta preocupações e questões relacionadas com o meio e a presença dos mesmos fatores de risco anteriores que muito provavelmente se mantêm, como é o exemplo da existência de pais ou cuidadores com percursos de delinquência, o que aponta para uma transmissão intergeracional (Carvalho, 2013). Neste ponto, as atividades educativas e de formação desenvolvidas no Centro Educativo podem ter um papel decisivo na reabilitação e integração socio laboral, mas também as atividades e programas implementados relacionados com os comportamentos delinquentes (Carvalho, 2013).

A autora defende também que o Centro Educativo e entidades locais devem estar envolvidos no processo de transição do jovem para a comunidade. Segundo a mesma, os relatórios de avaliação sobre o sistema juvenil mostraram que a coordenação entre entidades e serviços comunitários não tem sido suficiente, o que evidencia a ausência de respostas destinadas a estes jovens (Carvalho, 2013).

3.3. Estatísticas oficiais da delinquência juvenil em Portugal

As estatísticas oficiais de delinquência juvenil e infantil são variáveis no tempo e no espaço, e representam apenas possíveis dimensões em função das fontes de informação e da sua origem. Os atos registados dizem respeito apenas àquelas que chegaram às autoridades, estando, portanto, oficialmente identificados (Carvalho, 2013).

Relativamente aos dados do sistema de justiça, entre 1993 e 2011 existiu um padrão de evolução irregular. A partir de 1995 registou-se um aumento significativo, atingindo o pico em 2000, ano a partir do qual se verifica uma diminuição (Carvalho, 2013).

Quanto à execução de medidas tutelares educativas, de medidas institucionais ou não institucionais, entre 2001 e 2011, não houve variações muito significativas até ao ano 2010, mas

em 2010 e 2011 os dados revelam uma subida acentuada no número de medidas. Nesses anos, nas medidas institucionais, 75% dos jovens tinha entre 15 a 17 anos, 85% do género masculino, maioritariamente de nacionalidade portuguesa, com baixas qualificações académicas e com prática de factos contra o património, seguindo-se crimes contra as pessoas. Ao longo dos anos, existe uma tendência constante do regime semiaberto ser o mais utilizado (Carvalho, 2013).

Mais recentemente, os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mostram que em 2012, os casos reportados às autoridades foram 2035, aumentando desde o ano anterior, ao passo que, em 2013, verifica-se um decréscimo de 95 casos (RASI, 2013). No ano de 2014, o número de casos participados aumenta em 23.4% (mais 453 casos reportados) (RASI, 2014).

Em 2015, registaram-se 2681 medidas tutelares educativas em execução (na comunidade ou em meio institucional). Os crimes mais praticados pertenceram às categorias de crimes contra o património (50%) e de crimes contra as pessoas (41%). A 31 de dezembro de 2015, existiam 151 jovens a cumprir medida tutelar educativa em internamento, sendo que o regime semiaberto, à semelhança do registado em anos anteriores, foi o mais aplicado (RASI, 2015).

No ano seguinte, registou-se um decréscimo das participações aos órgãos de polícia criminal no âmbito da delinquência juvenil (menos 22.7%). No entanto, o número de medidas tutelares em execução aumentou 19.5%. A 31 de dezembro de 2016, existiam 138 jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento, verificando-se uma diminuição em relação ao ano transato. Em relação aos crimes mais praticados, 53% dos crimes registados foram crimes contra as pessoas, seguidos por crimes contra o património (38%) (RASI, 2016).

No ano de 2017, a tendência de descida mantém-se, tendo-se verificado uma descida, ainda que ligeira (menos 0.7% em relação ao ano anterior) das ocorrências participadas. Quanto às medidas tutelares em execução, o número registado neste ano foi de 3360 medidas, revelando um aumento de 8.7% em comparação com 2016, resultado de um aumento dos pedidos de apoio recebidos para execução de medida em comunidade. Neste ano, verifica-se uma descida de jovens em execução de medida tutelar de internamento em Centro Educativo, mantendo-se a tendência para a aplicação do regime semiaberto. Os crimes mais praticados foram os crimes contra a pessoa (50.9%) seguidos de crimes contra o património (39.2%) (RASI, 2017).

O que se verifica nestes dados estatísticos é que, desde 2010, o número de participações tem decrescido de forma significativa. Se em 2010, existiam 3880 casos participados, em 2017 registaram-se 1624. Pelo meio, existiram algumas oscilações, sendo que o número mais alto de participações foi registado no ano de 2015 (2681 participações), e os mais baixos em 2016 e

2017 (1636 e 1624, respetivamente). Em comum ao longo dos anos é a preferência pelas medidas menos gravosas e a tendência para a aplicação do regime semiaberto, na medida tutelar educativa de internamento.

4. Prevenção na delinquência juvenil

Segundo Loeber, Farrington & Petechuck (2003), a maioria dos recursos e intervenções do sistema de justiça juvenil, do sistema de proteção e da escola focam-se nos adolescentes e crianças com comportamentos persistentes ou em programas de educação em adolescentes no ensino básico e secundário, ao invés de terem como alvo faixas etárias mais novas, pelo que, segundo a perspetiva dos autores, as intervenções aplicadas tendem a focar-se em remediar e corrigir o comportamento delinvente existente, ao invés de prevenir a sua ocorrência. A prevenção precoce é defendida pelos autores como a melhor abordagem no âmbito da delinquência juvenil. *“The earlier, the better”* é o princípio orientador na prevenção da delinquência juvenil (Loeber, Farrington & Petechuck, 2003, p.9). Segundo os autores, as intervenções de caráter preventivo devem basear-se nos fatores de risco e nos processos desenvolvimentais dos jovens. Também Castro (2012), defende a prevenção precoce em idade pré-escolar, atendendo à influência dos fatores sociais estruturais e à intervenção nos contextos de vida. Segundo a autora, a estruturação de políticas e programas de prevenção na delinquência juvenil deve atender aos processos desenvolvimentais dos jovens, às condições macrossociais, à heterogeneidade de trajetórias, aos estudos sobre processos de desistência e à evidência científica sobre os efeitos dos contactos com o sistema de justiça (Castro, 2012).

Os programas de prevenção devem ser pensados e estruturados a partir do conhecimento dos fatores de risco e de proteção, assim como da relação entre eles (Nardi & Dell’Aglia, 2010). Como referido anteriormente, os fatores de risco por si só, não determinam a passagem ao ato, mas sim o contexto em que esses fatores se manifestam, em conjunto com a ação dos fatores de proteção. Nesse sentido, Loeber, Farrington & Petechuck (2003) consideram que devem existir ações de suporte e de informação ao nível familiar, junto de famílias em situação de risco, escolas e outros locais na comunidade, para que a sociedade seja capaz de atuar na prevenção da delinquência juvenil, nomeadamente através da estimulação de relações saudáveis, da integração dos jovens em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho.

Uma questão central na investigação de Loeber, Farrington & Petechuck (2003) é “Quão cedo podemos prever?” [a propensão para a delinquência]. Segundo os mesmos autores, a

resposta a esta questão é complexa, uma vez que existem indivíduos que adotam padrões de comportamento delinquentiais de gravidade diminuta, por um pequeno período de tempo, os delinquentes limitados a uma fase da vida. Whyte (2004), parte da taxonomia de Moffitt para justificar a necessidade de intervenção precoce, em concordância com Loeber, Farrington & Petechuck (2003). Apesar de uma parte dos jovens delinquentes terem processos de desistência naturais, muitas vezes sem intervenção, outros têm carreiras criminais com padrões de frequência, versatilidade e gravidade muito acentuados, e os processos de desistência destes indivíduos podem ser complexos. Não intervir pode fazer com que as crianças em risco não consigam ter processos de desenvolvimento positivos. Como já foi mencionado, o início precoce pode constituir um fator de preditor de uma carreira criminal mais grave, violenta e persistente. Na intervenção precoce, é necessário definir quais as crianças em risco (Loeber, Farrington & Petechuck, 2003; Whyte, 2004). Existem alguns sinais que se manifestam numa fase precoce (idade pré-escolar). Estes sinais são encarados como um alerta para um possível envolvimento futuro em comportamentos ou atividades delinquentes. No entanto, a grande maioria das crianças que manifestam estes sinais não se tornam delinquentes no futuro, daí que estes sinais ou indicadores não sejam deterministas (Loeber, Farrington & Petechuck, 2003). Estes autores identificam como sinais de alerta nesta fase a manifestação de comportamentos disruptivos mais frequentes ou mais graves em comparação com os das outras crianças da mesma faixa etária, a ocorrência de comportamentos como fazer birras e ser agressivo, que persistam após os dois ou três anos, e um historial de comportamentos agressivos, assim como défices de atenção e procura de sensações na idade pré-escolar (Loeber, Farrington & Petechuck, 2003).

A prevenção deve ser baseada no conhecimento teórico e da investigação científica sobre condutas e trajetórias delinquentes (*Evidence Based*), que tenham em conta os fatores de risco, os processos desenvolvimentais, as intervenções realizadas anteriormente e respetivas avaliações (Castro, 2012). Neste sentido, as intervenções de prevenção social e desenvolvimental, que se baseiam em possibilitar recursos que possam contribuir para a prevenção da delinquência nos jovens, podem ser eficazes (Farrington, 2000). Estas intervenções são planeadas para a promoção do bem-estar das pessoas, fomentando o comportamento pró-social, dirigidas em particular a crianças e jovens, considerando fatores de risco e fatores de proteção associados ao comportamento antissocial e delinvente (Farrington, 2000). As iniciativas de prevenção devem ter um carácter universal, seletivo e dirigido a crianças, adolescentes, famílias, escolas e comunidades de forma a constituir um apoio no processo educativo (Castro, 2012).

A parentalidade positiva pode ser um importante fator de prevenção da delinquência futura. As práticas parentais negativas, pautadas pelas relações comunicacionais, emocionais e afetivas inconsistentes, pela pobre supervisão parental, entre outras, constituem um fator de risco central, identificado pela literatura científica (Farrington, 2003; Nardi & Dell'Aglio, 2010; Sampson & Laub, 2005; Trentin, 2011). Deste modo, a parentalidade positiva traduz-se em práticas educativas positivas, marcadas pela diminuição dos padrões de funcionamento parental perturbados, a diminuição da carência económica, suportadas em estruturas sociais eficientes (Ferreira, 1997).

Whyte (2004) compilou uma série de recomendações para as intervenções no âmbito da delinquência juvenil. Segundo o autor, devem ser implementados programas de prevenção precoce, de forma a promover um desenvolvimento social saudável, adotando critérios de avaliação de risco rigorosos, de forma a intervirem, em primeira linha, em situações de elevado risco. Os programas devem ser aplicados na comunidade, e focados na família e na escola, em primeira instância, devendo ser abrangentes, mobilizando a justiça juvenil, a educação, serviços de saúde mental e proteção, entre outros. Em relação às intervenções de carácter institucional, estas devem ser aplicadas em última instância, como último recurso, e devem ser dirigidas aos indivíduos que representem um risco elevado para si mesmos e para os outros, devendo trabalhar o regresso à comunidade.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo serão apresentadas as opções metodológicas utilizadas para os propósitos da presente investigação. Como introdução, é identificada a problemática em estudo e os objetivos do estudo. Em seguida, procede-se à caracterização do estudo e à indicação dos procedimentos de seleção da amostra, bem como a caracterização da mesma. Posteriormente, são apresentados os instrumentos de recolha de material empírico, seguido das estratégias de análise de dados utilizadas. Por fim, é apresentada uma contextualização das questões atinentes à credibilidade e consistência da investigação, bem como algumas considerações éticas relevantes.

5. Problemática da investigação

Baseado em Carvalho (2013), que afirma que o debate sobre a delinquência juvenil e respetiva reação social formal deve ser uma prioridade, este estudo tem como ponto de partida a delinquência juvenil, mais concretamente a delinquência juvenil reportada às instâncias oficiais e sujeita a medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo, ao abrigo do Art.º 17.º da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

Em específico, interessa-nos conhecer quem são os jovens em internamento, que trajetórias criminais e de vida trazem na bagagem, quais são as necessidades e fatores de risco que apresentam. Em função destas características, é delineada uma intervenção com os mesmos, a qual se pretende conhecer nesta investigação, e, simultaneamente, perceber de que forma é que esta intervenção auxilia e capacita os jovens a reintegrarem-se na sociedade, no meio de onde vieram, no contexto onde cometeram os factos, e a adotar um estilo de vida dito normativo, com respeito pelas normas sociais e leis penais, conduzindo a sua vida de modo social e juridicamente responsável, concretizando a finalidade da medida tutelar educativa, prevista no Art.º 17.º, n.º 1 da Lei Tutelar Educativa. Nesse sentido, esta investigação pretende contribuir para o conhecimento na área, uma vez que produzirá resultados sobre a intervenção realizada em contexto de Centro Educativo e posterior reinserção na sociedade, sobre os profissionais e sobre os jovens em regime de internamento.

6. Objetivos da investigação

O objetivo geral deste estudo é conhecer e analisar a intervenção que é realizada com os jovens em execução de medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo, nos três regimes de execução da mesma. Em concreto, procura-se perceber em que medida é que esta

intervenção capacita os jovens a reinserirem-se e reintegrarem-se na sociedade de modo social e juridicamente responsável. Para dar resposta ao objetivo geral, é necessário definir determinados objetivos específicos essenciais, sendo eles os seguintes:

- a) Conhecer as trajetórias de vida dos jovens, bem como necessidades e fatores de risco associados, ao nível de trajetórias delinquentes, família, escola, grupo de pares, atitudes e orientação, tempos livres, consumos de substâncias e personalidade/comportamento;
- b) Conhecer a equipa de Técnicos Superiores de Reinserção Social do Centro Educativo, nomeadamente as suas funções e tipo de trabalho que desenvolvem;
- c) Compreender as perspetivas face à medida e à intervenção por parte dos jovens e profissionais que intervêm diretamente com eles;
- d) Aceder às perspetivas face à integração, dos jovens e dos profissionais que intervêm diretamente com eles;
- e) Perceber como é estruturada a intervenção, identificar os principais focos/vetores da mesma, bem como os principais programas aplicados;
- f) Compreender como se processa e é trabalhada a reinserção social do jovem;
- g) Perceber de que forma é que jovens e profissionais avaliam o sucesso/eficácia da medida tutelar educativa de internamento.

7. Caracterização do estudo

O presente estudo utiliza estratégias de investigação qualitativa, no âmbito da qual se procedeu à recolha de dados através de pesquisa documental e realização de entrevistas semi-estruturadas.

A opção entre metodologias qualitativas ou quantitativas depende do(s) objetivo(s) da própria investigação (Marshall, 1996). A pesquisa qualitativa visa compreender e conhecer questões psicossociais complexas (Marshall, 1996), contribuindo para uma melhor compreensão da realidade social que se pretende estudar, possibilitando o conhecimento de processos, padrões de significado, características estruturais, ao mesmo tempo que permite o estudo e análise de casos específicos que fogem à normalidade dos resultados obtidos na amostra, descrevendo as realidades de dentro para fora (Flick, von Kardorff & Steinke, 2004). Nesta metodologia de investigação, a abordagem aos fenómenos é mais aberta e flexível, comparativamente aos métodos quantitativos, podendo ser adaptada a casos individuais no decorrer da investigação (Flick et al., 2004). Em termos de generalização das conclusões e dos resultados, uma vez que esta tipologia de investigação recorre a amostras mais reduzidas em relação à metodologia quantitativa,

os resultados não podem ser generalizados à população, mas algumas conclusões poderão ser transferidas para a mesma (Marshall, 1996).

Flick et al (2004, p. 9) definem um conjunto de características da pesquisa qualitativa, das quais se optou por selecionar as que mais contribuíram para a opção por este método, ao invés da metodologia quantitativa. Estas características são: 1) a pesquisa qualitativa compreende uma série de métodos, ao invés de apenas um; 2) é orientada para o conhecimento de eventos ou fenómenos do dia-a-dia; 3) pretende aceder à perspetiva dos participantes; 4) apela à capacidade de reflexão crítica do investigador; 5) norteia-se pelo princípio da abertura para a construção de conhecimento sobre determinada realidade.

Dado que o meu objetivo geral é conhecer e intervenção realizada em contexto de Centro Educativo e perceber de que forma é que esta capacita os jovens para a reinserção na sociedade, considerei esta metodologia como a mais adequada pelos motivos acima enumerados. Para a prossecução dos meus objetivos, optei por utilizar a entrevista semi-estruturada e a pesquisa documental como métodos de recolha de dados. Tendo em conta que este estudo pretende descrever os aspetos inerentes à intervenção realizada em Centro Educativo, pode definir-se como descritivo.

8. Amostra

8.1. Procedimentos e critérios de seleção da amostra

Como referido, a presente investigação pretende conhecer a intervenção realizada na execução da medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo. Como tal, foi necessário proceder à seleção de um Centro Educativo para realizar a recolha de dados empíricos. De acordo com critérios de proximidade geográfica da investigadora e recetividade para a realização do estudo, a escolha recaiu sobre o Centro Educativo de Santo António.

Segundo Marshall (1996), a seleção da amostra é um passo determinante em qualquer investigação, uma vez que, na maioria dos casos, não se consegue estudar populações inteiras, por questões éticas e de eficiência. A investigação qualitativa tem como alvo de estudo amostras relativamente pequenas, ou mesmo estudos de caso (Carmo & Ferreira, 2008).

Inicialmente, era pretendido selecionar um conjunto de nove jovens distribuídos pelos diferentes regimes de execução, com diferentes tempos cumpridos de medida. Portanto, seriam três jovens do regime aberto (um em início de cumprimento de medida, um a meio e outro no fim), três jovens de regime semiaberto (um em início, outro a meio e o outro no final do tempo de

execução da medida) e, por fim, três jovens em regime fechado (em início, meio e final do cumprimento da medida), selecionados de forma aleatória. O mesmo não foi possível, porque: a) o Centro Educativo não consentia que jovens em início de medida participassem em estudos de investigação, pois a maioria deles ainda não está adaptada à instituição e poderia ser um fator de desestabilização para o jovem; b) o Centro Educativo não tinha, à data da recolha dos dados, qualquer jovem a cumprir medida em regime aberto; e c) dos três jovens que se encontravam a cumprir medida em regime fechado, um deles não se enquadrava no tipo de jovens que pretendia estudar, uma vez que não queria incluir na amostra indivíduos com patologias do foro mental relacionadas com o cometimento dos factos. Assim sendo, foi necessário proceder a uma nova seleção da amostra, constituindo novos critérios de seleção, nomeadamente: a) serem jovens a meio e no fim do cumprimento da medida; b) serem jovens em execução de medida tutelar de internamento em regime fechado e semiaberto; c) serem jovens sem patologias do foro mental relacionadas com o ato. De acordo com estes critérios, foram utilizadas estratégias de seleção não probabilísticas por conveniência para definir a amostra de jovens. As amostras não probabilísticas são selecionadas de acordo com critérios de escolha intencional definidos pelo investigador, tendo em conta os objetivos do estudo, que permitem determinar quais as unidades da população que vão formar a amostra (Carmo & Ferreira, 2008; Henry, 1990). A seleção por conveniência utiliza um grupo de indivíduos que se mostra disponível para a participação no estudo e cujos resultados não podem ser generalizados à população à qual pertence esta amostra, mas podem obter-se informações, resultados e conclusões que se podem transferir para a população, com as devidas reservas (Carmo & Ferreira, 2008; Henry, 1990; Marshall, 1996). Posto isto, tendo em conta que apenas restavam dois jovens em regime fechado que cumpriam os requisitos de inclusão na amostra, decidi incluí-los a ambos. Quanto aos restantes indivíduos, todos em regime semiaberto, depois de aplicados os critérios de seleção, foram selecionados de forma aleatória, oito jovens. Esta seleção da amostra foi feita numa fase inicial, aquando da consulta dos processos dos jovens. Posteriormente, na fase de realização de entrevistas, dois dos jovens em regime semiaberto selecionados tinham já cumprido a medida, não estando, portanto, disponíveis para a realização da entrevista. Por este motivo, foram selecionados mais dois jovens do mesmo regime, através de estratégias não probabilísticas por conveniência, tendo sido selecionados dois jovens que, à data e hora da entrevista, estavam disponíveis para participar. Não foi possível consultar os processos destes dois jovens, pelo que os dados relativos a ambos são apenas os que foram obtidos através da entrevista.

Em relação aos profissionais, estes foram também selecionados através de métodos não probabilísticos por conveniência. Foi entrevistado um membro da direção e um Técnico Superior de Reinserção Social que se mostrou disponível na data e horário a que foram realizadas as entrevistas. Inicialmente foi previsto entrevistar três Técnicos; todavia apenas se obteve a disponibilidade de um profissional para conceder a entrevista.

Concluindo, quanto ao quantitativo final, a amostra é constituída por dez jovens, um elemento da direção e um Técnico Superior de Reinserção Social.

8.2. Breve caracterização da amostra

Antes de prosseguir para os instrumentos de recolha de dados, importa fazer uma breve caracterização da amostra. Importa referir que todos os nomes utilizados ao longo da presente investigação são fictícios, de forma a preservar os critérios de anonimato e confidencialidade. Em relação aos dois profissionais (Manuel, da Direção e Alberto, Técnico Superior de Reinserção Social), estes são licenciados em Psicologia, sendo que um deles possui uma especialização em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça. Quanto aos jovens, as características pertinentes estão enumeradas no quadro a seguir.

Quadro 1: Caracterização dos jovens participantes no estudo

Nome (fictício)	Idade	Idade de início	Regime de execução da medida de internamento	Duração da medida de internamento	Data de início	Data de término da medida
António	18 anos	16 anos	Fechado	12 meses	22/06/2017	22/06/2018
Renato	14 anos	12 ou 13*	Semiaberto	20 meses	10/03/2017	10/11/2018
Diogo	18 anos	16 anos	Semiaberto	24 meses	07/11/2016	07/11/2018
Francisco	18 anos	16 anos	Semiaberto	24 meses	07/03/2017	07/03/2019
José	16 anos	15 anos	Fechado	11 meses	22/11/2017	22/10/2018
Luis	18 anos	16 anos	Semiaberto	12 meses	29/05/2017	29/05/2018
Paulo	17 anos	16 ou 17*	Semiaberto	36 meses	19/05/2017	19/05/2020
Ricardo	17 anos	16 anos	Semiaberto	12 meses	28/07/2017	28/07/2018
Rui	14 anos	13 anos	Semiaberto	18 meses	25/09/2017	25/03/2019
Nuno	16 anos	15 anos	Semiaberto	18 meses	24/07/2017	24/01/2019

* sem acesso à data de nascimento, devido ao facto de não ter sido possível consultar os processos dos jovens.

9. Instrumentos de recolha de dados

Considerando os objetivos da investigação, os instrumentos mais adequados para a recolha de dados foram a pesquisa documental e a entrevista semi-estruturada, constituindo métodos complementares entre si. A combinação de métodos de investigação é designada por triangulação, e permite um conhecimento mais abrangente sobre a realidade que pretendemos estudar (Patton, 1999). No entanto, existem várias conceções de triangulação e, segundo as tipologias de Denzin (1978, cit in Flick et al., 2004), a triangulação utilizada nesta investigação foi a triangulação de dados, que se define pela utilização de diferentes fontes de dados, mas sem usar metodologias distintas (quantitativas e qualitativas), como é o caso do uso da pesquisa documental e da entrevista semi-estruturada.

Numa fase inicial, consultei os processos individuais de cada jovem e, posteriormente, procedi à realização das entrevistas com os jovens e com os profissionais.

9.1. Pesquisa documental

A pesquisa documental visa tratar e interpretar informação bruta existente em suportes estáveis (como áudio, vídeo ou documentos escritos), permitindo aceder a informações essenciais que dão resposta a determinadas questões que nem sempre são possíveis de esclarecer durante a entrevista (Carmo & Ferreira, 2008). Este tipo de pesquisa evita também o recurso abusivo a outros métodos (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Na presente investigação, a pesquisa documental baseou-se nos processos individuais de cada jovem e foi realizada previamente às entrevistas, constituindo um suporte para elaborar os guiões de entrevista, visto que foi possível responder a algumas questões que poderiam ser introduzidas no guião das mesmas, e permitiu também recolher informações estruturadas que não poderiam ter sido obtidas através de outro método.

Os processos individuais de cada jovem contêm a informação relativa a todo o percurso que culminou na medida tutelar de internamento, e ao processo educativo e de integração do jovem dentro do Centro Educativo. Em termos de documentos oficiais, estão presentes no processo todas as deliberações por parte do Tribunal, documentos relativos a institucionalizações anteriores (como, por exemplo, relatórios), relatórios de perícia sobre personalidade, relatórios sociais com avaliação psicológica e relatórios de avaliação periódica, para além do instrumento de avaliação de risco *Youth Level of Service/Case Management Inventory* (YLS/CMI) e do Plano Educativo Pessoal de cada jovem. A análise do YLS/CMI e do Plano Educativo Pessoal foram de extrema

importância, uma vez que foi possível perceber quais os fatores de risco identificados, respetivo grau de risco e, em função destes fatores, como foi estruturada a intervenção.

Segundo Carmo & Ferreira (2008), é crucial criar um bom sistema de registo de dados. Assim sendo, tendo em conta os objetivos da minha investigação, construí uma grelha de registo documental⁴ que, durante o processo de pesquisa documental, foi sofrendo alterações, consoante o surgimento de informações pertinentes à investigação não previstas inicialmente

9.2. Entrevista semi-estruturada

A entrevista é um método que permite aceder a informações sobre o entrevistado ou sobre o tema em estudo (Carmo & Ferreira, 2008), sendo um método de excelência na recolha de informações relativamente profundas de factos, comportamentos, perspetivas e significados atribuídos pelo entrevistado (Quivy & Campenhoudt, 1998), sendo a interação direta a base da mesma, num contexto de partilha voluntária de informação (Carmo & Ferreira, 2008; Quivy & Campenhoudt, 1998). A entrevista pode ser estruturada e realizada com questões abertas e questões fechadas. As questões fechadas pressupõem um menor grau de liberdade e expressão do entrevistado (Carmo & Ferreira, 2008), enquanto que as questões abertas permitem que o entrevistado exprima as suas perspetivas e pontos de vista livremente (Cohen & Crabtree, 2006).

A entrevista é, normalmente, precedida de observação informal, para perceber quais os aspetos que serão necessários abordar na mesma, de forma a desenvolver um guião de entrevista pertinente (Cohen & Crabtree, 2006). Deste modo, ao invés de realizar observação direta, optei pela análise documental, como foi explicado anteriormente. A vantagem deste método foi responder a muitas das questões de forma estruturada e objetiva, deixar outras por responder que foram incluídas nas entrevistas e, ainda, levantar outras, tendo sido um importante mecanismo de auxílio na construção dos guiões.

Em relação à entrevista semi-estuturada, o investigador guia-se por um conjunto de questões ou tópicos relativamente abertos (Quivy & Campenhoudt, 1998), presentes num guião de entrevista, e que devem ser abordados durante a mesma (Cohen & Crabtree, 2006). O investigador pode seguir o guião estritamente, mas se considerar apropriado e se se proporcionar no decorrer da entrevista e da partilha de informação, pode fazer um desvio ao guião (Cohen & Crabtree, 2006). Dado que as entrevistas tinham como objetivo aceder às perspetivas dos sujeitos

⁴ Anexo 2

sobre a medida de internamento e posterior reinserção na sociedade, optei por utilizar a entrevista semi-estruturada.

Previamente à realização das entrevistas, é necessário definir os objetivos da mesma e construir um guião. Depois de delimitados os objetivos, há que operacionalizar esses objetivos em variáveis e inserir no guião questões adequadas, que respondam a esses objetivos (Carmo & Ferreira, 2008). Sendo que as entrevistas foram aplicadas à totalidade da amostra, foi necessário proceder à construção de três guiões diferenciados: um destinado à direção, outro aos jovens e o último aos Técnicos Superiores de Reinserção Social. Cada um destes guiões era constituído por perguntas abertas e fechadas, direcionadas e adequadas ao entrevistado e às informações que se pretendia obter de cada um deles, sendo que algumas delas eram comuns em dois dos guiões de entrevista.

O primeiro conjunto de entrevistas realizado foi aos jovens, em dois dias distintos, cujo guião⁵ foi constituído por três grupos de questões relacionadas com o historial antes da entrada no Centro Educativo, com o decorrer da medida de internamento e perspetiva face à mesma e, por último, com as perspetivas em relação à reinserção social.

Depois das entrevistas aos jovens, realizou-se a entrevista à direção. O guião⁶ elaborado dividia-se em cinco partes atinentes aos dados do profissional e da equipa de trabalho, à caracterização do Centro Educativo, dos jovens, dos regimes e da intervenção, e às perspetivas face à reintegração dos jovens na sociedade.

Posteriormente, foi realizada a entrevista ao Técnico Superior de Reinserção Social. As questões do guião⁷ foram organizadas em três secções distintas, relacionadas com os dados do profissional, com a intervenção e com as perspetivas relativamente à reintegração dos jovens na sociedade.

As entrevistas foram gravadas, para depois serem transcritas e codificadas. Cohen & Crabtree (2006) afirmam que as entrevistas devem ser gravadas, devido ao uso de questões abertas, em que o entrevistado pode expressar livremente as suas perspetivas e, por este motivo, as mesmas podem prolongar-se e divagar do inicialmente previsto, e o entrevistador pode não conseguir tomar nota de todas as informações que foram partilhadas. Depois deste processo, as

⁵ Anexo 3

⁶ Anexo 4

⁷ Anexo 5

entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 1998), que irá ser explorada no ponto seguinte.

10. Estratégias de análise de dados

Depois de recolhidos os dados empíricos, importa proceder à sua organização e análise. Como foi referido anteriormente, esta investigação teve como métodos de recolha de dados a pesquisa documental e a entrevista semi-estruturada. Para ambos os tipos, a estratégia de análise de dados mais adequada é a análise de conteúdo.

10.1. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é, segundo Bardin (2009), um conjunto de técnicas de análise de comunicações, recorrendo a procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição da informação contida nas mesmas. É um auxílio para gerir “*comunicações frequentemente numerosas e extensas para delas extrair um conhecimento que a simples leitura ou audição cumulativa não permitiria formar*” (Esteves, 2006, p. 107), organizando a informação em determinadas categorias de conteúdo. Este processo é realizado através da descrição e interpretação da informação, visando a explicação da informação expressa ou subjacente nos dados.

Ao processo de classificação e organização dos dados obtidos dá-se o nome de categorização (Bardin, 2009; Esteves, 2006). As categorias devem ser homogéneas, no sentido em que cada categoria seja restrita a apenas um tema central; pertinentes (vão de encontro ao(s) objetivo(s) da investigação); objetivas, sendo que investigadores diferentes deverão chegar a resultados semelhantes; e exaustivas, explorando o material na sua totalidade (Bardin, 2009).

Desta forma, após a realização das entrevistas, iniciou-se o processo de transcrição das mesmas e procedeu-se à organização da informação relevante em categorias ou classes. Este processo de categorização pode ser efetuado através de procedimentos abertos ou fechados. Segundo Esteves (2006), os procedimentos designam-se fechados quando o investigador dispõe de uma lista prévia de categorias adequada ao seu estudo, baseada, por exemplo, numa teoria. Os procedimentos abertos são os mais frequentes, e acontecem quando são os dados recolhidos que definem as categorias de análise, constituindo um processo indutivo (Esteves, 2006). Neste âmbito, para as entrevistas de investigação foi usado um procedimento de codificação aberto, que culminou na definição de diferentes categorias para cada instrumento aplicado. Ou seja, foram

elaboradas categorias e subcategorias para os jovens, para a direção e para os Técnicos Superiores de Reinserção Social⁸.

Relativamente à pesquisa documental, foi usado um procedimento de codificação fechado, uma vez que, como referido anteriormente, previamente à consulta dos processos individuais dos jovens, elaborei uma grelha de registo, onde defini categorias com base na literatura científica na área da delinquência juvenil. No decorrer da pesquisa documental, foram surgindo novas informações que não estavam previstas de início e, conseqüentemente, novas categorias, surgindo aqui um procedimento de codificação aberto. Sendo que a pesquisa documental recolhia dados relacionados com o jovem, a intervenção de que cada um era alvo no Centro Educativo, estes dados foram cruzados com os dados das entrevistas semi-estruturadas aos jovens. Foi construída uma grelha de análise de conteúdo para os jovens, onde constam as categorias e subcategorias e as respetivas unidades de registo, presentes nos processos e nas entrevistas. Existiram categorias sem evidências nos processos ou nas entrevistas, mas existiram também categorias com evidências em ambos. Deste modo, os dados relativos a cada jovem ficaram compilados apenas num instrumento. No quadro a seguir são apresentadas as categorias definidas para jovens, direção e Técnicos Superiores de Reinserção Social.

Quadro 2: Categorias da análise de conteúdo

Categorias Jovens	Categorias Direção	Categorias Técnicos Superiores de Reinserção Social
Trajatória do jovem antes da entrada no Centro Educativo	Equipa de trabalho do Centro Educativo	Equipa de trabalho do Centro Educativo
Perspetivas face à medida e à intervenção em Centro Educativo	Contexto da medida e da intervenção em Centro Educativo	
Necessidades identificadas pelo YLS/CMI	Intervenção em Centro Educativo	Intervenção em Centro Educativo
Estruturação da intervenção		
Perspetivas face ao futuro e à reintegração	Reintegração dos jovens na sociedade	Reintegração dos jovens na sociedade

⁸ Anexos 9, 10 e 11, respetivamente.

11. Credibilidade e consistência na investigação

Toda a pesquisa necessita de ter valor próprio, de aplicabilidade, de consistência e neutralidade, por forma a ter rigor científico. Segundo Guba & Lincoln (1988, cit in Coutinho, 2008), nas investigações quantitativas, o rigor científico é medido através da validade interna, da fiabilidade e da objetividade. No paradigma qualitativo, são outras características que definem o rigor da investigação, nomeadamente a credibilidade, a transferibilidade, a consistência e a aplicabilidade ou confirmabilidade.

A credibilidade corresponde à validade interna, e reporta-se ao método de análise, nomeadamente se a análise dos dados feita pelo investigador retrata a realidade dos pontos de vista e perspetivas dos participantes (Coutinho, 2008). Essa credibilidade pode ser atingida mediante a aprovação dos participantes relativamente à análise feita pelo investigador, entre outras técnicas (Coutinho, 2008). Na presente investigação, não foi possível, de momento, remeter a análise para os participantes, mas sê-lo-á no futuro.

Relativamente à transferibilidade, este é um conceito paralelo à validade externa, reportando-se à probabilidade de os resultados poderem ser aplicados noutra contexto. (Coutinho, 2008). Se considerarmos apenas a amostra, esta é muito reduzida, pelo que não será representativa da população. No entanto, considerando os estudos existentes, algumas das conclusões produzidas podem ser transferidas a outra população de outro Centro Educativo.

No que concerne à triangulação, esta foi abordada no ponto 5., e refere-se à combinação de duas abordagens teóricas ou estratégias de recolha de dados, com o objetivo de obter resultados mais fidedignos e abordagens mais completas ao fenómeno em estudo (Coutinho, 2008). Na presente investigação, foi usada a triangulação de métodos de recolha de dados, designadamente a pesquisa documental e as entrevistas semi-estruturadas.

Em relação à consistência e à confirmabilidade da investigação, estes são conceitos paralelos à fiabilidade nas investigações quantitativas. Segundo Coutinho (2008), a consistência no paradigma qualitativo pode ser traduzida através da questão “*Se outra pessoa fizesse o mesmo estudo, obteria os mesmos resultados e chegaria às mesmas conclusões?*” (p. 10), e tem a ver com a objetividade com que se estuda perspetivas e pontos de vista subjetivos. Neste estudo, os instrumentos foram construídos segundo critérios de objetividade, pelo que se acredita que a consistência e confirmabilidade estão salvaguardadas.

12. Considerações éticas

Ao longo de toda a investigação, as questões éticas estiveram sempre presentes e asseguradas. Assim, todos os objetivos e procedimentos foram informados numa fase inicial à Direção, bem como na fase das entrevistas aos participantes. Foi necessário assegurar condições de anonimato e confidencialidade dos dados para que os indivíduos se sentissem seguros a participar no estudo, especialmente no caso dos jovens. A postura do investigador foi sempre de neutralidade e imparcialidade, tendo sido fundamental não transparecer eventuais juízos de valor quer no trato, quer nas questões colocadas. No início de cada entrevista, foram explicados quer os objetivos da investigação, quer os objetivos da entrevista, e foram asseguradas condições de confidencialidade e de voluntariedade da participação no estudo. Além disso, também foi informado aos participantes que as entrevistas seriam gravadas para transcrição e tratamento dos dados e posterior destruição das gravações e transcrições, bem como a possibilidade de desistência e interrupção a qualquer momento, assim como da não remuneração/recompensa pela participação no estudo. Estas questões foram abordadas não só de forma verbal, para inteirar e explicar aos participantes, mas também escrita, através do consentimento informado⁹. Devido aos compromissos de confidencialidade, anonimato e destruição das gravações, as transcrições das entrevistas não constam em anexo, sendo que os dados divulgados e transcritos de forma integral serão apenas os estritamente necessários à investigação e divulgação dos resultados. Salvaguarda-se ainda o anonimato dos participantes, ao utilizar nomes fictícios ao longo do texto. Em relação à confidencialidade do Centro Educativo, a DGRSP autorizou a divulgação do Centro Educativo onde foi realizada a recolha de dados para a investigação, conforme comprovativo em anexo¹⁰.

⁹ Anexos 6, 7 e 8

¹⁰ Anexo 1

DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta os objetivos da presente investigação, neste capítulo procede-se ao destaque de temas específicos, que se evidenciaram nos dados recolhidos. Assim, a primeira parte dos resultados vai descrever e analisar as trajetórias dos jovens prévias à execução da medida tutelar educativa de internamento, nomeadamente o percurso familiar, escolar e social, bem como a caracterização dos traços de personalidade/comportamento. De seguida, é apresentada uma caracterização do Centro Educativo, da medida e da integração dos jovens neste contexto. Posteriormente, é dedicada uma secção à descrição da intervenção realizada, partindo dos fatores de risco identificados, com referência aos programas aplicados nas várias vertentes. Por último, são tecidas algumas considerações relativas à reintegração, tendo em conta relatos da Direção, do Técnico Superior de Reinserção Social e dos jovens.

13. Descrição das trajetórias familiares, escolares e sociais e caracterização psicológica e comportamental antes da entrada no Centro Educativo

13.1. Trajetórias familiares

A análise das trajetórias familiares do jovem, prévias à execução da medida tutelar educativa de internamento, centra-se em três eixos fundamentais, designadamente as relações familiares, as práticas educativas e o contexto socioeconómico familiar. Esta análise resulta de um confronto entre os dados das entrevistas com os jovens e as informações constantes nos processos individuais.

Em contexto de entrevista, a totalidade dos jovens classifica as relações com a família como boas e positivas. É o caso de Ricardo, que afirma ter uma boa relação com a família antes da entrada no Centro Educativo, mas, cruzando este dado com os indicadores constantes no seu processo, verifica-se que as dinâmicas familiares são desestruturadas, marcadas pelo conflito conjugal, pela incapacidade de responder às necessidades do filho, agressão física e negligência. A negligência é uma constante em quatro indivíduos da amostra, em dois deles traduzindo-se em maltrato físico. O conflito conjugal também é frequente na vertente física e psicológica nos mesmos quatro elementos da amostra. A maioria das relações familiares pauta-se por conflitos, pela ausência de demonstrações afetivas, mas, à exceção de um dos casos, existem padrões de vinculação, a, pelo menos, um dos progenitores ou cuidadores. Todos os jovens participantes manifestam indicadores de vinculação à família, o que não significa a qualidade das relações com

todos os membros da família mais próxima. Atente-se a Diogo, que tem indicadores de boa vinculação com a progenitora, mas em relação ao progenitor a situação inverte-se. A questão de uma forte vinculação apenas a um dos progenitores verifica-se em mais cinco dos jovens a cujos processos foi possível aceder. O progenitor com quem os jovens têm laços mais fortes acaba também por assumir-se como a principal figura educativa. Rui é a única exceção a este padrão de vinculação presente nos restantes jovens. Esta questão deve-se em muito ao facto de ter sido abandonado em bebé por ambos os progenitores e de ter sido perflhado por outro indivíduo, sem nunca ter conseguido estabelecer laços de proximidade com o mesmo. Vivia com as tias e as primas e as relações com estas figuras era pautada também pela instabilidade e conflito. Os relatórios sociais constantes no processo individual deste jovem mostram evidências de fraca vinculação às figuras cuidadoras, com episódios de tentativa de fuga para reencontrar a mãe biológica, com quem mantém contacto telefónico esporádico. Este jovem evidencia sentimentos de abandono e rejeição muito vincados, sendo que as suas relações são condicionadas por estes sentimentos negativos. Apesar destes dados, o jovem descreveu deste modo a sua relação com a família: *“Antes de entrar no Centro vivia numa instituição, mas antes disso vivia com a minha tia e as minhas primas (...) O meu pai [adotivo] não vive cá, mas tenho uma boa relação com ele. Ele está sempre preocupado comigo e falo com ele quase sempre e ele costuma vir visitar-me quando vem para aqui (...) Os meus tios tratam-me bem e eu gosto deles. Acho que a família mais próxima que tenho são os meus tios, o meu pai e as minhas primas.”*

Um elemento comum entre os participantes é a inadequação das práticas educativas parentais, que oscilam entre permissivas a autoritárias. O que se verifica em seis dos oito jovens a que tivemos acesso ao processo individual, é que as práticas educativas são incoerentes. O mesmo progenitor pode adotar estratégias permissivas e punitivas em simultâneo, situação que se verificou no caso de um jovem. No caso deste jovem, a educação pautava-se pela punição física em alguns momentos, sendo que em outros era dada liberdade e autonomia ao jovem e as situações de indisciplina passavam impunes, revelando estratégias disciplinares inadequadas. Existem ainda dois jovens em que as práticas educativas são marcadamente permissivas, sendo dada liberdade e autonomia ao jovem para definir o seu quotidiano pelas suas regras e desejos. Nos restantes jovens, podemos caracterizar as práticas como inconsistentes, em que os progenitores ou cuidadores se pautam por práticas educativas diferentes.

Nos casos dos oito jovens cujos processos foram consultados, todos eles provêm do sistema de proteção. Na totalidade dos casos foi aplicada a medida de promoção e proteção de apoio junto

dos pais, sendo que, em cinco dos jovens, a medida foi substituída pela medida de promoção e proteção de acolhimento institucional. A direção do Centro Educativo corrobora este dado: *“Atualmente, 100% dos jovens que chegam ao Centro vêm do sistema de proteção, uns com percurso delinquencial de rua, outros de instituição. Antes, o percurso de rua era mais marcado; hoje em dia, cada vez mais jovens chegam aqui vindos de instituições”* (Manuel).

Na questão do contexto socioeconómico, tendo em conta que a informação provém dos processos individuais dos jovens, consideramos a amostra de oito jovens. Em cinco destes jovens, observam-se contextos socioeconómicos precários e vulneráveis. Todos estes jovens provêm de contextos sociais marcados pela exclusão social e marginalidade. Ao nível familiar observam-se indicadores de problemas financeiros, sendo que muitas destas famílias sobrevivem de subsídios estatais e do apoio de instituições de caridade, têm problemas de habitabilidade, existindo um caso explícito no processo de habitação ilegal e ação de despejo. Neste âmbito, a questão da integração profissional dos progenitores ou cuidadores é um dado relevante, uma vez que, na grande maioria dos casos, estas figuras não se encontravam integradas profissionalmente, sendo porque estavam desempregados, ou porque os trabalhos que realizavam eram esporádicos, sem rendimento certo, ou era apenas um elemento do agregado com fonte de rendimento, pelo que não garantia a satisfação das necessidades do agregado. É de ressaltar que um destes jovens chegou a viver na rua com a mãe e irmãs. As famílias de dois dos jovens vivem numa situação financeira de estabilidade, com as figuras educativas integradas profissionalmente. Em relação a um dos jovens, importa referir que não foi encontrada informação expressa relativamente a esta dimensão em nenhum documento.

13.2. Trajetórias escolares

A escola é um importante meio de socialização, pelo que é relevante perceber e analisar quais os percursos dos jovens neste meio. Nesta questão, os dados das entrevistas aos jovens e os dados obtidos nos processos coincidem. Os jovens assumem, em contexto de entrevista, o absentismo escolar, as sucessivas retenções e insucesso escolar, os comportamentos de desvinculação à escola: *“Eu andava na escola, mas faltava sempre. Não gostava muito daquilo, tinha sempre outras coisas (...) tipo, estar com os meus amigos e assim”*. (Luís).

Dois dos jovens chegam mesmo a referir o abandono escolar: *“Eu lá fora não ia à escola. Fui até ao 7.º ano, depois nunca mais fui. Não me ensinavam nada, eu achava que não precisava*

daquilo e os meus amigos também não iam” (Ricardo); “Eu não ia à escola lá fora. Já nem me matriculava (...) os meus pais nem sabiam disso” (Nuno).

Um dos jovens assume o absentismo escolar, apontando a influência da família e dos amigos, sugerindo também a prática de delitos com os mesmos: *“Eu faltava muito à escola. Às vezes faltava com os meus amigos (...) fazíamos asneiras. Hoje acho isso mal. (...). Mas muitas vezes também faltava para ir com os meus pais para a feira ou com o meu cunhado vender coisas, sabe? Coisas que arranjávamos por aí” (António).*

Outra questão comum verificada nas entrevistas é que, quando questionados acerca da escolaridade que tinham antes da medida, nenhum sabe dizer o ano. Alguns apontam o ano escolar em que abandonaram, mas que não concluíram. Outros sugeriam hipóteses aleatórias, manifestando incerteza quanto à resposta correta: *“Eu não lhe quero mentir, mas antes de entrar para aqui eu tinha p’rai o 7.º ano, mas não sei bem” (Francisco).* Ainda há situações em que os jovens diziam um ano, mas que, confrontando com os dados do processo, essa informação estava errada. Quanto à escolaridade atual, oito dos participantes frequentam a formação correspondente ao 7.º, 8.º e 9.º ano de escolaridade, um dos jovens frequenta o 5.º e 6.º ano e outro está inserido no 6.º e 7.º ano de escolaridade, segundo os dados das entrevistas.

O insucesso escolar, as dificuldades de aprendizagem, as múltiplas retenções e a crescente desvinculação são fatores muito marcantes na trajetória destes jovens. Um dos jovens refere as dificuldades académicas como um fator que contribuiu para a desvinculação e desmotivação em relação à escola: *“Eu até gostava do ambiente, porque tinha lá os meus amigos. Mas depois comecei a chumbar e comecei a achar que aquilo não era para mim... comecei a faltar às aulas um dia, outro dia e outro dia, eu e os meus amigos. Quando dei por ela já só ia a educação física e baldava-me ao resto. Ia só a física porque era bom. Era bom na corrida e nas outras coisas, mas nas outras aulas não era, nem gostava” (Renato).* O discurso do Técnico aponta para a desvinculação dos jovens em relação ao contexto escolar, traduzida no absentismo e abandono: *“A escola é outro meio de socialização que não funciona, não agarra, não conseguiu apanhar o jovem e este tem tendência a fugir, a não aparecer, a abandonar” (Alberto).*

Em relação aos comportamentos e condutas no contexto escolar, a pesquisa documental aponta para um padrão de comportamento inadequado e disruptivo em sala de aula e no espaço escolar, com alguns problemas de indisciplina. Em três dos jovens cujos processos foram consultados, foi possível encontrar evidências de suspensões, sendo que não havia referência a este indicador nos restantes. Os relacionamentos são tendencialmente problemáticos com pares

e agentes educativos (professores e funcionários), com posturas de desafio e confronto, marcadas por agressividade verbal e, por vezes, física e uma baixa integração destes jovens no contexto escolar. Os processos sugerem a prática de *bullying* no caso de um dos jovens e de vitimação por *bullying* no caso de outro jovem. Apenas um dos jovens é considerado como “*pacífico*” nos relatórios sociais prévios à execução da medida de internamento, mas mesmo este jovem tem registo de episódios esporádicos de conflito com pares e postura desafiadora a docentes. Os jovens não fazem qualquer referência a esta conjuntura comportamental no seu discurso. Apenas um assume a sua problemática comportamental: “*Eu não me dava bem lá na escola, cheguei a ser suspenso e tudo. Não tinha paciência para os professores, não gostava da maneira como me tratavam, acho que cheguei a ser malcriado, mas eu só queria ficar no meu canto, mas eles picavam-me. Andei muitas vezes à porrada na escola (...) Mas agora as coisas são diferentes*” (Nuno). O discurso do Técnico Superior de Reinserção Social refere a existência de comportamentos problemáticos em contexto escolar por parte dos jovens: “*São jovens muito difíceis de lidar na escola, e isso vai refletir-se em dificuldades de reintegração posterior na comunidade, precisamente ao nível escolar*” (Alberto).

13.3. Trajetórias relacionadas com grupo de pares

A literatura na área da delinquência juvenil aponta as relações com pares como um potencial fator de risco, nomeadamente a associação com pares delinquentes. Um indicador comum entre todos os jovens entrevistados foi precisamente o grupo de pares com orientações pró-delinquenciais/atitudes antissociais. Um dos jovens manifestou recusa em aprofundar as questões relacionadas com o grupo de pares, mas acabou por adiantar o envolvimento dos mesmos nos delitos que cometeu: “*Não tenho que falar dos meus amigos. Não quero. Todos os crimes que fiz, fiz com eles. Posso dizer que hoje em dia não tenho amigos*” (Diogo). Já António refere a orientação pró-criminal do seu grupo de pares, mas não os identifica como um elemento presente na sua trajetória criminal: “*Os meus amigos eram todos do meu bairro, a maior parte deles fazia o que eu fazia também (...) Eu fazia roubos, eles também, mas acho que era raro fazer com eles (...) porque fazia isso com pessoas da família. Eu roubava mais sozinho ou com o meu irmão e o meu cunhado*” (António). Os restantes jovens assumem a orientação pró-delinquencial dos seus amigos, mas ressalvam que nem todos eles tinham padrões de conduta criminal: “*A maior parte dos meus amigos eram bandidos como eu. Tinha alguns que não eram, não se metiam em nada dessas coisas, nem um charrito sequer. Mas eu acabava por andar com aqueles que se metiam em confusões*” (Paulo); “*Nem todos os meus amigos roubavam, tinha dois ou três amigos que*

não entravam nessas coisas e até diziam para pararmos. Mas nós não ligávamos a eles e afastámo-nos deles. Eles atrapalhavam muitas vezes. Hoje sei que eles é que tinham razão, e na altura se calhar também sabia disso, mas deixei-me influenciar pelos outros, achava que eram mais fixes” (Paulo). Nuno confirma a ligação dos pares ao sistema de justiça penal e a relação de alguns dos pares a atividades normativas: *“Os meus amigos... ui... olhe, uns já morreram nas ruas, outros estão presos e tenho outros que, agora não sei como estão, mas na altura não faziam nada, estudavam e isso.”*

Foram encontradas evidências de consumos ou adições em contexto de grupo nos relatórios constantes nos processos de cinco jovens. No entanto, no discurso direto, apenas Paulo faz uma vaga referência à eventualidade de consumos em contexto de pares.

Em relação às atividades realizadas com os pares, os relatórios sociais e instrumentos de avaliação de risco apontam para o facto de, na totalidade dos jovens cujos processos foram consultados, existir uma participação reduzida em atividades positivas estruturadas e uma ausência de interesses pessoais. Quando questionados acerca das atividades que fazem em grupo, os jovens respondem de forma pouco concreta e evasiva: *“Andávamos por aí, na rua. Faltávamos às aulas e íamos para a rua. Não fazíamos nada de especial”* (Paulo); *“Andámos todos juntos, quando fazíamos alguma coisa de mal não pensávamos muito nisso (...) era tudo na altura. Não combinávamos nada, nunca foi do tipo “Hoje vamos para o metro e vamos gamar as carteiras aos putos”, às vezes era mais a tripa”* (Renato).

13.4. Caracterização dos traços pessoais dos jovens, ao nível psicológico e comportamental

Após um enquadramento das trajetórias familiares, escolares e sociais dos jovens, importa fazer uma contextualização quanto às características psicológicas e comportamentais dos mesmos. Nesse sentido, esta secção inicia-se com a descrição do tipo de ilícitos cometidos, motivações, início dos comportamentos delinquentes e contactos com o sistema de justiça de menores. De seguida, será apresentada uma caracterização psicológica dos jovens e, por último, a descrição dos padrões comportamentais dos participantes.

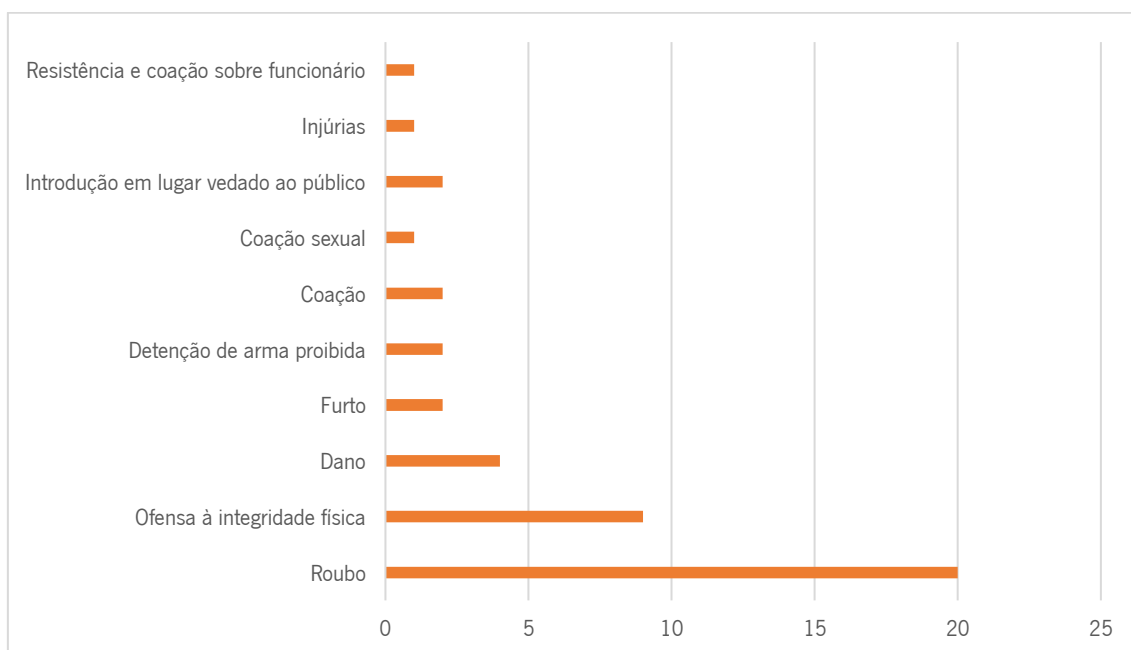
Trajelórias delinquentiais

O levantamento dos tipos de ilícitos cometidos refere-se aos dados¹¹ constantes nos processos individuais dos jovens e limita-se aos factos dos atuais processos. O motivo pelo qual

¹¹ Relatórios técnicos e YLS/CMI.

se optou por não incluir os dois jovens cujos processos não foram acedidos, prende-se com o facto de, ao confrontar os dados das entrevistas com os dados dos processos, ter sido observado que alguns jovens referenciam outros crimes que não fazem parte do processo. Considerando os ilícitos praticados como um todo e, tendo em conta que cada jovem pode ter cometido vários crimes da mesma tipologia, apresenta-se de seguida um gráfico com os factos praticados na sua totalidade.

Gráfico 1: Tipologia dos ilícitos



De acordo com o gráfico, verifica-se que o roubo é o crime mais praticado, seguido do crime de ofensa à integridade física. O crime de roubo tem uma expressão muito vincada, uma vez que um dos jovens, sozinho, praticou onze crimes de roubo. Da amostra, apenas um dos jovens não praticou nenhum crime de roubo. José aprofunda o seu *modus operandi*: “Normalmente ia aos gajos mais fracos. Via o gajo, roubava-lhes tudo (...) tirava o telemóvel e depois dizia “Vai levantar dinheiro, que eu dou-te o telemóvel”. Uns diziam que não tinham cartão nem dinheiro e eu ficava com o telemóvel; outros iam levantar, davam-me, mas eu ficava com tudo. Ou seja, ficava sempre com o telemóvel (risos). Depois os que me davam dinheiro, ficava com o dinheiro para mim, para as minhas coisas; os telemóveis vendia”.

Quando questionados sobre as motivações subjacentes à prática dos factos, a grande maioria aponta a influência do grupo de pares: “Comecei a andar com más influências, e assim fui andando” (Renato); “Eu roubava por causa dos meus amigos. Eu estava com eles, eles faziam e eu ia atrás, fazia a mesma coisa” (Luís). Dois jovens identificam a influência dos pares mais

velhos nas suas condutas: “*Os meus amigos eram mais velhos, eles faziam essas coisas e eu não queria ficar de fora*” (Ricardo); “*Praticamente, fui atrás dos outros, principalmente dos mais velhos, eu ia atrás de tudo o que eles faziam*” (Francisco). Um dos jovens opta por não responder à questão, mas deu indicadores de que as razões estariam relacionadas com os pares. Apenas três jovens assumem motivações diferentes. António e Paulo afirmam que os factos estiveram relacionados com necessidades financeiras: “*Eu roubava porque precisava e levava para casa, todos faziam isso*” (António); “*Eu queria arranjar dinheiro para mim... para poder comprar o que eu quisesse sem ter que pedir à minha família, era por isso que roubava. Não me sentia bem em pedir dinheiro aos meus pais, e eles também não podiam dar. Tive que me desenrascar*” (Paulo). Apenas um dos jovens aponta motivações relacionadas com comportamentos de externalização, nomeadamente a agressividade e baixo autocontrolo: “*Bati (...) porque ela me chamou nomes, foi grave, ela ficou aleijada; e os (...) porque não gosto deles e eles bateram-me primeiro*” (Nuno).

Todos os jovens conseguem situar no tempo o início da manifestação de comportamentos desviantes: “*A partir dos meus 12 anos comecei a portar-me mal*” (Rui); “*Com 10 anos bati (...) e desde aí que foi sempre assim*” (Nuno); “*Comecei a fazer asneiras aos meus 10 anos, comecei a roubar*” (Renato); “*A primeira vez que roubei foi com 7 anos. A primeira queixa na polícia foi com 10’*” (Francisco). Os restantes jovens situam o início das suas condutas desviantes a partir dos 13 ou 14 anos.

Quando os jovens são convidados a colocar em perspetiva os atos que os conduziram à medida, a maior parte tem um discurso semelhante quanto ao arrependimento: “*Se fosse hoje não fazia nada dessas coisas*” (Diogo). Rui faz uma reflexão crítica: “*Se fosse hoje não sei, depende muito. Se fosse hoje e eu nunca tivesse passado por aqui [Centro Educativo], acho que voltava a fazer igual. Se não me tivessem metido num sítio destes, eu se calhar ia continuar a fazer igual*”. Há que considerar a hipótese de estas respostas terem sido influenciadas pela deseabilidade social. Apenas um dos jovens verbaliza não estar arrependido: “*Se fosse hoje? Ui, é melhor nem pensar. Sinceramente, acho que fazia pior, acho que os matava*” (Rui).

Quatro dos jovens tinham sido alvo de medidas tutelares educativas não institucionais, sendo que, nestes casos, a medida tutelar de internamento foi resultado do incumprimento sucessivo das medidas anteriores. As medidas tutelares educativas não institucionais aplicadas a estes jovens foram: tarefas a favor da comunidade, acompanhamento educativo e imposição de obrigações.

Caracterização dos traços psicológicos e comportamentais

Esta caracterização teve como fonte os relatórios técnicos, perícias sobre a personalidade e o instrumento de avaliação de risco constante nos processos. Desta forma, serão considerados apenas os oito jovens cujos processos foi possível consultar.

Existem algumas características transversais a todos os jovens, nomeadamente os défices de atenção, a impulsividade/baixo autocontrolo, baixa empatia, insensibilidade, indiferença afetiva, a manifestação de comportamentos de desafio e oposição, baixa tolerância à frustração, historial de consumos (tabaco, álcool ou drogas, de consumo regular ou ocasional) e dificuldades relativamente ao cumprimento e imposição de normas. Em contexto de entrevista, os jovens verbalizam dificuldades em aceitar figuras de autoridade e regras, nomeadamente situações de confronto: “*Cheguei aqui [ao Centro Educativo] e diziam “não podes fazer isto!”, “não podes fazer aquilo!” e eu era logo “o quê? Mas você é minha mãe por acaso? Nem a minha mãe fala assim para mim”* (Nuno). O mesmo jovem assume consumos anteriores. Depois destas características comuns, existem outras que se evidenciaram em grande frequência. Ao nível dos factos, pode dizer-se que uma grande parte dos jovens manifesta sentimentos de culpa inadequados, uma baixa capacidade de pensamento crítico sobre a sua trajetória criminal, desvalorizando os atos, utilizando estratégias de racionalização dos mesmos e de terciarização da culpa. Em relação à(s) vítima(s), existe uma baixa compreensão das consequências para a vítima. Uma grande parte dos jovens entende apenas as consequências dos seus atos para si, mas não para as vítimas, ou seja, percecionam os seus atos como “maus” ou “errados” porque tiveram consequências negativas para si, nomeadamente a medida tutelar educativa. Estes jovens apresentavam noções de vítima, dano e reparação muito deficitárias. Refira-se ainda que as atitudes e orientações pró-criminais foram características encontradas em sete jovens, apesar da conduta ilícita do jovem que não manifestava esse tipo de orientação. Ao nível comportamental, a agressividade foi a característica mais frequente na amostra, depois dos indicadores transversais. Uma grande parte dos jovens manifestava comportamentos de externalização, pautados pela agressividade física e/ou verbal, dirigidos a pares e/ou agentes educativos e/ou figuras de autoridade, além de acessos de cólera, propensão para o risco e hiperatividade, manifestados por uma menor percentagem dos jovens. Ao nível de desenvolvimento, alguns dos jovens apresentam défices de desenvolvimento intelectual, de competências de comunicação e de resolução de problemas e dificuldades de integração e ajustamento. Por último, as manifestações menos encontradas na amostra, mas, ainda assim, relevantes, prendiam-se com as necessidades afetivas, estando relacionadas com o

sofrimento interno, necessidade de atenção e afeto e sentimentos de rejeição. O gráfico 2 sistematiza o conjunto destas características mencionadas, por ordem de frequência na amostra.

Gráfico 2: Características psicológicas e comportamentais dos jovens



14. Fatores de risco: perspetivas dos profissionais e dados do instrumento de avaliação de risco

A avaliação do risco é realizada com recurso ao YLS/CMI, cujas dimensões são, em concreto, o historial de delitos, o contexto familiar, o contexto de educação/emprego, a relação com pares, o consumo de substâncias, os tempos livres, a personalidade/comportamento, as atitudes/orientação e outras necessidades. Considerando estas dimensões, e tendo em conta as trajetórias dos jovens prévias à execução da medida, importa fazer um enquadramento acerca dos fatores de risco presentes nos jovens, identificados pelo YLS/CMI, pela perceção dos jovens em relação aos mesmos e pelas considerações dos profissionais.

Alberto (Técnico Superior de Reinserção Social) considera o YLS/CMI um instrumento “*amplamente validado e aplicado (...) que nos dá bons elementos para a intervenção*”. Neste

sentido, os fatores de risco/necessidades criminógenas mais frequentemente apresentados pelos jovens que chegam ao Centro Educativo já estão contemplados no próprio instrumento, salvaguardando outras necessidades e fatores de risco que não estarão englobados, numa secção destinada ao efeito. Segundo o mesmo, os fatores de risco mais frequentes são os mesmos que a literatura identifica: “*Existem os Big Four, que são um grande grupo, cujos fatores de risco têm uma influência maior*”. Estes fatores de risco estão contemplados no YLS/CMI. Mas os fatores de risco que o Técnico considera estarem presentes com maior frequência são as características psicológicas, o historial, o grupo de pares, as práticas parentais, a escola, os consumos e os tempos livres. De facto, pelos dados dos instrumentos de avaliação de risco constantes nos processos individuais, verificamos que o fator de risco que aparece mais frequentemente avaliado como de alto risco é a relação com pares. Segundo Alberto, “*Se o jovem estiver associado desde cedo a um grupo de pares desviante, com quem partilha um conjunto de atitudes antissociais, cultura antissocial, é mais difícil, mais grave e terá um risco mais alto*”. Em seguida, os tempos livres também configuram um fator de risco frequentemente apresentado pelos jovens: “*Todos os fatores de risco mais os tempos livres, estar desocupado, não integrar nenhuma atividade estruturante, faltar à escola, passar o dia com os amigos, tudo isto configura um estilo de vida desviante*”. O terceiro fator mais vezes avaliado como de alto risco é a educação/emprego. Alberto considera que “*a escola não funciona, não agarra, não conseguiu apanhar o jovem e o jovem tem tendência a fugir, a não aparecer, a abandonar*”. Neste aspeto, é importante considerar a influência do grupo de pares no absentismo escolar. Em seguida, os fatores mais referenciados foram a família, a personalidade/comportamento e as atitudes/orientações. Relativamente à família, o Técnico considera que “*mais importante que a estrutura familiar são as práticas educativas parentais, é a falta de supervisão, ter uma autonomia precoce, andar desligado de laços familiares*”. Por último, os fatores menos vezes referenciados como de alto risco são o historial de delitos e os consumos de substâncias. O historial de delitos “*é um fator estático (...) quantos mais crimes o jovem fez no passado e mais cedo, com uma carreira delinvente, com incumprimentos sucessivos no Tribunal, quanto maior isto tudo for, mais versátil e mais grave será a sua carreira criminal*” (Alberto). Por outro lado, “*(...) o consumo de drogas aparece normalmente na mesma altura que o abandono escolar, que tem a ver com o grupo de pares e um isolamento, porque a partir do momento em que começa a abusar de droga, começa a frequentar sítios de abusos de drogas*”. Estes fatores não são iguais em todos os contextos e existe a possibilidade de não se conseguir identificar tudo numa primeira avaliação: “*os fatores de risco*

em Lisboa podem ser diferentes dos do Porto, (...) podem-se descobrir outros [fatores de risco] mais à frente, que numa fase inicial não se conseguem aferir” (Alberto). Manuel, da direção do Centro Educativo, corrobora a questão da manifestação de determinados fatores de risco com o tempo de integração: “Nos primeiros momentos não sabemos ao certo identificar as necessidades dos jovens, precisamos de um mês para fazer o Plano Educativo Pessoal, sendo que esse mês pode ser prolongado. É mais ou menos nesta altura que temos delineado um projeto de intervenção relativamente àquele jovem, que pode ser alterado, ajustado de acordo com as características que podem evoluir. Há condutas ou características que não se conseguem de imediato perceber e depois com o tempo de integração no Centro vão surgindo (...) não conseguimos aferir isso tudo de imediato, precisamos de tempo.”

Em relação à perspetiva dos jovens sobre os fatores de risco/necessidades que percecionam como importantes de ser trabalhadas, as respostas são vagas. Dos jovens entrevistados, um deles não sabe responder à questão, mesmo reformulando-a com exemplos: *“Eu percebi a pergunta, mas não sei o que têm de trabalhar, nem sei o que estão a trabalhar comigo” (José). Três dos jovens apontam a não reincidência como única necessidade a ser trabalhada: “Acho que é não voltar a fazer coisas más” (António); “Eu não sou violento, não me meto com ninguém, nem me drogo, acho que é não voltar a cometer crimes” (Diogo); “Não voltar a meter-me em problemas” (Rui). Já Renato aponta a não reincidência na delinquência e no absentismo escolar: “Não roubar e não faltar à escola”. Outro fator de risco apontado é o consumo de drogas, referido por Paulo e Nuno, além de outros fatores: “Acho que é não voltar a consumir e não voltar a roubar” (Paulo); “A mim trabalham por causa das drogas e do comportamento violento, acho que eram as únicas coisas que tinham que ser mudadas” (Nuno). A agressividade é um fator referido também por um jovem, que verbaliza melhorias nesse aspeto: “É a agressividade. Eu antes partia logo para a agressão, agora já me controlo mais” (Ricardo). Francisco sugere não concordar com a intervenção que lhe está a ser aplicada, afirmando que “a única coisa é a impulsividade. Eu não me acho impulsivo, mas há quem me ache...”.*

Quanto à importância da identificação e intervenção sobre os fatores de risco, Alberto avança que *“Se estes fatores de risco estiverem presentes ao longo do tempo, aumenta o risco. Se não fizermos nada, a situação piora. Há um aumento do risco se não houver intervenção, está sempre a agravar. Não se conhece bem quais é que aumentam quais, ou se é ao mesmo tempo, mas sabe-se que, se não fizermos nada, está sempre a piorar.”*

15. Contextualização da medida tutelar educativa de internamento, da equipa de trabalho do Centro Educativo e da integração dos jovens no mesmo

Antes de iniciar o capítulo seguinte, importa fazer uma breve contextualização da medida tutelar educativa de internamento, dos profissionais que trabalham do Centro Educativo e do modo como os jovens se integram.

15.1. A medida de internamento

Optou-se for fazer esta integração, uma vez que, aquando da pesquisa documental, verificou-se uma constante articulação de comunicações entre o Centro Educativo e o Tribunal relativamente ao jovem e à medida de internamento. Deste modo, inserir esta questão na entrevista à direção teve como objetivo a clarificação das competências de cada entidade e de perspetivas em relação à medida. Como enquadramento para os capítulos a seguir, aqui pretende-se também abordar a aceitação da medida por parte dos jovens.

A medida tutelar de internamento é definida pelo Tribunal. O Tribunal define o regime de internamento e o tempo de medida. No entanto, o Centro Educativo pode emitir pareceres, em especial quando já teve contacto com o jovem no cumprimento de medidas cautelares de guarda, de internamento para perícia sobre personalidade, por exemplo: *“Isso são questões muito técnicas, de Direito que competem ao Tribunal. Nós podemos propor, mas não fazemos grande questão nesse âmbito”* (Manuel). Esta articulação do Centro Educativo e do Tribunal ocorre também no caso de alteração do tempo de medida do jovem, que são situações raras, segundo Manuel. Quando a medida altera, *“há mais probabilidade que essa medida seja cessada, ou melhor, que o regime de internamento seja cessado e passe para outro tipo de medidas, só nesta base. Não se revê medidas por qualquer motivo. Podemos admitir esta revisão na parte final da medida, ou em situações muito anormais, que raramente acontecem, como, por exemplo, o jovem tornar-se inimputável, como já nos aconteceu. São casos únicos, mas que podem acontecer. Nesses casos, propomos ao Tribunal cessar a medida, porque o jovem já não está em condições de a cumprir. Ou se o jovem, na parte final da medida, evidenciar comportamentos muito gravosos, podemos propor. Mas é muito raro”*.

Quanto à eficácia dos diferentes regimes de execução da medida, Manuel percebe a questão de outro modo. Não são os regimes que são eficazes, a eficácia pode ser atingida pela intervenção que é baseada nas necessidades do jovem. As necessidades de cada jovem serão diferentes em cada regime, porque, tendencialmente *“em termos de resultados, podemos admitir*

que os jovens de regime fechado poderão ter cometido infrações mais graves”, sugerindo que a intervenção com estes jovens é mais difícil e que a reincidência poderá ser maior. Em termos estatísticos, “o regime aberto e o fechado são aplicados em menor percentagem (...), a grande maioria dos jovens está em semiaberto e, portanto, é natural que neste grupo exista mais sucesso do que menos sucesso”.

No que respeita à aceitação da medida, a grande maioria dos discursos dos jovens remete para uma aceitação difícil, mas percebe a medida como justa: *“Foi difícil aceitar no início, mas depois uma pessoa começa a pensar melhor nas coisas que fez e percebi que foi justa”* (António); *“Óbvio que foi dura, mas por outro lado é justa porque fiz asneiras e tenho que pagar por elas.”* (José); *“A medida foi má e não aceitei bem. Mas hoje acho que foi justa”* (Ricardo). Apenas dois jovens referem boa aceitação da medida e a justiça da mesma: *“Tendo em conta tudo o que fiz, não achei que a medida fosse dura, não foi difícil para mim”* (Nuno); *“A medida foi mais do que justa. Deram-me p’raí três oportunidades, eu é que não aproveitei. Aliás, eu é que me entreguei”* (Luís). Dois dos jovens admitem a justiça de lhes ter sido aplicada a medida, mas não admitem justiça na duração da mesma: *“Não aceitei nada bem. Dura é favor. Um ano chegava perfeitamente, já para não dizer seis meses”* (Francisco); *“A medida foi justa, mas acho que no tempo foi exagerada”* (Renato).

15.2. Integração dos jovens em Centro Educativo

A integração no Centro Educativo é um importante indicador de adesão à intervenção. Neste sentido, é analisado o discurso direto dos jovens relativamente ao processo de integração no Centro Educativo, nomeadamente na relação com os colegas e profissionais, na adesão às regras e nas dificuldades que sentiram.

No geral, os jovens dividem-se: metade dos jovens entrevistados refere uma boa integração, a outra metade verbaliza uma integração difícil. No entanto, apesar deste equilíbrio, todos, à exceção de um jovem, indicam dificuldades sentidas nos primeiros tempos. Dos jovens que referem uma integração positiva, todos apontam as boas relações com os colegas: *“A minha integração foi boa, já conhecia pessoas de fora e eles ajudaram-me logo, mas mesmo com aqueles que não conhecia antes dou-me bem”* (Luís); *“A integração aqui dentro foi tranquila, eu já tinha estado numa instituição. Apesar de não conhecer os meus colegas, não tive problemas”* (Francisco). A grande parte dos jovens que relata integração complicada, admite conflitos com pares no início da medida: *“A minha integração foi difícil (...) eu conhecia a maior parte dos gajos*

lá de fora, mas havia assim um ou dois, ou três, vá, de quem eu não gostava, não me dava com eles. Por isso, vamos concordar que eles é que tiveram problemas” (Nuno); *“Demorei para aceitar estar aqui. No início andava sempre à porrada com os colegas”* (Renato). No caso da relação com os profissionais, três dos jovens referem relações de conflito: *“Não aceitava que eles me dessem ordens”* (António); *“Com os profissionais arranjava sempre muitos problemas ao início, era difícil para mim aceitar as regras”* (Renato); *“Não admitia que eles dessem ordens e não me deixassem fazer o que eu queria”* (Nuno). Dois dos jovens são neutros na resposta, não manifestando uma relação extremamente positiva, nem o oposto: *“A relação com as pessoas que trabalham aqui era boa nos primeiros meses, era normal. Depois comecei a ver como eles eram, mas não tenho problemas, nunca tive, só não dou confianças, fico na minha”* (Luis); *“Até gosto de alguns, é naquela, mas há outros que não gosto. Com esses nem sequer falo, só o que for preciso para não arranjar problemas”* (Paulo).

Relativamente às dificuldades sentidas no cumprimento da medida, a mais apontada pelos jovens foi a dificuldade em aceitar e cumprir regras: *“(…) tinha dificuldades em aceitar ordens, mas depois comecei a aceitar”* (Rui), entre outros testemunhos indicados anteriormente para justificar a má relação com profissionais. A segunda dificuldade mais reportada foi estar longe da família, apesar da possibilidade de visitas e de ir de fim de semana em alguns casos, seguida do facto de estarem fechados. Um dos jovens assumiu a questão do consumo como um problema sentido na integração inicial: *“No princípio era o consumo, tinha muita dificuldade em controlar e depois tinha maus comportamentos”* (Renato). Por último, referir o caso de um jovem, que relatou não ter sentido qualquer dificuldade.

15.3. Constituição da equipa de trabalho do Centro Educativo

Antes de prosseguir para o capítulo relacionado com a intervenção, é pertinente contextualizar a equipa de trabalho do Centro Educativo.

Neste sentido, a equipa de trabalho constituída pelos profissionais que intervêm diretamente com o jovem é formada pelos Técnicos Profissionais de Reinserção Social e pelos Técnicos Superiores de Reinserção Social. Os primeiros são *“(…) os profissionais de primeira linha, alguns terão licenciatura, talvez uns três, e os restantes terão o 12.º ano”* (Manuel). Como referido na caracterização da amostra, os dois profissionais entrevistados são licenciados em Psicologia, sendo que um deles pertence à direção (Manuel) e o outro é Técnico Superior de Reinserção Social (Alberto).

Os Técnicos Superiores de Reinserção Social existentes no Centro Educativo têm várias funções distintas, e a equipa está organizada para que cada um deles fique encarregue por uma área específica, apesar de poder exercer funções de outros Técnicos. O Técnico entrevistado assumia uma função mais específica, mas acumulava outras funções, comuns a outros técnicos: *“Neste momento estou mais na parte da intervenção e na dinamização de programas de intervenção educativa, psicológica. Depois, tenho outras funções que acumulo: posso fazer avaliação psicológica pré-sentencial, elaborar relatórios para o Tribunal a dar conta de como as medidas estão a decorrer, ou seja, a figura de técnico-tutor. Eu geralmente costumo ter entre 5 a 6 jovens.”* (Alberto). Existem mais três Técnicos, com funções específicas, também: *“O meu colega, o Dr. Bernardo, assume normalmente o papel de técnico-tutor. Depois tem o Dr. Miguel, que é perito, é mais especializado em avaliação psicológica. Eu faço esporadicamente apenas. Por último tem o Dr. Jaime, que é coordenador e assume a pasta da escola (...) todos fazemos um bocadinho ‘aqui e ali’, mas geralmente temos estas funções específicas”* (Alberto).

16. A intervenção realizada em Centro Educativo

Neste capítulo são abordados todos os aspetos relacionados com a intervenção, desde a intervenção imediata, quando o jovem chega ao Centro Educativo, à estruturação da intervenção, passando pelas dificuldades dos técnicos à perspetiva dos jovens sobre a intervenção. Ao longo do capítulo, são confrontados os dados dos processos individuais dos jovens, com os dados das entrevistas dos mesmos, do Técnico Superior de Reinserção Social e da Direção.

16.1. Plano de Intervenção Imediata, Projeto de Intervenção Educativa e Plano Educativo Pessoal

De acordo com a DGRSP (2006), a intervenção em Centro Educativo baseia-se em três documentos fundamentais, nomeadamente o Regulamento Interno, o Projeto de Intervenção Educativa e o Plano Educativo Pessoal. O Regulamento Interno é um documento onde constam todas as regras de funcionamento do Centro Educativo que é entregue aos jovens quando estes entram no Centro: *“Os jovens quando entram recebem uma resenha com os regulamentos internos, é uma espécie de resumo para facilitar. Mas toda a gente sabe que os jovens não vão ler, eles depois adquirem as regras mais no dia-a-dia”* (Manuel). O conjunto de programas educativos, formativos, terapêuticos e ocupacionais que podem ser aplicados constam no Projeto de Intervenção Educativa (DGRSP, 2006), que é um aglomerado de *“critérios que pressupõem a intervenção do Centro e depois os mecanismos que são usados, normalmente os mecanismos*

que definem a intervenção sob o ponto de vista teórico e técnico, as balizas da intervenção” (Manuel). Segundo as evidências da pesquisa processual, o Projeto de Intervenção Educativa tem como principal objetivo a socialização do jovem, pela utilização de meios e métodos pedagógicos, no sentido da educação para o Direito, isto é, para “o respeito pelos valores e normas básicas essenciais à vida em sociedade, permitindo-lhe, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável” (Art.º 17.º, n.º1 da Lei Tutelar Educativa).

Quanto ao Plano Educativo Pessoal, é um plano de intervenção individualizado, onde constam as atividades específicas que deverão ser aplicadas. Segundo Alberto, há uma preferência em designá-lo por Plano e não Projeto, *“porque está sempre aberto a modificações, sendo elaborado pelo Centro, em articulação com o jovem e, eventualmente até com a família”*.

Quando o jovem chega ao Centro, não é possível, num primeiro momento, delinear uma intervenção individualizada, adaptada e responsiva às suas necessidades educativas e criminógenas, sendo também necessário que o jovem se integre de forma progressiva no contexto do Centro Educativo. Neste sentido, existe e é aplicado o Plano de Intervenção Imediata, que, segundo a Direção, *“é quando um jovem dá entrada, é sujeito a um determinado tipo de abordagens que lhe permitem, durante os primeiros três dias, fazer uma integração progressiva no grupo. Este Plano pode ser prolongado até mais dias, mas normalmente é algo limitado no tempo a 72 horas (...) até pode nem ser aplicado se se verificar que o jovem tem um perfil sem traços delinquenciais muito marcantes.* (Manuel).

16.2. Estruturação da intervenção

Uma segunda fase é a estruturação da intervenção. Esta descrição da estruturação da intervenção é baseada nos Planos Educativos Pessoais constantes nos processos individuais, assim como nos relatos da Direção e do Técnico Superior de Reinserção Social.

Segundo Manuel, *“a lei determina que a intervenção seja feita naquilo em que é exclusivamente necessário”*. O primeiro passo é a avaliação de risco, através do YLS/CMI e, em função das áreas de proteção, de risco e do perfil delinquencial, é construído o Plano Educativo Pessoal. A avaliação de risco é realizada com base em entrevista com jovem e em relatórios de avaliação psicológica, relatórios sociais, entre outros documentos que forem pertinentes, e permite a identificação dos fatores de risco altos, baixos e moderados, sendo que, para a intervenção, os fatores de risco identificados como altos são aqueles a que se deve atender primeiro na gestão do caso. Em função dos riscos identificados, vão delinear-se um conjunto de programas e atividades

terapêuticas, educacionais, lúdicas e formativas com vista à eliminação ou redução dos riscos. Esta estruturação é articulada com o jovem, que tem o direito a manifestar-se e a intervir no seu processo. Depois de definido o Plano Educativo Pessoal, este é transmitido ao Tribunal. Ao longo do tempo, a evolução do jovem é avaliada e, em função da sua evolução, existe um sistema de faseamento de ganhos ou perdas. Este sistema é o Programa de Contingências do Centro Educativo. De acordo com Manuel, a medida é faseada e baseada no *“pressuposto de que, à medida que vou tendo um nível superior de fase, tenho mais regalias, ou maior nível de autonomia”*. O sistema de faseamento e progressividade pressupõe quatro fases, nomeadamente, a Integração, a Aquisição, a Consolidação e a Autonomia. Na primeira, é esperado que os jovens reconheçam e compreendam a medida e os motivos subjacentes, participem na elaboração do Plano Educativo Pessoal e adquiram hábitos de higiene pessoal. Na fase dois, os jovens devem compreender os motivos que os levaram a praticar os factos, adquirir competências pessoais e sociais, adquirir hábitos de trabalho e alguma autonomia quanto às aquisições da fase 1. Na fase da consolidação, os educandos devem consolidar todas as aquisições anteriores, bem como adquirir valores que inibam a delinquência e manifestar indicadores de mudança. A última fase pressupõe a autonomia, a responsabilidade nas tarefas quotidianas e a utilização de estratégias preventivas da reincidência, para além da consolidação de todas as aquisições das fases anteriores.

A intervenção baseia-se em vetores fundamentais, nomeadamente a formação, o treino de condutas e comportamentos sociais, higiene e saúde, e as necessidades específicas relacionadas com o comportamento desviante.

16.3. Atividades e programas formativos, terapêuticos e educativos implementados

Tendo em conta os principais focos da intervenção importa agora perceber quais são os programas aplicados em cada domínio. Esta listagem de programas baseia-se nos programas mais vezes referenciados nos processos individuais dos jovens, nomeadamente no Plano Educativo Pessoal, e no relato do Técnico Superior de Reinserção Social.

De acordo com Alberto, é aplicado um programa cognitivo-comportamental, que está relacionado com o estabelecimento de rotinas estruturadas, *“promovendo um bem-estar e saúde mental (...), porque muitas vezes o estilo desviante é não ter regras, não ter rotinas, não ter uma atividade estruturada”*.

Em relação à saúde e consumos, são aplicados, para além dos acompanhamentos médicos comuns, programas para a prevenção e redução dos consumos, como é o caso do *Programa de Saúde e de Prevenção de Riscos Associados aos Consumos Aditivos*, que inclui ações formativas e o despiste de consumo de substâncias, mediante consentimento informado.

O programa formativo, segundo Alberto, tem uma vertente mais profissionalizante, “*é um ensino mais adaptado às necessidades e dificuldades que os jovens têm (...), não é tanto uma filosofia de aprendizagem por informação, ou exposição, mas sim com uma validação de competências*”. Cada programa formativo é composto por uma formação de base, que engloba disciplinas teóricas adaptadas à prática do dia-a-dia¹², e uma formação tecnológica, que é orientada para a prática profissional de determinada atividade laboral.

Quanto ao treino de condutas e comportamentos sociais, foi possível identificar dois programas, nomeadamente o *Estimular Recursos Sociomorais* e o *Programa de Treino de Competências para a Resolução de Problemas*. O primeiro programa assenta numa dinâmica grupal, que visa a estimulação de uma tomada de decisão sociomoral. O segundo, visa melhorar o relacionamento interpessoal e o desenvolvimento de competências pró-sociais.

Dos programas terapêuticos, aquele que foi identificado foi a *Terapia Narrativa da Impulsividade*, sendo uma intervenção de dinamização individual, que tem como objetivo ajudar o jovem a desenvolver níveis de autocontrolo adequados, reconstruir objetivos de vida normativos, e tem como finalidade última a redução do comportamento delinvente e desviante, apoiando o jovem na superação das dificuldades que condicionaram o seu percurso.

Em relação aos programas que intervêm nas necessidades específicas associadas ao comportamento desviante, foi possível identificar três, designadamente o *Programa ART*, o *Gerar Percursos Sociais* (GPS-25) e *Estratégias de Regulação Emocional e de Controlo da Cólera* (ERECC). O primeiro programa tem uma vertente de treino de competências sociais, mas atua também na componente emocional e moral, atuando ao nível das necessidades criminógenas em específico. O GPS-25 é um programa que visa o tratamento ou redução do comportamento delinvente, e é estruturado em cinco níveis: 1) Comunicação; 2) Relacionamento Interpessoal; 3) Distorções Cognitivas; 4) Significado das Emoções; 5) As Armadilhas do Passado/Crenças. Por último o ERECC, tem como propósito a diminuição da ativação da cólera em jovens agressivos, aumentando o autocontrolo. Não tem a vertente terapêutica da *Terapia Narrativa da Impulsividade*.

¹² Linguagem e Comunicação; Matemática para a Vida; Cidadania e Empregabilidade; Tecnologias da Informação e da Comunicação; Inglês.

16.4. A intervenção: objetivos, meios/estratégias e atividades de rotina

Nesta secção, identificamos as necessidades e as áreas de risco e, em função disso, quais os objetivos e quais os meios/estratégias de intervenção para cada caso, cruzando as informações contidas nos Planos Educativos Pessoais dos oito jovens, cujos processos foram consultados.

O primeiro nível, é a área relacionada com os delitos e medidas anteriores. Observou-se que, apesar de se verificarem níveis de risco diferentes, a intervenção e objetivos para este nível eram transversais. Deste modo, para esta área, os objetivos prendiam-se com a compreensão dos objetivos da medida, cumprimento das regras do Centro Educativo e a adequação dos padrões de relacionamento e reconhecimento das figuras de autoridade, além da construção de um projeto de vida pró-social. Neste sentido, os programas e estratégias eram o Programa de Tutoria e Aconselhamento, o programa GPS-25 (ou outros), o acompanhamento do jovem e o sistema de reforço positivo das aquisições e aprendizagens.

Ao nível da família, as necessidades/riscos apresentados pelos jovens são muito similares, nomeadamente a fraca supervisão, incapacidade de impor regras, práticas educativas parentais inconsistentes, bem como disciplina inadequada. Podem existir algumas variações, como, por exemplo, a existência de conflito conjugal, ou o facto de o jovem ter uma má relação com algum dos progenitores/cuidadores, sendo que os objetivos vão variar de acordo com essas nuances. Por exemplo, se o jovem não tem uma relação positiva com o progenitor, um dos objetivos será a melhoria da qualidade da relação entre pai e jovem ou, no caso de não existirem contactos entre eles, restabelecerem os contactos, caso isso seja percecionado como positivo para o jovem. Assim, os objetivos identificados neste campo passam pela corresponsabilização e envolvimento da família no processo educativo do jovem, pelo reforço da relação entre a família e o jovem em moldes mais adequados, pela melhoria das estratégias dos progenitores em relação à supervisão, à autoridade parental, entre outras. Quanto às estratégias de intervenção, estas assentam no Programa de Tutoria e Aconselhamento, na articulação com a DGRSP da área de residência do jovem, de forma a avaliar possíveis recursos comunitários e familiares que possam favorecer e facilitar a integração do jovem, pela intervenção ao nível familiar e pela articulação com o sistema de proteção no término da medida.

Relativamente à educação/emprego, esta é também uma área relativamente transversal. As principais necessidades/riscos dos jovens neste aspeto prendem-se com o absentismo ou abandono escolar, comportamentos disruptivos, problemas de relacionamento com pares ou agentes educativos e baixo rendimento escolar. Assim sendo, os principais objetivos a este nível

são a frequência e conclusão do projeto formativo em que estão/serão inseridos (que dará equivalência a um determinado ano de escolaridade), a aquisição de competências e hábitos como o trabalho, a responsabilidade, assiduidade e aptidões profissionais, tendo em conta que este tipo de ensino tem uma vertente profissionalizante, por forma a facilitar a integração sócio laboral no término da medida. Além destes objetivos, destaca-se ainda o reconhecimento da importância da formação para o percurso de vida e adotar atitudes e comportamentos corretos em contexto de formação. Existem três jovens com necessidades mais marcadas ao nível dos comportamentos de oposição e desafio e confronto com as figuras de autoridade, e neste sentido é pretendido que estes jovens diminuam estes comportamentos. Um dos jovens apresentava um rendimento escolar muito abaixo das suas reais capacidades, pelo que se pretendia que esse jovem rentabilizasse essas capacidades e recursos cognitivos. Ao nível das estratégias de intervenção, estas são aplicadas através do Programa Formativo, do Programa de Contingências, e do Programa de Tutoria e Aconselhamento. Este último programa, neste âmbito, é orientado para o aumento dos níveis de motivação e de interesse e para o reconhecimento do absentismo ou abandono escolar como fator facilitador do comportamento desviante. Além destes programas, existem atividades de enriquecimento escolar e formativo e orientação vocacional, e reforço positivo das aquisições, assim como uma articulação com a DGRSP e estruturas comunitárias para futuro encaminhamento formativo.

Quanto à relação com pares, esta é outra área transversal, em que as necessidades são semelhantes. Como verificámos anteriormente, a relação com pares foi o fator de risco mais vezes avaliado como de alto risco. Os resultados do YLS/CMI mostram que o grupo de pares foi considerado um fator de alto risco em 100% dos casos analisados. Deste modo, os objetivos em relação ao grupo de pares passam pela identificação da influência negativa dos pares na sua trajetória delinquencial, reconhecendo a necessidade de evitar estes pares e contextos desviantes. Em termos de estratégias, está previsto o Programa de Tutoria e Aconselhamento, focado em estratégias de evitamento de pares e locais de orientação e conotação desviante e a articulação com os progenitores/cuidadores, no sentido de aumentar a supervisão.

O consumo de substâncias foi um fator de risco identificado em todos os jovens, com maior ou menor grau. Todos os jovens tinham indícios de consumo de substâncias, sendo que alguns destes consumos seriam regulares e outros ocasionais. Em todos os casos houve intervenção na área. Os objetivos da intervenção neste âmbito passam pela compreensão das consequências negativas do consumo, bem como pela interiorização da necessidade de intervenção continuada

na comunidade. Ao nível da intervenção, os jovens integram programas associados à prevenção dos consumos, nomeadamente o *Programa de Saúde e Prevenção de Riscos Associados aos Consumos*, o *Programa de Prevenção do Consumo de Drogas*, o *Gabinete de Psicologia*, orientado para os comportamentos aditivos, bem como uma articulação com entidades comunitárias com intervenção na área.

Em termos de tempos livres, os jovens apresentavam necessidades idênticas, designadamente a ausência de atividades positivas ou estruturadas e a falta de interesses pessoais. Neste aspeto, a intervenção pretende incutir aos jovens a participação em atividades recreativas ou desportivas, estruturadas, que promovam a cidadania, a educação para os valores, quer no Centro Educativo, quer posteriormente, na comunidade. As atividades implementadas nesse sentido são o *Programa Geração+* (programa ambiental), atividades desportivas, entre outras. O Centro Educativo articula com a família e com determinadas estruturas comunitárias que possam integrar o jovem em atividades de tempos livres positivas e estruturadas.

Ao nível dos fatores de risco relacionados com a personalidade/comportamento, os padrões comuns aos jovens são os comportamentos de desafio e oposição com pares e figuras de autoridade, a manifestação de comportamentos de agressividade, baixa tolerância à frustração, défice de competências pessoais, sociais e de resolução de problemas, entre outras. Nestes jovens, os objetivos passam pela estabilização e adequação do comportamento e das relações com pares e adultos, pelo desenvolvimento de atitudes pró-sociais e noções de vítima, dano e reparação, bem como o reconhecimento das figuras de autoridade e regras e o ajustamento dos padrões de interação pessoal, para além do reconhecimento da sua problemática comportamental e trajetória delinquencial. Estes jovens integram o *Programa de Tutoria e de Aconselhamento*, o *Programa de Treino de Competências para a Resolução de Problemas* e *GPS-25*, entre outros que venham a ser implementados, e as aquisições e evoluções registadas são premiadas. Esta é a base da intervenção nesta área. Depois, existem jovens, nomeadamente sete, que exibem, além destas necessidades, riscos mais altos, relacionados com os comportamentos de externalização, a agressividade, cólera, impulsividade e desregulação emocional. Nestes casos, para além dos objetivos base, verificam-se ainda necessidades de intervenção ao nível do autocontrolo, regulação emocional, gestão de emoções, e controlo da agressividade. Para alcançar estes objetivos, os jovens participam em programas específicos, relacionados com os riscos que determinado jovem apresenta. Assim, os jovens com problemas de cólera e impulsividade frequentam a *Terapia Narrativa da Impulsividade*, *Estratégias de Regulação Emocional* e *Controlo da Cólera*, além do

Programa ART e do *Programa Estimular Recursos Sociomorais*. Entrando na área da saúde, que será desenvolvida mais à frente, os jovens com traços mais graves podem ser acompanhados pela especialidade de Pedopsiquiatria.

No âmbito das atitudes/orientação, este é um domínio também comum em todos os jovens cujos processos foram consultados. Apesar de um dos jovens da amostra não ter sido avaliado como tendo orientações pró-criminais, este teve a mesma intervenção que os restantes jovens nesta área. Os objetivos neste campo eram fundamentais também a este jovem, nomeadamente o desenvolvimento de uma atitude crítica face à trajetória delinquencial e a diminuição do nível de oposição perante figuras de autoridade. Nos restantes jovens, acresce o objetivo da diminuição das atitudes pró-criminais. Os programas com intervenção neste domínio são o *Programa Tutorial e de Aconselhamento*, o *Programa de Contingências*, o *Programa GPS-25* e o *Gabinete de Psicologia*.

O último nível de intervenção, é relacionado com a saúde e higiene. Esta é uma área transversal a todos os jovens, cujos objetivos passam pelo reconhecimento da importância de hábitos saudáveis de higiene e saúde, pela compreensão das consequências dos consumos e pela aquisição de comportamentos pró-sociais saudáveis. Neste âmbito, os jovens são acompanhados clinicamente por Medicina Geral e outras especialidades, entre elas a Medicina Dentária e a Pedopsiquiatria. Ao nível dos consumos são aplicados programas de prevenção, já mencionados anteriormente, e na aquisição de comportamentos pró-sociais, é aplicado o *Programa de Treino de Competências de Vida Diária*.

Sendo que a rotina foi identificada como um eixo central na intervenção, houve uma tentativa de perceber-se junto dos jovens como era estruturado o seu quotidiano. Todos os jovens entrevistados foram muito detalhados nas respostas. Destacam a higiene pessoal, a divisão de tarefas entre os educandos, nomeadamente na manutenção da limpeza e organização do espaço pessoal e comum, as refeições, o programa de formação, as reuniões com os técnicos, a atividade desportiva que fazem e o recolher. A título de exemplo, veja-se a resposta de Luís: *“Acordo, lavo os dentes e isso, fazemos o quarto, quem está pronto passa para a sala, espera-se que toda a gente termine, faça as suas tarefas. Depois os do pequeno-almoço fazem a sua tarefa, fazem a marmita, vão pôr as mesas e isso, depois os restantes ficam à espera na sala, depois passamos para o pequeno-almoço e quando toda a gente acabar passamos para a sala e ficamos a aguardar que nos chamem para a escola. Depois na escola, ao toque vamos para o intervalo, depois entramos, temos mais um intervalo, saímos, vamos almoçar, vamos para a sala, é uma rotina na*

mesma, estamos à espera que os outros façam, vamos comer, depois fazemos a reunião, para ver como é que a gente esteve e assim (...) Depois ficamos à espera que nos chamem para a formação. Quem tem formação de manhã... eu, por exemplo, tenho formação de manhã, sou de eletricidade. Pintura e eletromecânica é de tarde. Vamos para a formação, depois há o intervalo, vamos para cima, se somos nós a jogar futebol jogamos, depois tomamos banho e vamos para a sala, e jantamos, sempre assim. Depois o recolher obrigatório para mim é às 22h, porque sou da fase 3. Para a fase 2 é às 21h30m e na fase 1 às 21h. Aos fins de semana deita-se mais tarde, às 22h30m e quando entrámos aqui é às 20h."

16.5. Dificuldades de intervenção

Os profissionais dos Centros Educativos podem enfrentar dificuldades na intervenção com os jovens, que poderão condicionar o seu trabalho e, por conseguinte, a intervenção com os jovens. Deste modo, é necessário perceber em que medida os profissionais sentem dificuldades na intervenção e em que aspetos esta pode melhorar.

A Direção aponta como dificuldades o facto de os jovens com problemas de saúde mental serem integrados em contexto de Centro Educativo, quando este não seria o contexto mais adequado às suas necessidades terapêuticas, bem como o facto de se trabalhar sobre internamentos anteriores.

Os jovens com problemas de saúde mental são integrados em Centro Educativo, por falta de soluções da área da saúde, que seria a mais indicada às necessidades terapêuticas de tratamento do jovem. Segundo Manuel, estes jovens são integrados em unidades fechadas, junto de outros jovens com percursos delinquentiais mais marcados, e isso pode ser prejudicial. Ao nível de intervenção, estes jovens têm *"acompanhamento pedopsiquiátrico acima da média e intervenção mais pesada (...) grande parte dos problemas que arranjam tem a ver com as suas condicionantes mentais, e por vezes nem faz grande sentido agir disciplinarmente, mas pode criar-se a sensação de impunidade."* Quanto à questão das sucessivas institucionalizações, significa que estas falharam: *"aqui temos que trabalhar na parte que falhou e, teoricamente é mais complicado porque os jovens já foram alvo de intervenção no passado"*. Os problemas relacionados com uma eventual resistência à intervenção por parte dos jovens não existem. De acordo com Alberto, os jovens não têm uma postura de resistência à intervenção, até porque participam na sua estruturação e não são obrigados a frequentar todos os programas.

Em relação aos aspetos que poderiam ser melhorados, Manuel e Alberto concordam na questão da necessidade de uma intervenção de cariz mais terapêutico, de forma a poder dar resposta aos casos mais específicos que surgem cada vez mais. Alberto acrescenta o facto de o tempo de medida ser determinado apenas pelos factos e não atender primordialmente às necessidades específicas do jovem: *“o tempo de medida e o regime não são determinados de acordo com as necessidades e do tratamento, mas sim com o crime, e são dois discursos diferentes. Num futuro ideal teria de existir aqui uma maior comunicação entre o que é avaliação de necessidades, a intervenção e os factos”*. Manuel refere ainda como possível melhoria o facto de intervirem em grupos mais pequenos, porque *“em grupos mais reduzidos, a proximidade relacional e de intervenção é maior, existe uma interação muito mais linear”*.

Quando questionados sobre o que faria falta melhorar no Centro Educativo, a maior parte dos jovens refere que o trabalho desenvolvido poderia melhorar, mas não avança com ideias concretas. Dos jovens que responderam, apontaram o aumento do leque de atividades desportivas e lúdicas no Centro Educativo e a instalação de um ginásio.

17. Reintegração do jovem na sociedade

Sendo que o objetivo principal da presente investigação é perceber se a intervenção realizada em Centro Educativo contribui para a reintegração do jovem na sociedade, importa agora tecer algumas considerações relativas ao processo de reintegração, recorrendo às perspetivas dos jovens e dos profissionais entrevistados. Deste modo, este último capítulo divide-se no processo de reintegração e no sucesso da intervenção, tendo em conta a reintegração do jovem.

17.1. Processo e dificuldades de reintegração

A reintegração do jovem é um processo complexo, que resulta do trabalho desenvolvido ao longo de toda a medida de internamento. No capítulo sobre a intervenção, é possível verificar que uma das estratégias aplicadas a todas as áreas de intervenção é a articulação com a DGRSP e com outras entidades comunitárias, de forma a assegurarem a integração do jovem.

O contacto com o exterior, no decorrer da medida é uma forma de preparar o regresso à sociedade, de acordo com Alberto, que considera as saídas para o exterior benéficas para o jovem.

Quando os jovens saem do Centro Educativo, existem dois cenários possíveis. Um, em que o jovem tem um processo de reintegração já planeado, baseado no suporte da família, na escola e/ou trabalho e existe o outro caso em que o jovem atinge o que pretende atingir para cessar a

medida, mas que a reintegração é difícil, por não ter o suporte familiar, nem perspectivas de emprego ou trabalho. De acordo com Manuel, *“Se tivermos as vertentes da família, escola e sociedade em geral asseguradas, as coisas correm bem”*. Em ambos os casos de reintegração, a intervenção do Centro Educativo cessa com o término da medida. No entanto, se for oportuno, voltam a intervir: *“no que for preciso ajudamos, não fechamos a porta a ninguém. Não temos essa obrigação porque a nossa intervenção termina quando cessa a medida, mas podemos intervir depois se se justificar.”* (Manuel).

Alberto volta-se para as dificuldades que os jovens enfrentam no processo de reintegração, nomeadamente na integração laboral e escolar, devido ao historial do jovem: *“A delinquência assusta as pessoas (...) quando queremos colocar um jovem destes numa escola, ou empregá-lo, dizem sempre que não há vagas (...) E isto acontece mesmo com instituições públicas”*. Segundo o Técnico, esta situação é alarmante, porque um jovem que acaba de sair de um contexto contentor de intervenção precisa de ser integrado para dar continuidade aos ganhos adquiridos, em especial no primeiro ano após a medida.

Perspetiva diferente têm os jovens que, quando confrontados com a ideia de eventuais dificuldades na reintegração, a maior parte não perceciona nenhuma dificuldade. Referem querer prosseguir os estudos e arranjar trabalho quando saírem. Dos dez jovens entrevistados, apenas três percecionam algum tipo de dificuldades, identificando a frequência às aulas e a habituação às rotinas de dia-a-dia.

17.2. Sucesso da intervenção

No ponto de vista dos jovens, a intervenção é importante no percurso de vida futuro, identificando mudanças sentidas, que assentam no aumento do autocontrolo, diminuição da impulsividade e comportamentos agressivos e violentos, as rotinas enraizadas e o aumento do sentido de responsabilidade. Alguns jovens referem que sentem que não vão reincidir. Estes relatos têm de ser olhados com cautela, por motivos de eventual desejabilidade social subjacentes às respostas.

Quanto ao sucesso da medida, Manuel e Alberto fazem referência a um estudo realizado que chegou a uma taxa de reincidência de 40% contra 60% de jovens integrados. No entanto, *“não são dados efetivos, eu hoje posso ligar para lá e está tudo bem, amanhã pode ter-se envolvido em alguma coisa e estar preso”* (Manuel). A reincidência existe, é um facto. Segundo a Direção, *“a reincidência existe e não é perto do zero”*. A integração a nível pessoal, social e profissional vai

determinar o grau ou probabilidade de um determinado indivíduo reincidir, sendo que a reintegração a estes níveis não é fácil, devido ao estigma e à existência de certos fatores de risco anteriores, que permanecem. No entanto, Manuel alerta para os referenciais mentais de cada indivíduo: *“a medida não muda cabeças. Mais do que a família, a escola, são as mudanças de comportamento e de pensamento, isso é que os vai fazer seguir a vida de forma linear”*.

Apesar destas dificuldades, Alberto considera que a intervenção tem sucesso, apesar de considerar um aspeto muito subjetivo. Na sua perspetiva, *“ter sucesso nesta área, não corresponde a 100%. Basta pensar nos adultos, mesmo para mudar um comportamento pequenino, como emagrecer 20kgs ou deixar de fumar, a taxa de sucesso é muito menor do que 100%. Imagine-se em jovens com problemáticas comportamentais destas, é muito difícil”*.

Na reintegração, os discursos dos jovens não convergem com os discursos dos profissionais. Os jovens antecipam a sua reintegração de forma não problemática, ao passo que Direção e Técnico avançam dificuldades de integração transversais na maior parte dos processos de integração de jovens na sociedade.

CONCLUSÃO/DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Apresentados os resultados, é pertinente analisá-los à luz dos objetivos do estudo. O objetivo principal da presente investigação é conhecer a intervenção realizada com jovens em execução de medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo e perceber em que medida essa intervenção capacita estes jovens para se reinserirem socialmente.

Neste sentido, importa perceber quais as trajetórias dos jovens, quais os fatores de risco presentes com mais evidência, conhecer a equipa de profissionais que trabalha no Centro Educativo, aceder às perspetivas de jovens e profissionais face à medida, à intervenção e reintegração.

Em relação às trajetórias de vida e fatores de risco, estes jovens enquadram-se nas principais perspetivas teóricas em relação à delinquência juvenil. A análise dos relatórios sociais dos processos individuais dos jovens, bem como dos resultados do YLS/CMI e das entrevistas aos profissionais, permitiu estabelecer um padrão de trajetórias que é relativamente transversal aos jovens estudados. Ao nível familiar, estes jovens provêm de famílias com dinâmicas relacionais desestruturadas, marcadas, em vários casos pelo conflito conjugal, pela incapacidade de responder às necessidades básicas dos filhos, práticas educativas parentais inadequadas, marcadas por práticas permissivas ou autoritárias, com baixa supervisão em relação às atividades dos filhos. Este padrão familiar está em concordância com os fatores de risco familiares identificados pela literatura revista (Farrington, 2003; Sampson & Laub, 2005; Trentin, 2011). No entanto, foi identificado um fator de proteção de contexto familiar, em quase todos os jovens – à exceção de um –, que são os vínculos a família ou a pelo menos um dos progenitores. Salvedor-se que estes jovens foram alvo de medidas de promoção e proteção anteriores, sendo que cinco deles tinham sido institucionalizados.

Outro dado em consistência com a literatura é o facto de estes jovens serem originários de um contexto socioeconómico precário e vulnerável, muitas vezes marcado por vulnerabilidades sociais, como os consumos e a marginalidade (Castro, 2012; Farrington, 2003; Ferreira, 1997; Nardi & Dell’Aglia, 2010; Sampson & Laub, 2005; Trentin, 2011). Um fator de alto risco identificado com o mesmo grau em todos os jovens foi as relações com pares de orientação pró-delinquencial. De acordo com Ferreira (1997) este é um fator de risco com uma grande influência na adolescência. A associação com pares delinquentes permite a aquisição de valores, definições, orientações e técnicas criminais/antissociais (Sutherland, 1939 cit in Cusson, 2002). A teoria da associação diferencial postula o crime como resultado das interações sociais, o que pode explicar

o facto de, em alguns casos, os indivíduos iniciarem os comportamentos desviantes e delinquentes quando começam a relacionar-se com pares de orientações delinquentes e antissociais. Ao nível escolar, os fatores de risco identificados foram idênticos na amostra. As trajetórias escolares destes jovens pautam-se pelo absentismo escolar, baixo rendimento escolar, comportamentos disruptivos, em certos casos de confronto com pares e agentes educativos e uma progressiva desvinculação à escola. Este padrão é facilmente entendido, se considerarmos que, se o jovem não tiver interesse, motivação ou relações positivas em contexto escolar, aliado ao insucesso escolar, é provável que desenvolva uma desvinculação à escola, que culmine em absentismo ou abandono escolar (Ferreira, 1997). No domínio da personalidade e comportamento, a agressividade e impulsividade, baixos níveis de autocontrolo, baixa tolerância à frustração, baixos níveis de empatia, dificuldade em cumprir regras, a manifestação de comportamentos de oposição e desafio, bem como um entendimento da noção de vítima, dano e reparação deficitário, conjugado com um baixo sentido crítico sobre a sua trajetória criminal, foram características identificadas em todos os indivíduos a cujos processos tivemos acesso. A nível comportamental, todos eles se caracterizam pelas orientações e atitudes pró-criminais, à exceção de um, e pelo consumo de drogas (ocasional ou regular). Relativamente a medidas anteriores, todos eles tiveram medidas tutelares educativas anteriores, menos gravosas e na comunidade, que foram substituídas pela medida tutelar de internamento. Tendo em conta que a agressividade, a impulsividade e os baixos níveis de autocontrolo foram características que se manifestaram de forma intensa e constituíram um dos focos da intervenção, com a aplicação de programas orientados para o controlo destes níveis comportamentais, podemos relacionar a criminalidade originada por estes fatores com a Teoria do Autocontrolo, de Gottfredson & Hirschi (1990). Para esta teoria, o crime é resultado destes níveis comportamentais desregulados, nomeadamente os baixos níveis de autocontrolo, vistos como a principal causa para a delinquência.

O discurso dos profissionais relativamente a estes fatores de risco é consistente com os padrões identificados na literatura e nos dados dos processos individuais dos jovens. No entanto, os jovens, quando abordados em contexto de entrevista, não conseguem identificar fatores de risco na sua trajetória, nem conseguem identificar aspetos que sintam que estejam a ser trabalhados no Centro Educativo, à exceção de alguns, que apontam a não reincidência futura, o consumo de drogas e a agressividade como necessidades que precisam de ser trabalhadas.

Em relação à medida, é o Tribunal quem define tempos e regimes de execução, para além de outras questões em matéria de Direito. Segundo a Direção, o Centro Educativo está em

permanente contacto com essas instâncias, emitindo relatórios periódicos para dar conta da evolução dos jovens ao longo do Plano Educativo Pessoal. Por norma, os jovens tendem a perceber a medida como justa, mas com dificuldade em aceitá-la nos primeiros tempos. Esta dificuldade de aceitação originou conflitos com pares e agentes educativos em alguns casos. Na perspetiva dos jovens, 50% dos entrevistados assume ter-se integrado bem, enquanto a outra metade manifestou dificuldades iniciais de integração, atribuindo essas dificuldades ao contexto contentor e à dificuldade em acatar ordens.

Quanto à equipa de trabalho do Centro Educativo de Santo António, os profissionais que intervêm mais diretamente com os jovens são os Técnicos Profissionais de Reinserção Social, profissionais que atuam em primeira linha, e os profissionais responsáveis pela intervenção psicológica e terapêutica, entre outras valências, os Técnicos Superiores de Reinserção Social. Entre os últimos, cada um desempenha funções específicas, relacionadas com a tutoria, avaliação psicológica, intervenção e programas de intervenção educativa e a parte formativa.

A intervenção neste contexto deve pautar-se por ser limitada ao exclusivamente necessário, iniciando-se com a avaliação de risco através do YLS/CMI e, de acordo com as necessidades identificadas pelo instrumento, é estruturada a intervenção e o Plano Educativo Pessoal do jovem. De acordo com os dados obtidos pela pesquisa documental e pelas entrevistas aos profissionais, a intervenção atua na área da formação, no treino de competências e comportamentos sociais e ao nível das necessidades relacionadas com o comportamento delinvente. Em termos de atividades e programas implementados, são usados programas cognitivo-comportamentais, destinados ao estabelecimento de uma rotina. Relativamente à saúde e aos consumos de substâncias, existem programas de prevenção de riscos associados aos consumos. O programa de formação assume uma vertente central da intervenção, possibilitando os jovens obter, em muitos casos, o 9.º ano, através de um ensino adaptado e profissionalizante, que dá a oportunidade aos jovens de aprender uma profissão, reforçando competências e qualificações relacionadas com o trabalho, que poderão ser facilitadoras da integração a esse nível. Os programas que intervêm especificamente nas necessidades associadas ao comportamento delinvente, atuam ao nível da regulação emocional, controlo da cólera e aquisição de competências pró-sociais. Os jovens manifestam a necessidade de adquirir competências ao nível comportamental, e os programas nesse âmbito destinam-se ao treino de competências para a resolução de problemas e, por fim, a vertente terapêutica da intervenção atua ao nível da impulsividade, entre outras manifestações comportamentais graves.

Verifica-se a adequação entre necessidades, objetivos da intervenção e meios ou estratégias de intervenção, em geral. Os jovens são todos intervencionados aos mesmos níveis, uma vez que apresentam necessidades muito semelhantes entre si, como as condições familiares, as orientações pró-criminais, os consumos de substâncias, a ligação a pares delinquentes, a desvinculação à escola, entre outras. O que difere é o nível de risco apresentado em cada dimensão.

Ao nível da família, aposta-se no envolvimento da família na construção do Projeto Educativo Pessoal, na intervenção familiar, na promoção de relações positivas na família e da autoridade parental. Depois, de acordo com os riscos específicos de cada jovem, a intervenção é adaptada. Por exemplo, no caso de um jovem não ter relação com o progenitor, mas se for entendido que o restabelecimento dessa relação seja positivo para o jovem, a intervenção irá promovê-la. Ao desenvolver estratégias educativas de supervisão e de autoridade com os progenitores, o Centro Educativo prepara a reintegração do jovem na sociedade, pela tentativa da eliminação ou atenuação dos fatores de risco relacionados com as dinâmicas familiares. Além disso, existe articulação com a DGRSP e outras instituições na comunidade, de forma a intervir com esta família e jovem quando ele regressar à comunidade.

Relativamente à escola, este é um fator invariável entre os jovens. As necessidades a este nível estão relacionadas com o absentismo, a manifestação de comportamentos disruptivos em sala de aula e a desvinculação. A intervenção passa pelo aumento dos níveis de motivação, pela conclusão do projeto formativo, pela aquisição de competências de trabalho e diminuição dos níveis comportamentais de oposição e desafio. Para aumentar a motivação, para além do programa de tutorias, existe o programa de contingências, que é um sistema de ganhos e perdas, consoante as aquisições e evoluções registadas.

O grupo de pares constitui outra dimensão sem grande variabilidade. Todos os jovens manifestam relações com pares delinquentes e desviantes. A intervenção, nesse sentido, dirige-se à identificação da influência negativa dos pares e contextos desviantes, dotando os educandos de estratégias de evitamento desses pares e contextos, trabalhados nos programas de tutorias.

Os indivíduos com evidências de consumos (ocasionais ou regulares) frequentam programas de prevenção de riscos relacionados com o consumo de substâncias. Além disso, para que o jovem não volte a consumir quando regressar à comunidade, o Centro Educativo articula com a DGRSP e instâncias comunitárias com intervenção nos consumos aditivos, de forma a integrar o jovem no futuro. Ao nível de higiene e saúde, onde se enquadra a intervenção em matéria

de consumos, o jovem é acompanhado pelas especialidades médicas de que necessitar, incluindo Pedopsiquiatria.

Relativamente aos tempos livres, o Centro Educativo dispõe de atividades lúdicas, positivas e estruturadas que os jovens podem frequentar. Como ter atividades de tempos livres organizadas é um fator importante na reintegração, existe uma articulação com as instâncias comunitárias, com a finalidade de integrar o jovem quando a medida cessar, para que não volte às atividades negativas e desestruturadas.

No domínio da personalidade/comportamento, a intervenção tem padrões idênticos, sendo mais especializada para os jovens que manifestam níveis de agressividade, descontrolo emocional e impulsividade maiores e mais intensos. A este nível, a intervenção dirige-se à estabilização e adequação do comportamento, ao reconhecimento das figuras de autoridade, ao treino de competências de resolução de problemas. Nos casos mais específicos referidos acima, o jovem participa em programas de controlo da impulsividade, de regulação emocional e de controlo da agressividade. Muitos dos jovens, quando questionados em relação às mudanças sentidas fazem referência ao domínio da agressividade, da impulsividade, que se encontram estabilizadas.

Os profissionais apontam como dificuldades na intervenção, o facto de intervirem com jovens com problemas de saúde mental. Ambos os profissionais concordam nesse aspeto, justificando a questão com o facto de estes terem necessidades terapêuticas diferentes e especializadas, que seriam atendidas em instituições de saúde mental, mas, como não existem vagas, vão parar ao meio mais contentor que existe no Estado, a seguir a estas instâncias, os Centros Educativos. Estes jovens não podem regressar ao meio de origem, pois praticaram comportamentos desviantes, motivados pela patologia mental, e é necessário conter a ocorrência desses comportamentos. A Direção acrescenta o facto de intervirem em cima de sucessivas institucionalizações, porque isso é um indicador de que as instâncias anteriores não foram capazes de resolver a situação, pelo que esses jovens manifestam resistência, nos primeiros tempos, sugerindo que se criem grupos de intervenção mais pequenos, para restringir os potenciais focos de desestabilização. O Técnico refere ainda, como dificuldade, o facto de a definição do tempo de medida não atender às necessidades do jovem, mas sim ao crime. Segundo o mesmo, deve existir uma maior concordância entre o que são as medidas, a necessidade de intervenção e os factos. Já os jovens, quando questionados sobre o que o Centro Educativo poderia mudar, a maioria não responde. Os jovens que respondem, apontam o aumento do leque de atividades lúdicas e desportivas.

A reintegração é um processo complexo, resultado de muitas horas de trabalho, de acordo com os profissionais. Analisando as áreas de intervenção, os objetivos e as estratégias de intervenção (programas ou atividades aplicadas), é possível concluir que, em todas elas, o processo de reintegração é trabalhado, quer a nível de promoção de competências pessoais dos jovens, quer ao nível de estruturas comunitárias. Ao nível da família, são trabalhadas as relações familiares do jovem e os pais são dotados de competências educativas que até à altura não possuíam ou falhavam. Os pais aprendem a ter uma postura assertiva no estabelecimento de autoridade, a impor disciplina adequada e a ter controlo sobre o quotidiano dos filhos. Além disso, é sempre equacionada uma eventual intervenção do sistema de promoção e proteção, como apoio na comunidade. Ao nível do relacionamento com os pares, procura-se dotar os jovens de orientações pró-sociais e de estratégias de evitamento a estes pares, o que, aliado ao aumento da supervisão parental, poderá ser eficaz na reintegração e prevenção da reincidência. Mesmo ao nível de estabelecimento de rotinas, de hábitos de higiene e saúde, a importância de ter horários, tudo isto é um mecanismo que os jovens irão aplicar no futuro, se perceberem a importância destes aspetos. Ao nível dos consumos e da educação, a intervenção procura fazer com que os jovens entendam a importância da formação e de não consumir substâncias. Nestas dimensões, o Centro Educativo também articula com estruturas comunitárias que possam integrar o jovem para completar a formação ou para dar continuidade aos programas de prevenção de consumos.

A reintegração é trabalhada de dentro para fora, de forma progressiva e é preparada ao longo de toda a medida, como defende Carvalho (2013). As saídas de fins de semana ou de férias permitem que o jovem vá lidando com o exterior, se vá ambientando. Deste modo, quando a medida cessa, o jovem já tem vindo a trabalhar estratégias para lidar com determinado tipo de situações de risco. É importante não esquecer que, apesar da intervenção do Centro Educativo em áreas como a família, os pares e os consumos, existem fatores de risco exteriores que permanecem. O termo da execução da medida marca o regresso do jovem ao meio onde se desenvolveram as condições que o levaram ao cometimento do(s) ato(s). É crucial que o jovem, ao deparar-se com situações de risco, faça valer as competências que foi adquirindo durante o tempo de medida. Para esta apropriação das competências ser efetiva, é necessária uma preparação não só ao nível teórico, dos programas aplicados, como também prática, ao ir contactando com o exterior ao longo da execução da medida, desenvolvendo estratégias de evitamento e de resposta a situações de risco. O Centro Educativo, apesar de cessar a sua

intervenção com o termo da medida, prepara o terreno para que o jovem tenha um acompanhamento especializado na sociedade, em determinadas áreas cruciais.

Quando o jovem sai do Centro Educativo, se tiver o suporte da família, estiver vinculado à escola ou ao trabalho e a modelos positivos, a probabilidade de reincidência é baixa. Mas essa integração holística é complexa, devido à estigmatização de que estes jovens são alvo. Becker (1963) refere que essa estigmatização pode alterar a concepção de si mesmo, limitar o acesso a oportunidades e fazer com que o indivíduo reincida, ao adotar os comportamentos característicos do rótulo a que o associaram. O discurso do Técnico Superior de Reinserção Social confirma esta estigmatização e a dificuldade na reintegração, mesmo ao nível das escolas, que tendem a negar vaga a um jovem que vem deste contexto. Confrontando esta visão dos profissionais com as dos jovens, há uma grande discrepância de perspetivas. Os jovens não percecionam nenhuma dificuldade de reintegração, a não ser a adaptação a uma nova rotina e uma eventual dificuldade em frequentar as aulas no exterior. Todos os jovens entrevistados têm perspetivas futuras de acabar os estudos e arranjar um trabalho, mas não preveem quaisquer dificuldades nessa integração, justificando essa perspetiva com o suporte da família.

Os jovens entrevistados referem-se à intervenção como “boa” e “importante”, identificando mudanças relacionadas com o autocontrolo e maior sentido de responsabilidade. O facto de não percecionarem dificuldades de integração leva a concluir que perspetivam o sucesso da intervenção. No entanto, segundo os profissionais, o sucesso é um conceito relativo. Ter sucesso não é igual a ter 0% de reincidência. De acordo com os mesmos, a reincidência existe. O facto de o jovem se ter integrado ao nível pessoal/familiar, social e escolar/laboral vai determinar a maior ou menor probabilidade de reincidência. Segundo a Direção, o indicador mais eficaz da não reincidência é a mudança de referenciais de pensamento e orientação.

Este estudo carece de replicação, devido à amostra reduzida. No entanto, os dados relativos à intervenção e à reintegração permitem afirmar que a reinserção do jovem é trabalhada desde o primeiro dia em que este chega ao Centro Educativo, sendo trabalhada ao longo da medida, não só através de programas, mas também da aplicação a situações práticas, como as que poderão surgir quando o jovem sai de fim de semana ou de férias para o exterior, como, por exemplo, o facto de ter pessoas próximas a consumir droga. A articulação com as instituições da comunidade, de forma a integrar os jovens aquando da cessação da medida, também permite afirmar que o Centro Educativo é um agente de reinserção social, não só ao nível pessoal, como também familiar, escolar e comunitário.

Não foi possível criar a amostra inicialmente prevista para esta investigação. Para se aferir a eficácia das intervenções tutelares educativas, deve apostar-se no desenvolvimento de estudos longitudinais, que acompanhem o indivíduo na sua trajetória durante a medida, mas também depois do termo da mesma. Em investigações futuras, de modo a poder fazer-se generalizações, a amostra deve ser mais ampla, composta por indivíduos de várias faixas etárias, de ambos os géneros, de vários Centros Educativos, e devem contemplar indivíduos nos três regimes de execução da medida de internamento, a fim de ter uma amostra heterogénea. Os estudos longitudinais permitem a comparação do indivíduo consigo mesmo ao longo do tempo. No entanto, exigem recursos humanos e financeiros, que nem sempre estão disponíveis. Porém, este é o melhor desenho de investigação para se determinar a eficácia da intervenção, pois prolonga-se no tempo, até ao termo de execução da medida e posterior *follow-up*.

Apesar de os índices de delinquência juvenil se encontrarem relativamente estáveis, segundo as estatísticas oficiais, deve haver uma aposta na prevenção primária, a prevenção precoce, em idades escolares ou pré-escolares. Tendo em conta os indicadores de uma possível orientação delinvente futura desenvolvidos por Loeber, Farrington & Petechuck (2003), devem desenhar-se intervenções de carácter preventivo precoce, uma vez que a manifestação desses indicadores pode não levar à criminalidade, mas pode levar a comportamentos desviantes, que podem condicionar o seu desenvolvimento e a sua trajetória de vida.

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, T., & Duarte, V. (2014). Intervenção em Centro Educativo: discursos a partir de dentro. *Configurações. Revista de sociologia*, (13), 103-117.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (5ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (5ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Becker, H. (1963). *The Outsiders: Studies in Sociology of Deviance*. Free Press.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise psicológica*, 20(4), 637-645.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação—Guia para Auto-aprendizagem* (2ª edição). Lisboa: Universidade Aberta, 001-89.
- DGRSP. (2006). *Intervenção Educativa*. Disponível em <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/jovens/medidas/intervencao>.
- DGRSP. (2010). *Os Centros Educativos*. Ministério da Justiça.
- Candeias, M., & Henriques, H. (2012). Um Século de Proteção de Crianças e Jovens. Paper presented at the III Seminário de I&DT, Portalegre.
- Carvalho, M. (2013). Delinquência Infantil e Juvenil e Justiça em Portugal: Uma questão de olhar(es)? Disponível em <http://www.opj.ic.s.ul.pt/index.php/marco-2013>.
- Carvalho, M. (2017). Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: do “menor” à “justiça amiga das crianças”. *Configurações. Revista de sociologia*, (20), 13-28.
- Castro, J. (2012). Delinquência Juvenil, Justiça e Prevenção. In Centro de Estudos Judiciários, *Intervenção Tutelar Educativa* (2015), disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Intervencao_Tutelar_Educativa.pdf.
- Centro de Estudos Judiciários. (2015). *Intervenção Tutelar Educativa*. C. d. E. Judiciários (Ed.), disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Intervencao_Tutelar_Educativa.pdf.
- Cohen, D. & Crabtree, B. (2006). *Qualitative Research Guidelines Project*. Disponível em <http://www.qualres.org/HomeSemi-3629.html>.

- Cóias, J. (2012). A Delinquência Juvenil. In Centro de Estudos Judiciários, *Intervenção Tutelar Educativa* (2015), disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Intervencao_Tutelar_Educativa.pdf.
- Coutinho, C. (2008). A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões de validade e fiabilidade. *Educação Unisinos*, 12(1), 5-15.
- Cullen, F. T. (2011). Beyond adolescence-limited criminology: Choosing our future—the American Society of Criminology 2010 Sutherland address. *Criminology*, 49(2), 287-330.
- Cusson, M. (2002). *Criminologia* (2ª edição). Casa das Letras, Lisboa.
- Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses*, 105-126.
- Farrington, D. (1992). Criminal career research in the United Kingdom. *Brit. J. Criminology*, 32, 521.
- Farrington, D. (1993). Childhood origins of teenage antisocial behaviour and adult social dysfunction. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 86(1), 13.
- Farrington, D. (2000). Explaining and preventing crime: The globalization of knowledge—The American Society of Criminology 1999 presidential address. *Criminology*, 38(1), 1-24.
- Farrington, D. (2003). Developmental and Life-Course Criminology: Key Theoretical and Empirical Issues – The 2002 Sutherland Award Address. *Criminology*, 41(2), 221-256.
- Farrington, D. (2005). Introduction to integrated developmental and life-course theories of offending. In D. Farrington (Ed.), *Advances in criminological theory, Vol. 14. Integrated developmental and life-course theories of offending* (pp. 1–14). New Brunswick, NJ: Transaction.
- Ferreira, P.M. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, 913-924.
- Flick, U., Von Kardorff, E., & Steinke, I. (2004). What is qualitative research? An introduction to the field. *A companion to qualitative research*, 3-11.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press.

- Heimer, K. (1997). Socioeconomic status, subcultural definitions, and violent delinquency. *Social forces*, 75(3), 799-833.
- Henry, G. (1990). Practical Sampling. *Sage Publications*, 21.
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (1999, 1 set.). Lei n.º 147/99. Diário da República (Lisboa, Portugal), 1A (204).
- Lei Tutelar Educativa. (1999, 14 set.). Lei n.º 166/99. Diário da República (Lisboa, Portugal), 1ª (215).
- Loeber, R., Farrington, D. P., & Petechuk, D. (2003). *Child delinquency: Early intervention and prevention*. Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Loeber, R., & Farrington, D. P. (Eds.). (2012). *From juvenile delinquency to adult crime: Criminal careers, justice policy and prevention*. Oxford University Press.
- Marshall, M. (1996). Sampling for qualitative research. *Family Practice*, 13(6), 522-525.
- Martins, E. (2006). A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX. *Infância e juventude*, 93-130.
- Martins, P. (2004). Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Merton, R. K. (1949). 1957 Social Theory and Social Structure. *Glen-coe: Free Press. Merton Social Theory and Social Structure 1957*.
- Moffitt, T. (1993). "Life-course-persistent" and "adolescence-limited" antisocial behaviour: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701.
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13(2), 69-77.
- Neves, T. (2007). A defesa institucional numa instituição total: o caso de um centro de internamento de menores delinquentes. *Análise social*, (185), 1021-1039.
- Neves, T. (2008). A educação para o direito e mediação de conflitos. *Educação, Sociedade e Culturas*, (27), 73-88.

- Patton, M. (1999). Enhancing the quality and credibility of qualitative analysis. *Health services research, 34*(5 Part II), 1189-1208.
- Pedroso, J. (1998). A reforma do “direito de menores”: A construção de um “direito social”? (A intervenção do Estado e da comunidade na promoção dos direitos das crianças). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Coimbra
- Quivy, R., & Compenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Relatório Anual de Segurança Interna. (2014). Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2014.
- Relatório Anual de Segurança Interna. (2015). Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2015.
- Relatório Anual de Segurança Interna. (2016). Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2016.
- Relatório Anual de Segurança Interna. (2017). Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2017.
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 602*(1), 12-45.
- Sarmiento, M. & Pinto, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo, in M. Pinto e M. J. Sarmiento (Coord.), *As Crianças: Contextos e Identidades*. (9-30). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Steinberg, L. (2008). A social neuroscience perspective on adolescent risk-taking. *Developmental review, 28*(1), 78-106.
- Thornberry, T. (2005). Explaining Multiple Patterns of Offending across the Life Course and across Generations. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 602*, 156-195.
- Trentin, A. (2011). Adolescentes em conflito com a lei e a família: um estudo interdisciplinar. *Congresso Internacional de Ciências Criminais*, II Edição.
- Unicef. (1989). Convention on the Rights of the Child.
- West, D. J., & Farrington, D. P. (1977). *The delinquent way of life: Third report of the Cambridge Study in Delinquent Development*. Heinemann Educational Books.
- Whyte, B. (2004). Effectiveness, research and youth justice. *Youth justice, 4*(1), 3-21.

ANEXOS

Anexo 1: Autorização da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para divulgação do nome do Centro Educativo onde foi feita a recolha de dados.

Anexo 2: Grelha de registo documental

Anexo 3: Guião de entrevista semi-estruturada aos jovens

Anexo 4: Guião de entrevista semi-estruturada à Direção

Anexo 5: Guião de entrevista semi-estruturada ao Técnico Superior de Reinserção Social

Anexo 6: Consentimento informado aos jovens

Anexo 7: Consentimento informado à Direção

Anexo 8: Consentimento informado ao Técnico Superior de Reinserção Social

Anexo 9: Categorização em relação aos dados dos jovens

Anexo 10: Categorização em relação aos dados da Direção

Anexo 11: Categorização em relação aos dados do Técnico Superior de Reinserção Social

ANEXO 1: Autorização da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para divulgação do nome do Centro Educativo onde foi feita a recolha de dados

De: Joao Agante Batista <joao.a.batista@dgrsp.mj.pt>

Enviado: terça-feira, 23 de outubro de 2018 07:30

Para: Telma Faria

Assunto: RE: Autorização para gravação de entrevistas e instrumentos alterados

Bom dia Dra. Telma Faria,

A confidencialidade dos dados recolhidos não se estende à identificação do CE, onde foi autorizada a fazer o trabalho.

Após a dissertação estar concluída, esta DGRSP gostaria de ter uma cópia do trabalho que poderá ser-me enviada por email.

Obrigado

Com os melhores cumprimentos

João Agante

Direcção de Serviços de Organização Planeamento e Relações Externas



Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Serviços Centrais - Travessa da Cruz do Torel , nº1
1150-122 Lisboa
joao.a.batista@dgrsp.mj.pt

Anexo 2: Grelha de registo documental dos processos dos jovens

Data:

I. Dados Pessoais

Dados	Evidências
1. Nome	
2. Data de Nascimento	
3. Nacionalidade	
4. Meio de proveniência	
5. Regime de internamento	
6. Duração da medida tutelar	

II. Agregado familiar

Dados	Evidências
1. N.º de elementos	
2. Grau de parentesco	
3. Idades	
4. Escolaridade	
5. Práticas educativas	
6. Situação socioeconómica	
7. Comportamento delincente / antissocial na família	
8. Contactos com o sistema de justiça	
9. Contactos no sistema de proteção	
10. Historial de vitimação na família	

III. Grupo de pares

Dados	Evidências
1. Idades	
2. Características	
3. De onde se conhecem	
4. Atividades realizadas	
5. Delitos cometidos com o grupo de pares	
6. Contacto dos pares com o sistema de justiça	

IV. Escola

Dados	Evidências
1. Nível de escolaridade	
2. Número de retenções	
3. Comportamentos delinquentes praticados em contexto escolar	
4. Vitimação em contexto escolar	
5. Resultados escolares	
6. Absentismo escolar	
7. Outros dados relevantes	

V. Experiências anteriores no sistema de justiça

Dados	Evidências
1. Historial de ilícitos cometidos	
2. Ilícito subjacente à medida tutelar de internamento	
3. Medidas tutelares anteriores	
4. Duração de medidas tutelares anteriores	

VI. Características psicológicas

Dados	Evidências
1. Hiperatividade	

Anexo 3: Guião de entrevista semi-estruturada aos jovens

Apresentação e enquadramento da entrevista

Esta entrevista é realizada no âmbito de uma investigação para realização de dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – área de especialização em intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias, na Universidade do Minho, cujo enfoque é a delinquência juvenil, mais especificamente a medida tutelar de internamento. O objetivo é perceber como é que esta medida pode capacitar os jovens a reintegrar-se em sociedade.

I: História de vida

- Conhecer o percurso de vida do jovem;
- Situar cronologicamente o início da manifestação de comportamentos desviantes.

- 1.1. Como é que vieste parar aqui ao Centro Educativo?
- 1.2. Com que idade começaste a meter-te em problemas? De que tipo?
- 1.3. Podes dizer-me porque começaste a meter-te nesse tipo de problemas?
- 1.4. Se fosse hoje, o que fazias? O que pensas do teu comportamento antes da entrada no Centro Educativo de Santo António (CESA)?
- 1.5. Podes falar-me um pouco da tua família, dos teus amigos e da escola?
- 1.6. O que pensas da medida de internamento que te foi aplicada?

II: Execução da medida de internamento

- Conhecer a perceção do jovem face ao CESA e à medida de internamento;
 - Conhecer o processo de integração do jovem no CESA;
 - Conhecer atividades de rotina dentro do CESA;
 - Conhecer a perceção dos jovens face à intervenção.
- 2.1. Como foi a tua integração no CESA? Quando chegaste aqui pela primeira vez, que procedimentos tiveram contigo? Onde ficaste? Explicaram-te as regras?
 - 2.2. E os outros colegas? Foram simpáticos contigo?
 - 2.3. Como é a tua relação com as pessoas que trabalham cá? Com os técnicos, com o diretor...

- 2.4. Podes descrever-me um dia da tua vida aqui no CESA? Quais são as tuas rotinas?
- 2.5. Quais são os aspetos que achas que estão a ser trabalhados contigo? Podes dizer-me quais são as atividades que frequentas?
- 2.6. Consideras que existe mais algum aspeto que precise de ser trabalhado?
- 2.7. Que mudanças sentes em ti, desde o momento em que entraste no CESA?
- 2.8. Quais são as maiores dificuldades que sentes?
- 2.9. Consideras que a intervenção e o trabalho do CESA com os jovens pode melhorar? Alteravas alguma coisa? Consegues dizer-me o que achas que pode melhorar?
- 2.10. Consideras que a intervenção no teu caso está a ser eficaz/importante? Achas que terá sucesso?

III: Atitude face ao futuro

- Conhecer a perspetiva dos jovens face à saída do CESA
- 3.1. Em que data está prevista a tua saída do CESA?
 - 3.2. Sentes-te preparado para sair ou achas que ainda te falta adquirir alguma(s) competência(s)?
 - 3.3. Tens algum projeto/plano para quando saíres do CESA? Como achas que vai ser a tua vida?
 - 3.4. Achas que vais ter alguma dificuldade?
 - 3.5. Queres acrescentar alguma coisa ao que foi dito ou algum aspeto que consideres importante e não tenha sido abordado?

Anexo 4: Guião de entrevista semi-estruturada à Direção do Centro Educativo

Apresentação e enquadramento da entrevista

Esta entrevista é realizada no âmbito de uma investigação para realização de dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – área de especialização em intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias, na Universidade do Minho, cujo enfoque é a delinquência juvenil, mais especificamente a medida tutelar de internamento. O objetivo é perceber como é que esta medida pode capacitar os jovens a reintegrar-se em sociedade.

I: Dados do profissional

- Conhecer a área de formação do profissional.

1.1. Qual é a sua área de formação?

II: Constituição da equipa de trabalho

- Conhecer a composição da equipa e as respetivas áreas de formação;
- Identificar as funções dos vários elementos da equipa de trabalho.

2.1. Como é composta a equipa de trabalho?

2.2. Quais as funções específicas de cada um?

III: Caracterização do Centro Educativo, dos jovens e dos regimes

- Conhecer a população do CESA;
- Entender os critérios subjacentes à definição do regime de internamento de cada jovem;

3.1. Quais são as variáveis que pesam na definição do regime de internamento de cada jovem?

3.2. Qual considera ser o regime de execução mais eficaz?

3.3. Existe algum regulamento interno que os jovens conheçam e tenham que obedecer? Se sim, como é que os jovens têm conhecimento do mesmo?

3.4. O tempo de medida pode alterar no decorrer do cumprimento da mesma? Se sim, que fatores podem contribuir para essa alteração?

IV: Caracterização da intervenção:

- Conhecer os aspetos inerentes à intervenção, nomeadamente o tipo de programas aplicados, a resposta às necessidades dos jovens, o planeamento e estruturação da intervenção em cada caso e a comunicação com a família;
 - Identificar principais dificuldades na intervenção.
- 4.1. Qual a distinção entre o Projeto de Intervenção Educativa e o Plano de Intervenção Imediata?
 - 4.2. Quais são as principais necessidades apresentadas pelos jovens quando chegam pela primeira vez ao CE?
 - 4.3. Qual considera ser o tipo de intervenção / boas práticas fundamentais para uma intervenção mais eficaz com estes jovens?
 - 4.4. Quais os principais focos/vetores da intervenção no CE?
 - 4.5. É necessário que, à data da saída, o jovem tenha chegado à Fase 4 da intervenção?
 - 4.6. Que programas e atividades específicos existem no CESA, por forma a capacitar os jovens de competências pessoais e sociais?
 - 4.7. Qual é a reação dos jovens face à intervenção?
 - 4.8. Quais são as principais dificuldades com que se deparam na intervenção?

V: Reintegração do jovem na sociedade

- Compreender o processo de avaliação dos jovens para a saída do CESA;
 - Conhecer o processo de reintegração dos jovens na sociedade.
- 5.1. O CE faz algum tipo de avaliação que determine se o jovem está preparado para a saída na data do termo da medida, ou é a data que determina a saída do jovem?
 - 5.2. Como se processa a reintegração dos jovens na sociedade? É feito um acompanhamento do caso? Se sim, de que forma?
 - 5.3. Quais as dificuldades com que os jovens se deparam na reinserção?
 - 5.4. Existem muitos casos de reincidência após a saída do Centro?
 - 5.5. Na sua perspetiva, em que termos considera que os jovens saem mais preparados e capacitados para a vida em comunidade? Que apoios têm?
 - 5.6. Considera que a intervenção tem tido sucesso ao longo do tempo? Existe forma de avaliar o sucesso da mesma?

5.7. Considera que a intervenção no Centro Educativo pode melhorar? Se sim, de que forma?

5.8. Gostaria de acrescentar algum aspeto que não tenha sido abordado?

Anexo 5: Guião de entrevista semiestruturada ao Técnico Superior de Reinserção Social

Apresentação e enquadramento da entrevista

Esta entrevista é realizada no âmbito de uma investigação para realização de dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – área de especialização em intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias, na Universidade do Minho, cujo enfoque é a delinquência juvenil, mais especificamente a medida tutelar de internamento. O objetivo é perceber como é que esta medida pode capacitar os jovens a reintegrar-se em sociedade.

I: Dados do profissional

- Conhecer a área de formação do profissional, bem como as funções que exerce no CESA.
- 1.1. Qual é a sua área de formação?
 - 1.2. Quais são as suas funções no CE? Que tipo de trabalho desenvolve com os jovens?

II: Caracterização da intervenção?

- Conhecer os aspetos inerentes à intervenção, nomeadamente o tipo de programas e atividades realizadas e principais focos de intervenção;
 - Identificar principais dificuldades na intervenção.
- 2.1. Quais são as principais necessidades apresentadas pelos jovens quando chegam pela primeira vez ao CESA?
 - 2.2. O que é o Plano Educativo Pessoal? Qual a sua finalidade e principais objetivos?
 - 2.3. Que variáveis são tidas em conta na elaboração do Plano Educativo Pessoal?
 - 2.4. Que variáveis são consideradas na estruturação da intervenção?
 - 2.5. Quais são os programas aplicados e principais focos de intervenção?
 - 2.6. Na sua experiência, qual o tipo de atividades/programas realizados junto dos jovens que os capacita de competências com vista à reintegração na sociedade?
 - 2.7. Qual é a reação dos jovens face à intervenção?
 - 2.8. Quais são as principais dificuldades com que se deparam na intervenção?
 - 2.9. Em relação aos jovens que podem sair do CE, considera o contacto com o exterior benéfico?
Existe algum perigo para o qual os técnicos tenham de estar atentos?

III: Reintegração do jovem na sociedade

- Compreender o processo de avaliação dos jovens para a saída do CESA;
 - Conhecer o processo de reintegração dos jovens na sociedade.
- 3.1. Como se processa a avaliação dos jovens para a saída do CE? Como se avalia se estão preparados e capacitados para a reintegração na sociedade?
 - 3.2. Como se processa a reintegração do jovem na sociedade? É feito um acompanhamento do caso? Se sim, de que forma?
 - 3.3. Quais as dificuldades com que os jovens se deparam na reinserção?
 - 3.4. Existem muitos casos de reincidência após a saída do CE?
 - 3.5. Na sua perspetiva, em que termos considera que os jovens saem mais preparados e capacitados para a vida em comunidade? Que apoios este jovem tem?
 - 3.6. Considera que a intervenção com estes jovens tem tido sucesso ao longo do tempo? Existe forma de avaliar o sucesso da intervenção?
 - 3.7. Considera que a intervenção no CE pode melhorar? Se sim, de que forma?
 - 3.8. Gostaria de acrescentar algum aspeto que não tenha sido abordado?

Anexo 6: Consentimento Informado (Jovem)**Consentimento Informado**

A presente entrevista está enquadrada no projeto de dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – área de especialização em intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias, da Universidade do Minho, orientado pela Professora Doutora Ana Maria Carneiro da Costa e Silva.

O objetivo principal da entrevista e da dissertação é entender como se processa a intervenção com os jovens a cumprir medida tutelar de internamento em Centro Educativo, desde os principais vetores de intervenção, até à adequação às necessidades individuais e à reintegração do jovem na sociedade.

Unicamente para efeitos de transcrição e análise de conteúdo, a entrevista será gravada e apenas serão divulgadas as informações pertinentes aos objetivos do estudo. A confidencialidade e anonimato das respostas são garantidos, assim como a possibilidade de desistir a qualquer momento, se considerar conveniente. Salvuaguarda-se que não terá qualquer tipo de recompensa, benefício ou vantagem decorrente da participação no estudo. Após a utilização dos dados pertinentes, a gravação e a transcrição da entrevista serão destruídas.

Deste modo, solicito a sua colaboração, de forma voluntária, na entrevista, salientando a importância da sua participação para os objetivos desta investigação.

Ao assinar este consentimento, declara que se considera informado e esclarecido de todos os aspetos inerentes à investigação e à entrevista, e que autoriza o tratamento e divulgação dos dados essenciais para o cumprimento dos objetivos enunciados.

Porto, ____ de _____ de _____

(A investigadora)

(O Jovem)

Anexo 7: Consentimento Informado (Direção)**Consentimento Informado**

A presente entrevista está enquadrada no projeto de dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – área de especialização em intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias, da Universidade do Minho, e orientado pela Professora Doutora Ana Maria Carneiro da Costa e Silva.

O objetivo principal da entrevista e da dissertação é entender como se processa a intervenção com os jovens a cumprir medida tutelar de internamento em Centro Educativo, desde os principais vetores de intervenção, à adequação às necessidades individuais e à reintegração do jovem na sociedade.

Unicamente para efeitos de transcrição e análise de conteúdo, a entrevista será gravada e apenas serão divulgadas as informações pertinentes aos objetivos do estudo, salvaguardando a confidencialidade e identidade do entrevistado. Após a utilização dos dados pertinentes, a gravação e a transcrição da entrevista serão destruídas.

Deste modo, solicito a sua colaboração, de forma voluntária, na entrevista, salientando a importância da sua participação para os objetivos desta investigação.

Ao assinar este consentimento, declara que se considera informado(a) e esclarecido(a) de todos os aspetos inerentes à investigação e à entrevista, e que autoriza o tratamento e divulgação dos dados essenciais para o cumprimento dos objetivos enunciados.

Porto, ____ de _____ de _____

(A investigadora)

(A Direção)

Anexo 8: Consentimento Informado (Técnico Superior de Reinserção Social)**Consentimento Informado**

A presente entrevista está enquadrada no projeto de dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – área de especialização em intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias, da Universidade do Minho, e orientado pela Professora Doutora Ana Maria Carneiro Costa e Silva.

O objetivo principal da entrevista e da dissertação é entender como se processa a intervenção com os jovens a cumprir medida tutelar de internamento em Centro Educativo, desde os principais vetores de intervenção, à adequação às necessidades individuais e à reintegração do jovem na sociedade.

Unicamente para efeitos de transcrição e análise de conteúdo, a entrevista será gravada e apenas serão divulgadas as informações pertinentes aos objetivos do estudo, salvaguardando a confidencialidade e identidade do entrevistado. Após a utilização dos dados pertinentes, a gravação e a transcrição da entrevista serão destruídas.

Deste modo, solicito a sua colaboração, de forma voluntária, na entrevista, salientando a importância da sua participação para os objetivos desta investigação.

Ao assinar este consentimento, declara que se considera informado(a) e esclarecido(a) de todos os aspetos inerentes à investigação e à entrevista, e que autoriza o tratamento e divulgação dos dados essenciais para o cumprimento dos objetivos enunciados.

Porto, ____ de _____ de _____

(A investigadora)

(O(a) TSRS)

Anexo 9: Categorização dos dados dos jovens

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo da entrevista	Unidades de registo do processo
Trajetória do jovem	Factos cometidos		
	Idade de início de comportamentos delinquentes		
	Razões que motivaram o ato		
	Medidas tutelares educativas anteriores		
	Relações positivas/vinculação com a família		
	Situação e contexto socioeconómico		
	Intervenção do sistema de proteção		
	Institucionalização anterior		
	Vitimação na família		
	Práticas educativas		
	Supervisão parental		
	Faixa etária		
	Atividades/comportamentos em grupo		
	Escolaridade anterior		
	Escolaridade atual		
	Retenções		
	Absentismo		
	Rendimento		

	Motivação		
	Conduta em contexto escolar		
	Vitimação em contexto escolar		
	Relacionamento com colegas e agentes educativos		
	Hiperatividade		
	Agressividade		
	Défices de atenção		
	Impulsividade		
	Nível de desenvolvimento intelectual		
	Sentimentos de rejeição		
	Nível de autoestima		
	Nível de autocontrolo		
	Propensão para o risco		
	Competências de resolução de problemas		
	Nível de empatia		
	Atitude face à norma/autoridade		
	Capacidade de integração e ajustamento		
	Comportamentos de desafio e oposição		
	Capacidade de comunicação		
	Competências sociais		

	Características dos relacionamentos		
	Tolerância à frustração		
	Capacidade de equacionar as consequências		
	Atitude/ponto de vista face aos factos e às vítimas		
	Historial de consumos		
Perspetiva face à medida e à intervenção no Centro Educativo	Perspetiva face à medida		
	Integração no CE		
	Rotinas de dia-a-dia		
	Necessidades do jovem		
	Mudanças sentidas		
	Perspetiva face à eficácia da medida		
Necessidades identificadas pelo YLS/CMI	Necessidades identificadas pelo YLS		
Estruturação da intervenção	Necessidades		
	Objetivos		
	Intervenção		
Perspetivas face à reintegração	Planos para o regresso à comunidade		
	Dificuldades de reintegração		

Anexo 10: Categorização dos dados da Direção

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo da entrevista
Equipa de trabalho do CE	Área de formação	
	Composição da equipa de trabalho	
Contexto da medida e da intervenção em CE	Definição do regime de internamento	
	Regime de execução mais eficaz	
	Transmissão das regras do CE aos jovens	
	Alteração da medida durante a execução da mesma	
	Plano de Intervenção Imediata	
	Programa de Intervenção Educativa	
Intervenção em CE	Principais necessidades educativas/criminógenas dos jovens que chegam ao CE	
	Principais vetores/focos da intervenção	
	Reação dos jovens face à intervenção	
	Principais dificuldades na intervenção	
	Procedimentos de saída do jovem	

Reintegração dos jovens na sociedade	Reintegração do jovem na sociedade	
	Dificuldades do jovem na reinserção	
	Capacitação/preparação dos jovens para a vida em comunidade	
	Reincidência após a saída	
	Avaliação do sucesso da intervenção	
	Vantagens da medida de internamento	

Anexo 11: Categorização dos dados dos Técnicos Superiores de Reinserção Social

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo da entrevista
Equipa de trabalho no CE	Área de formação	
	Funções específicas	
	Funções dos restantes elementos da equipa	
Intervenção em CE	Principais necessidades educativas/criminógenas dos jovens	
	Plano Educativo Pessoal	
	Programas aplicados	
	Reação dos jovens face à intervenção	
	Dificuldades na intervenção	
	Perspetiva face aos contactos com o exterior durante a execução da medida	
Reintegração dos jovens na sociedade	Avaliação para a saída dos jovens	
	Reintegração na sociedade	
	Dificuldades de reinserção	
	Reincidência após a saída	
	Capacitação e preparação dos jovens para a vida em comunidade	
	Avaliação do sucesso da intervenção	